



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUAGEM E ENSINO

ARIANE SILVA DA COSTA SAMPAIO

**(RE)(DES)CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES DO SUJEITO MULHER NO
FACEBOOK: O CORPO EM (DIS)CURSO**

CAMPINA GRANDE

2020

ARIANE SILVA DA COSTA SAMPAIO

**(RE)(DES)CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES DO SUJEITO MULHER NO
FACEBOOK: O CORPO EM (DIS)CURSO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino, do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como pré-requisito para obtenção do grau de Mestre em Linguagem e Ensino, na área de concentração Estudos Linguísticos.

Orientador: Prof. Dr. Washington Silva de Farias

CAMPINA GRANDE

2020

S192r

Sampaio, Ariane Silva da Costa.

(Re)(Des)construção das identidades do sujeito mulher no Facebook : o corpo em (dis)curso / Ariane Silva da Costa Sampaio. - Campina Grande, 2020.

180 f. : il. Color.

Dissertação (Mestrado em Linguagem e Ensino) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2020.

"Orientação: Prof. Dr. Washington Silva de Farias.

Referências.

1. Lugar Discursivo Feminista. 2. Posições-Sujeito. 3. Feminismo Digital. 4. Facebook. I. Farias, Washington Silva de. II. Título.

CDU 81'42-055.2(043)

ARIANE SILVA DA COSTA SAMPAIO

**(RE)(DES)CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES DO SUJEITO MULHER NO FACEBOOK:
O CORPO EM (D)S)CURSO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Linguagem e Ensino, do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como pré-requisito para obtenção do grau de Mestre em Linguagem e Ensino, na área de concentração Estudos Linguísticos.

Orientador: Prof. Dr. Washington Silva de Farias

APROVADA EM: 30/08/2020

BANCA EXAMINADORA:



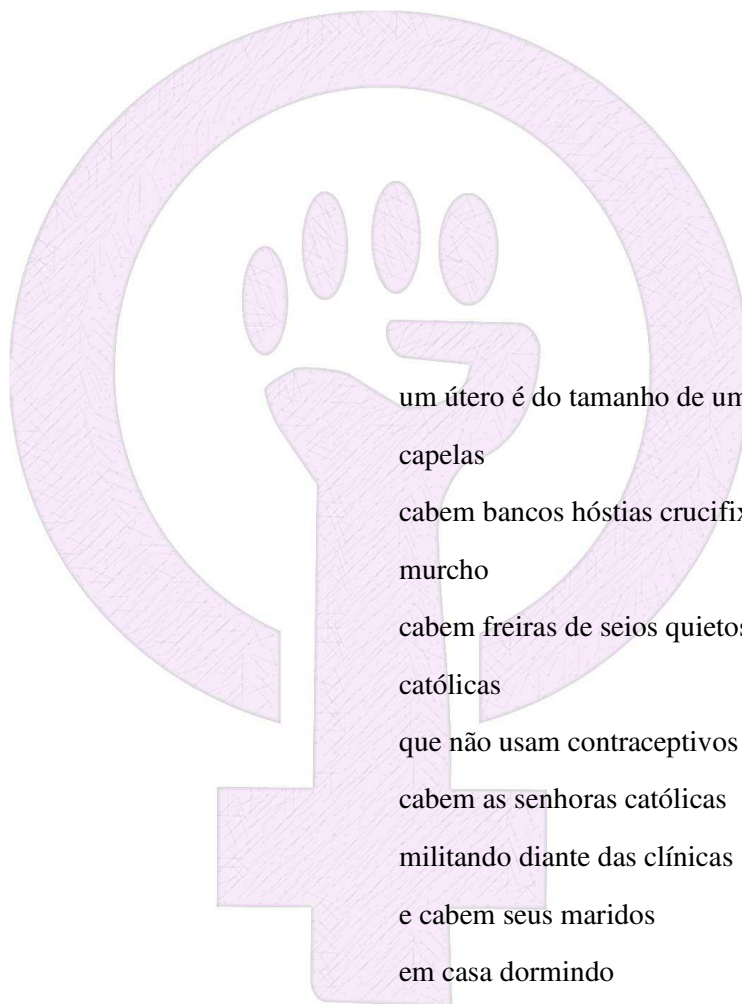
Prof. Dr. Washington Silva de Farias (Orientador) - UFCG



Profa. Dra. Maria Angélica de Oliveira (Examinadora) - UFCG



Profa. Dra. Dantielli Assunção Garcia (Examinadora) – UNIOESTE



um útero é do tamanho de um punho num útero cabem
capelas
cabem bancos hóstias crucifixos cabem padres de pau
murcho
cabem freiras de seios quietos cabem as senhoras
católicas
que não usam contraceptivos
cabem as senhoras católicas
militando diante das clínicas
e cabem seus maridos
em casa dormindo
cabem cabem
e depois vão
comprar pão

Angélica Freitas, Um útero é do tamanho de um punho

AGRADECIMENTOS

Um galo sozinho não tece uma manhã, ele precisará sempre de outros galos, assim Joao Cabral de Melo Neto canta a união que produz o amanhecer e que expressa todo o sentimento que tenho ao concluir esse trabalho. Foi preciso muitos cantos para que chegássemos até aqui e sou muito grata a cada um.

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, Ana e Tadeu, por não me deixarem desistir dos sonhos e dos estudos e por sempre terem sido presentes em minha vida, mesmo quando ela é extremamente dura. Ao meu companheiro de vida, Fábio, por ser o ponto de refúgio nessa loucura e por ser minha fonte de inspiração, por não desistir de mim mesmo quando eu desisto.

Agradeço aos meus irmãos de sangue, Taiane e Thaome, por sempre se fazerem presente, mesmo com a distância que nos separa, e aos de coração, Íris, Bruna, Paulo e Edileuda por terem aportado em minha vida e por ajudar a construir essa família. Aos meus segundos pais, Ana e Eufrásio (*In memoriam*), por, além de serem sogros maravilhosos, pela incansável força dada nesses anos de pesquisa.

Agradeço ao meu pequeno Arthur, por ser tão importante na minha vida, e mesmo ainda tão pequeno, ter preenchido os meus dias de cansaço com sorrisos e sapequices.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Washington Silva de Farias, pelo companheirismo nessa pesquisa, por ter sido gentileza, resistência e persistência nesse trabalho, mesmo com tanta coisa acontecendo no mundo em nossa volta. Obrigada por não desistir e insistir!

Agradeço à Capes pelo financiamento dado a essa pesquisa permitindo que eu me dedicasse integralmente. Aos professores, funcionários e alunos do PPGLE-UFCG, pela companhia e ensinamentos nesses anos de convivência. Especialmente aos amigos que fiz no mestrado e levarei para a vida: Diana, Aurielle, Jéssica e Leandro. Obrigada por terem feito esses dois anos menos angustiante e pelas dores e sofrimentos compartilhados!

Agradeço às professoras que aceitarem participar das bancas de qualificação e defesa, cujas contribuições foram de grande importância para esse trabalho: Profa. Dra. Dantielli Assumpção Garcia (UNIOESTE) e a Profa. Dra. Maria Angélica de Oliveira (UFCG).

Agradeço ainda a responsável por minha introdução na área da Análise do Discurso e estudos de gênero, Profa. Dra. Maria Leônia Garcia Costa Carvalho. Obrigada pelo apoio, pelos ensinamentos, de teoria e de vida.

E aos amigos que a vida me presenteou em momentos distintos e contribuíram com toda força, energia e amor irradiados nesse período, sendo presentes mesmo na distância: Gilquele, Joana, Ingrid, Aquisa, Reijano e Potira. Muito Obrigada!

RESUMO

Considerando a heterogeneidade discursiva do feminismo na contemporaneidade, nos propusemos, em nossa pesquisa, sob a luz da Análise do Discurso materialista de filiação pecheutiana, analisar processos discursivos que caracterizam o funcionamento do lugar discursivo do sujeito mulher no feminismo digital e sua relação com processos de constituição identitária desse sujeito. Para isso, exploramos, a partir da análise de materialidades significantes de páginas feministas de facebook, as relações teóricas entre forma-sujeito, lugar discursivo e posição-sujeito, considerando, nessas relações, as modalidades subjetivas de interpelação do sujeito (identificação, contraidentificação e desidentificação) propostas por Pêcheux (1975 [2014]), bem como as formulações de Castells (2018) acerca dos processos de construção, desconstrução e reconstrução de identidades pelos novos movimentos sociais. Temos como objetivos específicos: (1) analisar o funcionamento do lugar discursivo feminista e as modalidades subjetivas de interpelação em formulações sobre a temática corpo pelos sujeitos enunciativos em páginas feministas de facebook; (2) compreender como esses lugares discursivos e modalidades de subjetivação constituem processos de construção, desconstrução e reconstrução de identidades do sujeito mulher. Escolhemos a temática corpo por estar presente em todas as páginas e por ter maior representatividade quanto ao número de postagens em cada uma delas. Temos como *corpus* cinco páginas feministas com maior número de seguidores no facebook: *TODAS Fridas* (TF), *Não Me Kahlo* (NMK), *Feminismo sem demagogia – original* (FSD), *Empodere duas mulheres* (EDM) e *Ventre feminista* (VF). Mediante análise dos perfis das páginas, e, em seguida, das postagens relativas ao tema corpo, observamos que o lugar discursivo feminista é ocupado a partir de três posições: uma posição interseccional (TF e NMK), uma posição marxista (FSD) e uma posição liberal (EDM e VF). Na análise das postagens sobre a temática corpo encontramos três efeitos de sentidos produzidos pela temática corpo: (1) a crítica ao padrão de beleza dominante, (2) defesa da legalização do aborto e (3) a denúncia da cultura do estupro. A análise das postagens relativas a essas temáticas, possibilitou a configuração de cinco redes de formulações que caracterizam os efeitos de sentido produzidos. No que concerne ao efeito (1), temos duas redes: (a) a politização do corpo não padrão e (b) a contestação do ideal dominante de beleza; para o efeito(2): (a) a proteção à vida do sujeito mulher e (b) a autonomia sobre a capacidade reprodutiva; e para o efeito (3): (a) a problematização da cultura do estupro. Observamos ao longo da análise que os processos de projeção de identidades para o sujeito mulher decorrem de movimentos discursivos dos processos de desidentificação do sujeito mulher com a ideologia patriarcal dominante, por meio da desestruturação de formas identitárias estabilizadas, bem como de reconstrução identitária, com vistas a assunção de novas formas de identificação para o sujeito mulher que se articulam a sentidos de empoderamento e politização dos corpos e da autonomia do sujeito sobre seu corpo e do modo de expressá-lo. As páginas desempenham além da sua função política (militante) nas redes, pelo confronto com práticas excludentes da sociedade patriarcal, uma função pedagógica por problematizar questões que estão enraizadas no social e discutindo-as como questões culturais que devem ser desconstruídas através da informação.

Palavras-chave: Lugar discursivo feminista. Posições-sujeito. Feminismo digital. Facebook.

ABSTRACT

Considering the discursive heterogeneity of feminism in contemporary times, we proposed, in our research, to analyze discursive processes that characterize discursive functioning places of the subject woman on digital feminism and their relationship with identity constitution processes. The research was conducted under the light of the Materialistic Discursive Analysis of pecheutian affiliation. To do so, we explored, the theoretical relationships between subject-form, discursive place and subject-position through the analysis of significant materiality's on feminist facebook pages. We considered, in these relationships, the subjective modes of subject interpellation (identification, counter identification and disidentification) proposed by Pêcheux (1975 [2014]) along with Castells' (2018) formulations about the processes of construction, deconstruction and reconstruction of identities by new social movements. Our specific objectives are: (1) to analyze the functioning of feminist discursive place and subjective modes of interpellation in formulations about body themes by enunciating subjects in feminist facebook pages; (2) to understand how these discursive places and subjectivation modalities constitute processes of construction, deconstruction and reconstruction of women's subject identities. The body theme was chosen because it is more representative in terms of the number of posts on each page. We have as our corpus five brazilian feminist pages with the largest number of likes on facebook: *TODAS Fridas* (TF), *Não Me Kahlo* (NMK), *Feminismo sem demagogia - original* (FSD), *Empodere duas mulheres* (EDM) and *Ventre feminista* (VF). Throughout the analysis of the facebook pages profiles, following the analysis of posts related to the body theme, we observed that the feminist discursive place is occupied from three positions: an intersectional position (TF and NMK), a marxist position (FSD) and a liberal position (EDM and VF). Three effects of meaning produced by the body theme were found in the posts' analysis: (1) the criticism of dominant beauty standard, (2) the endorsement of abortion legalization and (3) the denunciation of rape culture. The analysis of posts related to these themes made it possible to configure five networks of formulations that characterize the effects of meaning produced. Regarding the effect (1), we have two networks: (a) the politicization of the non-standard body and (b) the contestation of the dominant beauty ideal; for effect (2) we have: (a) woman's life protection and (b) reproductive capacity autonomy; and for effect (3) we have: (a) the problematization of rape culture. It was observed throughout the analysis that women's projection of identity processes resulted from discursive movements of disidentification with the dominant patriarchal ideology; due to the disruption of stabilized identity forms as well as through identity reconstruction. These processes viewed the transformation of new forms of women's identification articulated to meanings of empowerment and politicization of bodies as well as women's autonomy over their bodies and the way they expressed it. The pages play a political (militant) role on networks, by means of confronting exclusionary practices from patriarchal society, they also play a pedagogical role in problematizing issues that are socially rooted and discussing them as cultural issues that must be deconstructed by using information.

Key-words: Feminist discursive place. Subject positions. Digital feminism. Facebook.

LISTAS DE TABELAS

TABELA 1: Páginas feministas analisadas (número de curtidores).....	64
TABELA 2: Quantidade de postagens em cada página (temática: corpo).....	65
TABELA 3: Efeitos de sentidos sobre o tema corpo nas páginas feministas (quantidade de postagens).....	66
TABELA 4: Grupos temáticos e postagens do segundo movimento de busca (quantidade de postagens por página e efeitos de sentidos).....	67
TABELA 5: Categorização da análise (grupos temáticos, seus efeitos de sentidos e suas redes de formulações).....	71

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Materialidades discursivas sobre crítica ao padrão de beleza dominante da posição interseccional.....	98
FIGURA 2: Materialidades discursivas sobre crítica ao padrão de beleza dominante da posição marxista.....	103
FIGURA 3: Materialidades discursivas sobre crítica ao padrão de beleza dominante da posição liberal.....	106
FIGURA 4: Materialidade discursiva sobre crítica ao padrão de beleza dominante da posição interseccional.....	109
FIGURA 5: Materialidades discursivas sobre crítica ao padrão de beleza dominante da posição marxista.....	111
FIGURA 6: Materialidade discursiva sobre crítica ao padrão de beleza dominante da posição liberal.....	114
FIGURA 7: Materialidades discursivas sobre a defesa da legalização do aborto da posição interseccional.....	120
FIGURA 8: Materialidades discursivas sobre a defesa da legalização do aborto da posição marxista.....	127
FIGURA 9: Materialidades discursivas sobre a defesa da legalização do aborto da posição liberal.....	131
FIGURA 10: Materialidades discursivas sobre a defesa da legalização do aborto da posição liberal.....	132
FIGURA 11: Materialidades discursivas sobre a defesa da legalização do aborto da posição interseccional.....	140
FIGURA 12: Materialidades discursivas sobre a defesa da legalização do aborto da posição marxista.....	143

FIGURA 13: Materialidades discursivas sobre a defesa da legalização do aborto da posição liberal.....	146
FIGURA 14: Materialidades discursivas sobre a denúncia da cultura do estupro na posição interseccional.....	153
FIGURA 15: Materialidades discursivas sobre a denúncia da cultura do estupro na posição marxista.....	157
FIGURA 16: Materialidades discursivas sobre a denúncia da cultura do estupro na posição liberal.....	160

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD – Análise do Discurso

EDM – Empodere Duas Mulheres

FD – Formação Discursiva

FI – Formação Imaginária

F – Formulação

FSD – Feminismo sem demagogia – original

NMK – Não me kahlo

NOW – National Organization of Women (Organização Nacional para mulheres)

SD – Sequência discursiva

TF – TODAS Fridas

VF- Ventre Feminista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 MULHER, CORPO E IDENTIDADE	22
1.1 Os discursos de representação da mulher	22
1.2 Um corpo em construção: um breve percurso	32
1.3 Identidade e poder na construção do corpo feminino	37
2 DISCURSO, SUJEITO E FEMINISMO	44
2.1 Efeito de sentidos no facebook: discurso, sujeito e ideologia.....	44
2.2 O sujeito no discurso: lugar discursivo e posição-sujeito	48
2.3 O facebook como espaço discursivo do/sobre o feminismo.....	53
3 PERCURSO METODOLÓGICO	60
3.1 Natureza da pesquisa.....	60
3.2 Construção e delimitação do corpus	62
3.3 Procedimentos de análise	68
3.3.1 Primeiro movimento: análise do lugar discursivo feminista das páginas.....	68
3.3.2 Segundo movimento: análise das posições sujeitos nas postagens e seus processos identitários.....	69
4 A HETEROGENEIDADE DISCURSIVA FEMINISTA NO FACEBOOK: ANALISANDO O LUGAR DISCURSIVO DAS PÁGINAS	72
4.1 O efeito interseccional: uma posição entre raça, classe e gênero	72
4.2 O efeito marxista: uma posição entre o capital e o gênero	80
4.3 O efeito liberal: uma posição entre a individualidade e o empoderamento	84
5 DESCONSTRUINDO PADRÕES NORMATIVOS PARA O CORPO: CRÍTICA AO PADRÃO DE BELEZA DOMINANTE	95
5.1 A politização do corpo não padrão	97
5.1.1 A posição interseccional.....	97
5.1.2 A posição marxista	102

5.1.3 A posição liberal.....	106
5.2 A contestação do ideal dominante de beleza	108
5.2.1 A posição interseccional.....	109
5.2.2 A posição marxista	111
5.2.3 A posição liberal.....	113
6 RECONSTRUINDO A SEXUALIDADE E OS DIREITOS REPRODUTIVOS: A LEGALIZAÇÃO DO ABORTO	118
6.1 A proteção à vida do sujeito mulher	119
6.1.1 A posição interseccional.....	119
6.1.2 A posição marxista	126
6.1.3 A posição liberal.....	131
6.2 A autonomia sobre a capacidade reprodutiva	138
6.2.1 A posição interseccional.....	139
6.2.2 A posição marxista	143
6.2.3 A posição liberal.....	145
7 DESCONSTRUINDO A VIOLÊNCIA SOBRE O CORPO: REFLETINDO SOBRE A CULTURA DO ESTUPRO	151
7.1.1 A posição interseccional.....	152
7.1.2 A posição marxista	157
7.1.3 A posição liberal.....	160
EM BUSCA DE UM EFEITO DE CONCLUSÃO	165
REFERÊNCIAS.....	174

INTRODUÇÃO

A disseminação da internet acarretou diversas mudanças sociais significativas, entre elas a ascensão das redes sociais como espaço de representação e circulação de sentidos e ampliação do espaço público, possibilitando a visualização/divulgação de discursos que anteriormente se restringiam ao espaço privado (CARDON, 2012). As pessoas se conectam através das redes sociais para interagirem de formas diversas, e por meio dessas redes, os sujeitos se posicionam em relação aos assuntos que circulam socialmente.

Uma das redes de maior acesso na atualidade é o facebook. Com 2,2 bilhão de usuários no mundo, sendo 127 milhões somente no Brasil, alcançando 1,45 bilhões de acessos diários (VALENTE, 2018). A rede possui perfis pessoais, páginas de artistas e celebridades e grupos de discussão variados. Diversos conteúdos estão em circulação por meio de vídeos, imagens e textos. Nessa rede social, qualquer pessoa que possua uma página pode (re)produzir discursos diversos assumindo posições-sujeito diferentes (WANDERLEY, 2010, p. 25).

O facebook tem se mostrado também espaço de divulgação e mobilização de movimentos sociais que passam a significar de modo diferente àqueles externos ao espaço digital. Segundo Mittmann (2009, p.1), o uso do ciberespaço por eles tem sido “forte instrumento de enfrentamento às dominâncias, furando esse controle e provocando novas formas de produção e circulação de discursos”. Temos como exemplo os movimentos feministas, caracterizado na atualidade pela heterogeneidade discursiva (INDURSKY, 2008). Eles têm encontrado nas redes sociais digitais lugar de novas formulações, constituição e circulação de sentidos, uma vez que, nesse espaço, os discursos de/sobre mulheres também produzem novos saberes que se inscrevem na história, estabelecendo novos sentidos e processos identitários do sujeito mulher. O espaço também configura-se como lugar de resistência ao evidenciar o discurso de mulheres silenciadas ao longo da história.

Esse silêncio historicamente imposto às mulheres não foi construído de forma pacífica e subserviente. O movimento de mulheres foi uma construção histórica, com formas de resistências diferenciadas durante os séculos. A censura imposta a elas não pode ser lida como falta de mobilização e produção política, uma vez que houve mulheres que se opuseram de forma pública a determinados discursos de opressão masculina. Mulheres como Safo, as bruxas queimadas pela Inquisição, Christine de Pisan, Olympe de Gouges, Mary Wollstonecraft, Jeanne Deroin e Flora Tristan, entre outras, provocaram debates, cada uma

em sua época, e contribuíram para a formulação do que hoje chamamos de feminismo (ALVES; PITANGUY, 1981)

As primeiras mobilizações políticas organizadas de mulheres aconteceram em busca da extensão de direitos historicamente concedidos apenas aos homens, como o sufrágio, e a partir de então tem se construído como movimento político de resistência que tem nas ruas sua principal ferramenta de luta, e, mais recentemente, também as redes digitais. Com reivindicações diferentes em cada contexto histórico, a luta pelos direitos e liberdades das mulheres passa a ser denominada de feminismo (GARCIA, 2011), termo empregado primeiramente nos Estados Unidos por volta de 1911. A nova conjuntura do movimento de mulheres procurava a emancipação feminina no campo intelectual, político e sexual e não só perante o sufrágio ou das campanhas morais e sociais de anteriormente (GARCIA, 2011).

O movimento se consolida como espaço de reivindicação a partir da conscientização das mulheres da opressão sofrida na sociedade alicerçada na desigualdade de gêneros. Garcia conceitua feminismo como

[...]a tomada de consciência das mulheres como coletivo humano, da opressão, dominação e exploração de que foram e são objeto por parte do coletivo de homens no seio do patriarcado sob suas diferentes fases históricas, que as move em busca da liberdade de seu sexo e de todas as transformações da sociedade que sejam necessárias para este fim. Partindo desse princípio, o feminismo se articula como filosofia política, e ao mesmo tempo, como movimento social (GARCIA, 2011, p. 13).

Nesse sentido, o feminismo se estabelece na interrelação entre prática social advinda das reivindicações e da organização social para consegui-las, como também da base teórica que serve de apoio para a sua constituição.

O corpo torna-se um dos conceitos centrais durante a chamada “segunda onda” feminista. Sob a consigna de “Nosso corpo nos pertence” (GOMES; SORJ, 2014; SCAVONE, 2010), o corpo é elevado a sua condição política e passa a figurar como pauta importante no movimento. O corpo feminino sempre foi tema de diversos estudos no decorrer da humanidade, mas em sua maioria através do olhar masculino. O feminismo retoma a corporeidade feminina enquanto agenda das mulheres e para isso deve ser discutido por e para elas. Na atualidade, o corpo é ainda posto em destaque e pauta mobilizações políticas importantes do movimento, como o direito ao aborto.

O feminismo vem se modificando com o passar do tempo e suas demandas se tornam tão plurais quantos seus sujeitos. Dessa forma, o movimento passa a englobar diversas posições que caracterizam essa heterogeneidade discursiva. Tal aspecto é incorporado nos

ambientes digitais por ser espaço discursivo apto para a articulação dessas várias posições e a ressignificação dos discursos do movimento externo ao digital (CASTELLS, 2018; COSTA, 2018; LIMA, 2013).

Entendemos o espaço digital das redes sociais como lugar de materialização do sujeito mulher, dentro e fora do feminismo, possibilitando processos discursivos de construção, desconstrução e reconstrução de identidades. Propomos aqui o seu estudo para compreender como esses processos se materializam e os sentidos que o digital imprime ao feminismo contemporâneo.

Concentramo-nos, por isso, em páginas feministas de maior alcance na rede, ou seja, as cinco páginas que possuem maior número de curtidores na rede social facebook. Analisamos então como os discursos de/sobre mulheres, especialmente sobre o corpo do sujeito mulher nessas páginas constituem posições-sujeito para a mulher dentro do feminismo e como essas posições alicerçam processos identitários de legitimação de sentidos sobre o sujeito mulher, como esses são deslocados e como se dá a projeção de novos sentidos para o sujeito nesse espaço digital.

Norteará nossa pesquisa os seguintes questionamentos: Como as questões sobre o corpo atravessam o lugar discursivo e os modos de filiação ideológica das páginas feministas no facebook? Quais as posições discursivas são materializadas nos discursos acerca do corpo do sujeito mulher nas postagens e comentários das páginas feministas? Como esses discursos articulam processos de construção, reconstrução e desconstrução da(s) identidade(s) da mulher na contemporaneidade?

Nosso objetivo é compreender os processos discursivos identitários por meio da relação entre forma-sujeito, lugar discursivo e posição sujeito em correlação com as modalidades discursivas do funcionamento subjetivo (PÊCHEUX, 1975[2014], GRIGOLETTO, 2007) – identificação, contra-identificação e desidentificação. Trataremos assim de observar a tomada de posição do sujeito mulher do discurso no desdobramento decorrente da relação entre os sujeitos enunciadores das páginas e o sujeito universal da FD feminista. Com isso, esperamos compreender assim movimentos dos processos identitários do sujeito mulher no feminismo digital.

Como objetivos específicos, temos(1) analisar o funcionamento do lugar discursivo feminista e as modalidades subjetivas de interpelação em formulações sobre a temática corpo pelos sujeitos enunciadores em páginas feministas de facebook; (2) compreender como esses lugares discursivos e modalidades de subjetivação constituem processos de construção, desconstrução e reconstrução de identidades do sujeito mulher.

Nossa pesquisa identificou 171 páginas que se classificam como feministas e optamos por pesquisar aquelas com maior número de curtidores, devido ao alcance que elas possuem, tanto na quantidade de postagens curtidas, quanto na de comentários. As páginas que constituem nosso *corpus* são: *TODAS Fridas* (TF), *Não me Kahlo* (NMK), *Empodere Duas Mulheres* (EDM), *Feminismo Sem Demagogia – original* (FSD) e *Ventre Feminista* (VF). A temática corpo é uma das mais abordadas nas cinco páginas, produzindo diversos efeitos de sentidos, e que possui maior quantidade de comentários, tanto entre o sujeito enunciador da página e o sujeito comentador quanto entre os sujeitos comentadores.

Temos como aporte teórico e metodológico nessa pesquisa a Análise do discurso francesa de orientação pecheutiana, com base nos estudos de Pêcheux (1975 [2014], 2015a, 2015b), Orlandi (1984, 1996, 2001, 2012 e 2015) e Grigoletto (2007). Ainda nos interessa os estudos culturais no que concerne às questões da identidade e da representação, com Woodward (2000), Hall (2000) e Castells (2018), e os estudos sobre a história das mulheres e do movimento feminista, com autores como Beauvoir (1970), Tedeschi (2012), Butler (2016), Castells (2018), Federeci (2017).

Nossa pesquisa tem uma abordagem qualitativa, de natureza documental, descritiva e explicativa. Por se tratar de material já produzido em determinado contexto de produção e não criado para fins científicos, nosso *corpus* se classifica como de arquivo (COURTINE, 2014) e foi construído a partir de recortes de publicações das páginas feministas selecionadas. As páginas serão analisadas a partir da temática corpo e seus desdobramentos, procurando, nos gestos de interpretação, compreender como se constitui o sujeito mulher por meio da relação discurso, interdiscurso e memória, os modos de interpelação/identificação dos sujeitos com as formações discursivas e como se dá a (re)(des)construção das identidades do sujeito mulher na heterogeneidade do movimento.

A relevância de nossa pesquisa recai na compreensão das formas de representação do sujeito-mulher, através da análise do lugar(es) discursivo(s) do movimento feminista no espaço digital. O discurso feminista na atualidade se estabelece dentro de várias perspectivas políticas, de raça e gênero e não tem mais as mesmas reivindicações unificadas e, conseqüentemente, o mesmo perfil do século anterior. Ele é caracterizado pela heterogeneidade discursiva e pela multiplicidade de sujeitos, tanto do ponto de vista social quanto discursivo, como teoriza Grigoletto (2007, p. 125), já que entendemos que o “lugar que o sujeito ocupa na sociedade é determinante do/no seu dizer”. Desse modo, em nossa análise buscaremos compreender como se dá essa heterogeneidade e como ela constitui processos identitários para o sujeito mulher.

Nosso trabalho está dividido em sete capítulos, descritos a seguir.

No primeiro, abordaremos um breve percurso sobre os discursos que representam(ram) a mulher ao longo da história, dando ênfase a construção do corpo e as identidades constituídas a partir das diferentes percepções sobre ele, assim como a contribuição do movimento feminista no processo de construção teórica de uma nova representação do corpo da mulher, apoiando-se na desconstrução da representação dominante nos três últimos séculos.

No segundo capítulo, trataremos a relação entre discurso e espaço digital, entendendo este último como espaço discursivo de produção de sentidos de/sobre sujeitos, a partir dos três momentos articulados de produção do discurso (ORLANDI, 2012): a constituição, a formulação e a circulação. Também nesse capítulo, apresentamos os conceitos e categorias teóricas centrais de nosso trabalho, dentre outros: sujeito, forma-sujeito, lugar discursivo, posição-sujeito (GRIGOLETTO, 2007), modos de interpelação ideológica (PÊCHEUX, 2014).

No terceiro capítulo, explicamos os aspectos metodológicos da pesquisa; sua natureza, a construção e delimitação do *corpus* e os procedimentos de análise utilizados.

Os capítulos de quatro a sete compreendem a análise dos dados de nosso corpus. Optamos por apresentar os resultados dessa análise em um número maior de capítulos do que o habitual em textos de dissertação na intenção de realçar os diferentes movimentos analíticos que tentamos produzir sobre os dados.

No quarto capítulo, examinamos o lugar discursivo feminista das páginas que compõem o *corpus* a partir de elementos dos perfis de cada uma. Discutimos, assim, a constituição das posições das páginas considerando três efeitos de sentido: o *efeito de interseccionalidade*, o *efeito marxista* e o *efeito liberal*.

O quinto capítulo tratará das posições-sujeito materializadas no discurso do/sobre o corpo da mulher nas postagens que mobilizam a temática da *crítica ao padrão de beleza dominante*, tendo como referência duas redes de formulações, que denominamos: 1) *a politização do corpo não padrão* e 2) *a contestação do ideal dominante de beleza*. Nessa análise, observamos como acontecem os movimentos discursivos de desconstrução de padrões dominantes sobre o corpo do sujeito mulher, bem como movimentos de reconstrução de novas possibilidades de identificação para esse sujeito.

O sexto capítulo abordará as posições-sujeito em postagens sobre a temática da *legalização do aborto*, considerando duas redes de formulações: 1) *a proteção à vida do sujeito mulher* e 2) a autonomia sobre a capacidade *reprodutiva*. Nele, observamos

movimentos de reconstrução de identidades do sujeito mulher fundamentados no campo da sexualidade e dos direitos reprodutivos femininos.

Em nosso último capítulo, a partir de postagens que questionam as violências sofridas pelo corpo feminino sustentadas pela ideologia patriarcal, abordaremos o a temática da cultura do estupro. No capítulo, tratamos da produção de sentidos da rede de formulações por nós denominada *a problematização da cultura do estupro*, que permeia todas as páginas pesquisadas. Com base nessa rede, perceberemos movimentos de desconstrução das identidades do sujeito mulher sustentadas nessa cultura do estupro.

Os capítulos quinto, sexto e sétimo foram organizados com base nos efeitos produzidos pelos três grupos de temáticas que encontramos no conjunto das páginas. Dessa maneira, para o primeiro grupo – Crítica ao padrão de beleza dominante –, para o segundo – Legalização do aborto – e para o terceiro – Denúncia da cultura do estupro – observamos os efeitos produzidos nas redes de formulações presentes nas três posições encontradas (interseccional, marxista e liberal). Em cada posição, destacamos postagens que representassem a regularidade desses efeitos e demonstrassem vestígios discursivos das posições encontradas.

Acreditamos que analisar discursos de/sobre mulheres nas redes sociais, mas especificamente em páginas feministas de facebook, ajudam na compreensão dos efeitos de sentidos que tem moldado as representações da mulher na história, sobretudo em relação ao corpo, e como tem sido desconstruído com base nos modos de inscrição desses sujeitos nos discursos feministas. Com base nisso, poderemos entender as formas políticas que o feminismo tem adquirido nesse novo espaço, configurando-o como um feminismo digital (ARAÚJO, 2016), atualizando os sentidos acerca do movimento, materializando outros sentidos possíveis por intermédio do trabalho político da linguagem.

1 MULHER, CORPO E IDENTIDADE

A relação mulher, corpo e identidade são o cerne de nossa pesquisa, tendo isso em vista, nesse capítulo abordaremos as questões relativas a esses três aspectos no âmbito dos estudos culturais. Para compreender os processos de (re)(des)construção de identidades é necessário entender como o sujeito é constituído no interior dos discursos dominantes e quais movimentos de deslocamento desses discursos são responsáveis pela quebra dos sentidos cristalizados.

Para tanto, versaremos quanto as práticas discursivas que mobilizam sentidos que são retomados pelas páginas pesquisadas, a partir dos discursos da filosofia antiga, da religião-cristã, da indústria da beleza, da medicina e da escravidão. Discorreremos sobre as principais características desses discursos e como eles deram/dão sustentação as formas de submissão e opressão da mulher própria do sistema patriarcal. Nossa segunda seção tratará a respeito do corpo, trazendo um percurso histórico de construção desse objeto através das relações discursivas e de poder. Na terceira, dissertaremos sobre a relação identidade e poder na constituição do corpo da mulher e como os discursos de representação o constituíram. Ainda nesse tópico, explanaremos práticas de desestabilização dessas representações através dos novos sentidos proporcionados por movimentos e teorias de/sobre mulheres.

1.1 Os discursos de representação da mulher

A linguagem é o meio pelo qual representamos o mundo. É por meio da linguagem que damos sentido ao mundo e os sentidos só podem ser compartilhados a partir de uma linguagem em comum. Esses sentidos são possíveis porque a linguagem é um sistema de representação e, como tal, conecta-se à cultura como forma de produção e compartilhamento de significados. É preciso fazer parte da mesma cultura, do mesmo sistema de linguagem, para entender as formas de representação dos objetos, conceitos, ideias e sentimentos no mundo (HALL, 2016). De acordo com Hall (2016):

Representação é uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura. Representar envolve o uso da linguagem, de signos e imagens que significam ou representam objetos. Entretanto, esse é um processo longe de ser simples e direto (HALL, 2016, p. 31).

Como vimos, os processos de significação precisam da ligação entre as formas de linguagens e a cultura para montar seu sistema de representação e assim produzir sentido.

Entendemos representação como a conexão entre os conceitos e a linguagem que atribuímos aos objetos do mundo. Partindo desse conceito, abordaremos nesse tópico as formas de representação cristalizadas ao longo dos séculos e a construção de identidades para o sujeito mulher que tem por base esses modos de representá-la nos discursos.

Os sentidos não estão nos objetos nem na palavra que os designa. Eles são fixados por códigos que estabelecem as relações entre sistema conceitual e linguagem, formando o sistema de representação, de tal forma que os sentidos se cristalizam tão fortemente que parecem naturais. A relação entre os conceitos e os códigos que os representa se dá de forma arbitrária, sendo uma criação social e cultural, por meio de convenções sociais.

Pertencer a uma cultura é pertencer, grosso modo, ao mesmo universo conceitual e linguístico, saber como conceitos e ideias se traduzem em diferentes linguagens e como a linguagem pode ser interpretada para se referir ao mundo ou para servir de referência a ele. Compartilhar esses aspectos é enxergar o mundo pelo mesmo mapa conceitual e extrair sentido dele pelos mesmos sistemas de linguagem (HALL, 2016, p. 43).

Ao compartilhar os conceitos e os códigos que representam esses conceitos nos inserimos na mesma cultura, temos as mesmas referências e os mesmos sistemas de linguagem, podemos assim interpretar e dar sentido ao mundo de modo semelhantes. Nessa esteira, percebemos que os sentidos para o ser mulher na sociedade são construções sociais e históricas que são mantidas através de discursos que sustentam esses sentidos.

Entendendo a língua dentro de sua historicidade, temos também o discurso como sistema de representação, compreendido aqui como práticas sociais que implicam sentido e que influenciam e definem o que fazemos (HALL, 2016). Discurso é então a produção de sentido pela linguagem. Esses sentidos estão determinados pelas posições ideológicas que o sujeito ocupa no processo sócio-histórico de produção do seu dizer (PÊCHEUX, 1975 [2014], p. 146). Por tal característica, compreendemos os sentidos como construídos historicamente e discursivamente pela ideologia e como espaço de constituição de sujeitos.

Esses sentidos são resultado da relação entre discursos que sustentam nosso dizer. Dessa forma todo dizer imbrica outros dizeres, possibilitando a construção de (novos) sentidos. Além disso, o lugar do qual o sujeito fala se reflete em seu discurso, produzindo efeitos próprios desse lugar social mobilizados através de imagens projetadas no discurso. Esse mecanismo imaginário produz imagens dos sujeitos e objetos do discurso em uma determinada conjuntura sócio-histórica. A projeção do lugar social empírico para a posição de sujeito de discurso aciona as Formações Imaginárias, fazendo significar no discurso não o sujeito físico, mas as imagens projetadas através de práticas políticas e simbólicas de

linguagem, constituídas pelo contexto sócio-histórico e pela memória, o saber discursivo, o já dito (ORLANDI, 2015, p. 38).

Desse modo, as posições de sujeito não existem de modo abstrato, como nos fala Pêcheux (1975 [2014], p. 132) ao abordar as posições de classe, pois são fruto da regionalização de objetos ideológicos e das “relações de desigualdade e subordinação entre essas regiões que constituem a cena da luta ideológica de classe”. Compreendemos, assim, o objeto ideológico Mulher pelas imagens projetadas nos discursos produzidos em determinada condição histórica que, por meio de relações desiguais entre gêneros estabelecidas no sistema patriarcal, inscreve o sujeito mulher em determinadas posições e impossibilita outras. Sendo assim, o que funciona nos discursos da filosofia antiga, da religião-cristã, da beleza, da medicina e da escravidão não é o sujeito mulher empírico, mas as imagens produzidas para o objeto ideológico Mulher no interior das formações imaginárias.

O sujeito é então constituído no/pelo discurso por meio de processos de identificação entre posições. Essas identificações são construídas em processos de representação, em locais históricos e institucionais, e no interior de formações discursivas específicas. Se constituem em processos de marcação da diferença e da exclusão, e não de igualdades, entre unidades idênticas. Segundo Hall (2014),

concepção aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação (HALL, 2014, p. 108).

Nesse sentido, as identidades são construídas na e pela história, não são identificações prévias e unificadas, são fragmentadas, construídas na diferença, na relação daquilo que é com aquilo que não é. Toda identidade é assim uma falta de um outro silenciado e inarticulado, como diz Hall (2014), mas nunca uma completude. As identidades são, então, posições que o sujeito é interpelado a assumir dentro de discursos particulares, formações discursivas, e que nos constroem como sujeitos, produzindo subjetividades.

Por ser marcada na diferença, como definiu Hall (2014), a identidade é relacional. Assim, para a existência de uma determinada identidade é preciso o estabelecimento de relações de oposição. De acordo com Woodward (2014, p.9), “a diferença é sustentada pela exclusão”, logo em uma sociedade patriarcal, o ser mulher é estabelecido pela oposição entre o ser homem. Os valores estabelecidos para cada um desses objetos ideológicos é construído pela regionalização desses objetos (Homem, Mulher), como fala Pêcheux (1975[2014]), e

constituídos por meio das relações de desigualdade e subordinação entre elas e que, assim como na luta ideológica de classes, compõem a luta feminista contra a opressão patriarcal. Desse modo, podemos dizer que as posições feministas não existem de modo abstrato, mas enquanto desdobramento das relações de desigualdades e subordinação entre essas regiões da luta ideológica na sociedade de classes. Nesse viés, a luta feminista se daria pela evidenciação da subordinação e desigualdade estabelecida, na sociedade capitalista, entre homens e mulheres¹.

Esse jogo de diferenças, então, produz processos identitários que funcionam sob práticas de valorização de determinadas identidades em detrimento de outras, uma vez que “todas as práticas de significação envolvem relações de poder” (WOODWART, 2014, p.19). Essa marcação é simbólica e é ela quem dá sentido às práticas e às relações sociais. Desse modo, as imagens do sujeito mulher são produzidas através de posições assumidas no/pelo discurso, mobilizando (novos) sentidos para esses objetos ideológicos regionalizados, constituindo identidades que são/serão reproduzidas na sociedade patriarcal e pelas quais se estabelecem disputas para transformação.

Os processos identitários são assim construídos através do discurso e da produção de sentidos dentro de um sistema de representação/formação imaginária. Para compreendermos a construção das identidades do sujeito mulher é preciso compreender quais os discursos que a representaram nesse percurso, as imagens projetadas e acionadas nas formulações, já que sujeito e sentido se constituem de forma mútua. Não existe sujeito que não tenha sido constituído através de processos de identificação, a partir de mecanismos de produção de sentidos (ORLANDI, 1987). Sendo assim,

[...] se a identidade é um movimento na história, é justamente porque todo processo de significação é uma mexida (deslize) em redes de filiação (na relação entre formações discursivas, no conjunto da memória) de tal modo que o sujeito se produz ao mesmo tempo como repetição e como deslocamento (ORLANDI, 1987, p. 207).

Consoante Orlandi (1987), as identidades são processos de significação que se constituem nas redes de memória produzindo sujeito por meio da repetibilidade. Ao falarmos acerca do sujeito mulher na história é impossível não abordarmos a naturalização dos papéis sociais que definiram as identidades sociais para homens e mulheres por meio da repetição e cristalização dos sentidos. A naturalização desses papéis delimitou os espaços, assuntos e

¹ O feminismo marxista compreende a luta pela emancipação da mulher como intimamente relacionada à luta pela desestruturação do sistema capitalista (SAFFIOTI, 2004). Contudo, nem todas as posições feministas irão utilizar a categoria classe como norteadora para sua militância e construção teórica, o feminismo radical e o liberal.

direitos das mulheres por longos períodos, embasando uma cultura patriarcal, centrada na figura masculina.

A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem (SAFFIOTI, 1987, p. 8).

Segundo Saffioti (1987), a naturalização do espaço doméstico como feminino é exemplo das identidades sociais atribuídas às mulheres e que se mantém no seio social através do discurso da capacidade reprodutiva, que coloca o sujeito mulher apto aos afazeres domésticos devidos sua capacidade de ser mãe. Percebemos então a naturalização de comportamentos socioculturais, inscrevendo traços construídos historicamente como natureza feminina, restringindo o sujeito mulher ao espaço doméstico, e estabelecendo ao homem o público.

Esse processo é o que constitui o sistema patriarcal enquanto “imagens que as sociedades constroem do masculino e do feminino” (SAFFIOTI, 2004, p. 58) e que garante a subordinação da mulher ao homem. Essas imagens são fruto da divisão sexual do trabalho em que se estabelece a divisão social. Ainda conforme a autora, o processo patriarcal é relativamente novo, tendo em vista a história da humanidade, já que remonta a 5.203 anos (SAFFIOTI, 2004, p. 60), se contarmos desde o início do movimento de tomada de poder dos homens sobre as mulheres.

Esse processo de naturalização dos papéis sociais incutidos dentro do sistema patriarcal é fomentado através das práticas discursivas de representação da mulher. A discursividade se “torna um lugar de produção dos sentidos, que muitas vezes são materializados e passam a reforçar o efeito de apagamento da historicidade de certos fatos sociais” (FERREIRA, 2011, p. 59). Nesse sentido, o encobrimento do diferente reforça sentidos tidos como universais, fazendo parecer natural aquilo que é produzido culturalmente.

Com base nessas práticas discursivas, forma-se então a cultura da mulher como ser inferior, sentimental e incapaz, o que justificaria sua restrição ao espaço doméstico, invisibilizando-na, “porque são pouco vistas, pouco se fala delas” (PERROT, 2007, P. 17). A desigualdade de gênero, construída pelas relações de poder e que estão presentes na sociedade ocidental desde a antiguidade, definem então a identidade do sujeito mulher e do sujeito homem com base na divisão dos espaços e do trabalho, classificando o público e o privado como fator de dominação e submissão (TEDESCHI, 2012). Essa divisão, apesar de ser

culturalmente estabelecida, é defendida como natural em discursos ideologicamente direcionados.

Os discursos que dão suporte a esse processo de inferiorização da mulher podem ser divididos em dois grupos, o discurso filosófico e o discurso religioso cristão, conforme nos aponta Tedeschi (2012). O primeiro tem na sua base a filosofia grega clássica. Filósofos como Platão, Aristóteles e Galeno utilizam-se de ideias fundamentadas na “natureza feminina” para defender a submissão de mulheres, já que essas são a imperfeição, “o homem incompleto”, “criaturas irracionais”, sem pensar próprio, “pouco criativas”, “sem espírito estético”, “dependentes do seu corpo”, portanto, necessitam, devido à sua natureza, serem submissas e controladas pelos homens (TEDESCHI, 2012, p. 45).

O segundo, o discurso religioso da moral católica se baseia nos textos bíblicos para propor dois paradigmas de mulher: Eva, como símbolo de todas as mulheres, e Maria, como representação de como deveriam ser todas as mulheres. A primeira tratada como pecadora, criada a partir da costela de Adão, e por isso submissa a ele. Nesse discurso, a ordem da criação é uma forma de hierarquização social entre homens e mulheres. A segunda, Maria, vista como modelo de obediência e servidão a Deus, sempre imaculada, modelo inatingível na prática social, mas que todas as mulheres devem seguir.

Nas sociedades fundamentadas no cristianismo é comum a reiteração desses discursos pertencentes a essa formação cultural. Entendemos como formação cultural o “espaço a partir do qual se podem prever os efeitos de sentidos a serem produzidos” (FERREIRA, 2011, P. 61). Ao ocupar determinadas posições em uma formação cultural, os sujeitos preparam as condições de produção desses discursos de forma a antecipar os sentidos que se estabelecerão no discurso. Essa formação cultural está intimamente ligada às noções de formação social e ideológica. Pensando assim, a formação cultural cristã antecipa os efeitos de sentidos nos discursos referentes às mulheres, classificando-as como modelos a serem seguidos, Maria, e modelos a serem rejeitados, Eva. Essa hierarquização estabelece as mulheres que são consideradas dignas de respeito, daquelas que devem ser isoladas na sociedade.

Outra formação cultural que promove discursos relacionados à mulher é o mito da beleza. Sempre existiu modelos de beleza difundidos de acordo com a cultura dominante de uma determinada época. Segundo Wolf (2018) os critérios de beleza determinam os comportamentos e devem ser seguidos por uma determinada parcela da sociedade, nesse caso as mulheres. A autora nos diz que, como exemplos de comportamentos incutidos a essa

parcela social, a juventude e a virgindade são caracteres que demarcam falta de experiência ou ignorância sexual (p. 31), defendidos como critérios para se classificar e separar as mulheres.

O mito da beleza surge a partir da decaída da mística feminina da domesticidade² que, de acordo com Wolf (2018), surge como contraponto aos direitos conquistados pelo movimento feminista ao longo dos anos.

A reação contemporânea é tão violenta porque a ideologia da beleza é a última remanescente das antigas ideologias do feminino que ainda tem o poder de controlar aquelas mulheres que a segunda onda do feminismo teria tornado relativamente incontroláveis. Ela se fortaleceu para assumir a função de coerção social que os mitos da maternidade, domesticidade, castidade e passividade já não conseguiam impor. (WOLF, 2018, P. 26)

O mito da beleza vem de modo coercitivo regular e “controlar” as mulheres pós revolução feminista. Os comerciais de produtos domésticos perdem espaço para produtos de beleza e seus ideais de feminilidade passam da dona de casa à modelo jovem e magra.

O ideal de beleza imposto às mulheres é um sistema monetário e determinado pela política, como nos diz Wolf (2018), construindo um conjunto de crenças utilizadas para manter o domínio masculino sobre as mulheres, colocando-as em competição, numa demonstração das relações de poder que impõe culturalmente padrões físicos a serem seguidos e defendidos como naturais. Assim, “o mito da beleza não tem nada a ver com as mulheres. Ele gira em torno das instituições masculinas e do poder institucional dos homens” (WOLF, 2018, p. 31).

O mito da beleza é estabelecido e difundido pela cultura através das artes, literatura, esculturas etc., trazendo modelos de beleza em contraponto aos da não-beleza. No discurso literário, em diversos romances escritos por mulheres como Austen e Brontë, a beleza é representada na frivolidade, na rival maravilhosa e detestável, mas bonita e sedutora fazendo antagonismo com a jovem heroína de “olhos vivazes” (WOLF, 2018, p. 94) e inteligência incomparável. Nessa perspectiva, o mito coloca como características insociáveis a beleza e a inteligência, como características opostas.

A figura masculina representada nos romances de autoria masculina, nos afirma Wolf (2018), é a do homem que se arrisca pelo bem comum e pelo conhecimento, atrás de

² A autora denomina como Mística Feminina da domesticidade o monopólio de anúncios e vendas de produtos para o lar que, em revistas, ficção e outros meios de comunicação destinados às mulheres, (re)produziam a imagem da mulher dona de casa, mobilizando os sentidos da vocação “natural” da mulher para o lar, para o ambiente privado, mantendo sua tarefa de controle social. Ainda para a autora, por meio dos estudos de John K. Galbraith, essa insistência na Mística Feminina também se deu para disfarçar a importância do papel de consumidora essencial para a manutenção do sistema do capital (WOLF, 2018).

grandes feitos sociais, como no mito de Prometeu. Já a figura feminina nesses romances é representada pela sua beleza e capacidade de prejudicar o bem comum devido à sua audácia intelectual. Novamente a beleza se contrapõe a inteligência para a mulher, no entanto não ouvimos falar na beleza masculina nesses mesmos romances ou mesmo opor a sua inteligência.

Outro difusor desse mito da beleza são as revistas femininas que surgem com a invenção da imprensa.

As revistas femininas acompanharam o avanço das mulheres e a simultânea evolução do mito da beleza. [...]A ascensão das revistas femininas resultou de grandes investimentos de capital, aliados à expansão da alfabetização e aumento do poder aquisitivo das mulheres da classe trabalhadora e da baixa classe. Tinha se iniciado a democratização da beleza. (WOLF, 2018, p. 97)

As revistas femininas conseguiram se consolidar na virada do século XVIII e sua circulação duplicou em meio aos movimentos feministas dessa época. Inicialmente voltadas para o lar e produtos domésticos, durante a primeira e a segunda guerras mundiais, com a atenção para o trabalho na indústria da guerra, as revistas se concentram nas mulheres que passam a ocupar os cargos desocupadas pela guerra, trazendo matérias que atraem um novo público feminino. Com remuneração melhor, as novas posições trabalhistas trouxeram confiança e estímulo para mulheres, mas era preciso preservar a imagem feminina aceitável. (WOLF, 2018, p. 98).

As propagandas nas revistas femininas, anteriores à guerra, mantinham sua atenção em produtos para o lar, na intenção de manipular donas de casa, utilizando para isso fórmulas que demonstrassem às mulheres a “sensação de realização” (WOLF, 2018, p. 101) da conclusão do trabalho doméstico, levando-as a crer na facilidade que o produto traria para sua vida. No pós-guerra, os cosméticos tomam o lugar desses produtos e passam a condicionar as mulheres a um padrão de beleza que é representado nessas publicações. Assim, o mito da beleza é mantido pelas ideologias de mercado e patriarcal, na construção de uma identidade para a mulher que agrada aos homens e diminua as “consequências econômicas da revolução das mulheres” (WOLF, 2018, p. 103).

A construção da imagem do sujeito mulher na Ideologia patriarcal também foi produzida no interior dos discursos relacionados à medicina e que caracterizavam comportamentos sociais adequados ou não para mulheres, classificando como doenças comportamentos destoantes dos estabelecidos pelo sistema patriarcal em um determinado contexto histórico.

Segundo Roudinesco e Plon (1998), na antiguidade clássica, a histeria era vinculada à pretensa irracionalidade da mulher e seria doença exclusivamente feminina, relativa ao útero e que dominaria toda sua totalidade. Platão retoma esses sentidos e define a mulher como “animal sem alma”, em contraponto ao homem. Durante a Idade Média, a palavra histeria cai em desuso e determinados comportamentos, vistos anteriormente como histéricos, passam a ser vistos como expressão do prazer sexual e, por isso, tidos como pecado. Nesse contexto, o demônio seria o responsável por simular doenças no corpo das mulheres ao possuí-las. No renascimento, o discurso religioso articula os sentidos de histeria aos de bruxaria e possessão demoníaca levando, por mais de dois séculos, inúmeras mulheres à fogueira da inquisição.

No século XVIII, as hipóteses cerebrais passam a vigorar nos estudos sobre a histeria. Essas hipóteses promoveram a “dessexualização” (ROUDINESCO E PLON, 1998, p. 338) da histeria sem, contudo, desvencilhar o ideal de animalidade da mulher que repercutiu desde os gregos clássicos. No final do século XVIII, através dos estudos de Charcot, a histeria passa a ser vista como neurose atribuída a uma causa traumática ligada ao sistema genital, tornando-se uma doença funcional, hereditária e que afetava homens e mulheres. Freud, inicialmente, baseado nos estudos de Charcot e Bernheim, define histeria como resultado de um trauma sexual, fruto de abusos sexuais durante a infância. Posteriormente, renuncia essa teoria da sedução ao conceber a histeria por meio da noção de fantasia e evidenciar uma realidade psíquica como importante, assim como a realidade material, para a história do sujeito.

Apesar da construção da histeria, a partir do século XVIII, como doença psíquica, os sentidos atribuídos para ela entre a antiguidade e o renascimento ainda fazem parte da rede de memória da ideologia patriarcal como comportamentos tipicamente femininos, acionando sentidos de inferiorização do sujeito mulher e de vulgarização da histeria. Esse efeito de vulgarização da histeria é mobilizado pela Formação ideológica patriarcal para atribuir ao sujeito mulher os sentidos da loucura, da insanidade, da irracionalidade e produzindo efeitos de desqualificação (GARCIA; LUNKES, 2019).

Percebemos que o discurso da filosofia antiga, da religião (cristã), da beleza e da medicina são formas de representar o sujeito mulher branca. As práticas discursivas de inferioridade das raças moldaram as formas de viver e representar dos sujeitos negros no percurso da história. Woodward (2014) afirma que toda prática de significação envolve relações de poder, definindo quem é ou não excluído, quem é ou não representado, levando determinados sujeitos ao silenciamento e privando-os de recursos simbólicos e materiais.

O sujeito mulher negra não é representado na história pelos discursos acima mencionados, pois o discurso da escravidão, que representou a mulher negra durante séculos, despersonalizou a mulher negra, desumanizou e a inscreveu como propriedade, como nos fala Davis (2016).

O sistema escravocrata definia o povo negro como propriedade. Já que as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero. Nas palavras de um acadêmico “a mulher escrava era, antes de tudo, uma trabalhadora em tempo integral para seu proprietário, e apenas ocasionalmente esposa, mãe e dona de casa” (DAVIS, 2016, p. 17)

Como podemos ver, a escravização da população negra constrói o sujeito como objeto de propriedade de outro sujeito, branco, desumanizando-o. No discurso escravocrata a mulher negra não tem uma identidade construída na diferença, como vimos, entre homem e mulher, já que ela é destituída de seu gênero pelo processo de objetificação, muito menos o papel social materno lhes é inculcido, já que são vistas apenas como reprodutoras de mão de obra para seus senhores (DAVIS, 2016).

No ambiente doméstico essa igualdade de papéis também era mantida. Segundo Davis (2016), a submissão das mulheres à exploração da sua mão de obra, sem distinção entre os sexos, deu suporte para a manutenção da igualdade no ambiente de trabalho, doméstico e de resistência, mesmo tendo em vista que os castigos inculcidos às negras eram muito mais intensos, já que além de açoitamento e mutilação, eram também estupradas.

Essa paridade entre homens e mulheres dentro do regime escravocrata produz processos identitários diferenciados para o sujeito mulher negra e branca. A construção da personalidade da mulher negra não acompanha a da branca, devido à complexidade da situação da mulher escravizada, e coloca em oposição as identidades não só construídas pelo discurso dominante que as representa, mas também pelas práticas dos dominados que tentam desconstruir essas representações (DAVIS, 2016).

Podemos citar como práticas discursivas diferentes entre brancas e negras a maternidade, que moldura grande parte das formas de representar a mulher branca nos discursos acima, não tem a mesma constituição simbólica para a mulher negra, “a origem de sua força não era um poder místico vinculado à maternidade, e sim suas experiências concretas como escravas” (DAVIS, 2016, p 41). Algumas mulheres escravizadas matavam seus filhos para impedi-los de viver o horror da escravidão, o que caracteriza outra concepção do ideal materno.

A submissão ao qual foi exposta as mulheres negras escravizadas impediu-as de vivenciar as práticas culturais que faziam parte do seu cotidiano anterior à escravidão. Bonfim (2009) mostra que as sociedades africanas, até a ascensão do cristianismo e do islã, eram prioritariamente matricêntricas, “matrilineares e matrifocais, embora num contexto de hegemonia masculina no campo militar e político” (BONFIM, 2009, p. 224). No entanto, até o início da colonização, metade do século XIX, havia uma partilha do poder político nessas sociedades. A submissão da mulher negra africana é então fruto do sistema patriarcal das sociedades colonizadoras embasadas no ideal racial fenotípico para hierarquizar a população diferente do homem branco.

Nesse breve relato, impossível de ser esgotado aqui, notamos que o sujeito mulher é representado ao longo dos séculos por discursos cristalizados e mantidos pelo poder dominante. O discurso da filosofia, da religião (cristã), da medicina e da escravidão produzem os sentidos do ser mulher baseado em concepções que produzem efeitos de naturalidade, encerrando a mulher no âmbito emocional, belo e místico. A mulher é vista e representada em oposição ao homem, por consequência, à inteligência, à razão e à ciência.

Contudo, nem todas as mulheres são simbolizadas da mesma forma nesse processo de representação. O sistema escravocrata, tanto no Oriente Médio (IX a XVI) quanto nas Américas (XVI ao XIX) (BONFIM, 2009, p. 225), mudou completamente a perspectiva da mulher africana, que deixa o espaço da sociedade matricêntrica passando a coisificação do seu corpo, como objeto de trabalho e prazer para uso do seu proprietário. Consta-se assim que o corpo é, tanto na naturalização de papéis sociais atribuídos às mulheres, como na concepção de inferioridade dos povos negros, fruto de construções sócio-históricas, ligadas à cultura e à língua por processos de representação e manutenção das relações sociais. Na próxima sessão traçaremos um percurso sobre os discursos sobre o corpo e sua construção a partir das relações discursivas e de poder ao longo dos séculos.

1.2 Um corpo em construção: um breve percurso

O corpo tem sido objeto de estudo ao longo de toda a história. Ele foi concebido das mais variadas formas nas mais diversas sociedades. No discurso da antiguidade grega, o corpo era radicalmente idealizado. A sua construção estava condicionada ao seu aprimoramento, o corpo belo “era visto como elemento de glorificação e de interesse do Estado” (BARBOSA; MATOS; COSTA, 2009, p. 25). Era digno de admiração e tão importante quanto uma mente

brilhante. A nudez era expressão artística da beleza e da saúde de um corpo aprimorado, mas não qualquer nudez, apenas a do homem cidadão.

Segundo Barbosa, Matos e Costa (2009), os gregos estabeleciam condutas para o “bom uso” dos prazeres, como bebida, para evitar excessos e descontroles. Essas normas restringiam-se apenas aos cidadãos, homens livres, sendo excluídos escravos e mulheres. Por ser uma cultura de base patriarcal, às mulheres cabia a função doméstica e submissão aos pais e maridos. A cultura de aprimoramento do corpo não englobava as mulheres, o corpo era produzido e pensado no masculino.

O discurso cristão da Idade Média trouxe outra forma de conceber e representar o corpo. Objeto de expressão da beleza na Grécia antiga, passa a ser visto como fonte de pecado a ser ocultado em sinal de respeito e obediência divina. O modelo de pecado, simbolizado por Adão e Eva, e o ideal de transcendência e negação do corpo, simbolizados por Maria e Cristo, transforma o estatuto do corpo e normaliza o comportamento de uma determinada classe, a dominante (aristocrática e urbana), estabelecendo os comportamentos a partir da conjuntura social e ideológica da Igreja e do Estado (DEL PRIORE, 1995).

Ainda na Idade Média, o discurso do/sobre o corpo é marcado pela rigidez dos valores morais estipulados pela Igreja juntamente com a Monarquia. A separação corpo e alma se delineia com mais força, representando o corpo como terreno, material, prisão da alma, e a alma como aquilo que deve ser purificado pela punição corpórea (BARBOSA; MATOS; COSTA, 2009).

Para o cristianismo, o corpo sempre teve a característica de fé; é o corpo crucificado, glorificado e que é comungado por todos os cristãos. Como sabemos, as técnicas coercitivas sobre o corpo, como os castigos e execuções públicas, as condenações pelo Tribunal do Santo Ofício (a Inquisição – oficializada pelo papa Gregório IX), o auto-flagelo marcam a Idade Média. (BARBOSA; MATOS; COSTA, 2009, p. 27)

A dualidade corpo e alma marca o discurso do/sobre o corpo na Idade Média pela percepção do corpo como algo pecaminoso, a ser escondido, e alma como algo a ser purificada através da dor corporal. Ainda nessa época a Igreja estabelece o que Federeci (2017, p. 81) chama de “catecismo sexual”, que descrevia detalhadamente as regras permitidas durante o ato sexual, como os dias permitidos e proibidos, com quem era aceito e com quem era desaprovado.

Na Idade Moderna, o discurso renascentista do/sobre o corpo inscreve-o no estatuto científico. O apreço pela razão, pela produção técnica e científica renascentista eleva-o como objeto a ser estudado, descrito e analisado. O corpo renascentista ainda está sob as bases da

ruptura corpo e alma, mas os aspectos religiosos se distanciam, retratando o homem pela constituição entre duas substâncias: uma pensante – a razão – e a outra material – o corpo. O imaginário sobre o corpo como parte física e outra subjetiva tem sua base nas teorias de Descartes e se estendem até o discurso iluminista do século XVIII. Nele, o corpo é depreciado, sendo-lhe negada a vivência sensorial e corporal, incorporando os sentidos de racionalidade como forma de dominação (BARBOSA; MATOS; COSTA, 2009),

No século XIX, o discurso do/sobre o corpo é reconfigurado pelos discursos filosóficos e psicanalíticos. No primeiro, o corpo deixa de ser pensado como uma natureza inanimada e, através do pensamento nietzschiano que postula a interação corpo e mente, passa a ser entendido como uma estrutura social constituída de muitas almas (CAMPELLO; SCHIMIDT, 2015, p. 10). Já o discurso psicanalítico, fundamentado nas descobertas psicanalíticas e pelas teorias freudianas do corpo sexualizado, inscreve o corpo como resultado do biológico, dos institutos e das pulsões da libido, indicando a coexistência da natureza e da cultura no corpo.

O discurso psicanalista freudiano, fundado no conceito de *falo*, forjou sua abordagem sexual fora do âmbito apenas biológico, como disparidade entre os sexos, de acordo com a distinção entre os órgãos, partindo para uma concepção de base natural e cultural, numa interrelação entre corpo e linguagem. Para o psicanalista, ambos os sexos passariam por fases idênticas de desenvolvimento da libido – oral, anal e genital – e então se diferenciariam na *fase autoerótica*, na qual o menino passaria pelo *complexo de Édipo* e a menina pelo *complexo de Electra* (BEAUVOIR, 1949 [2019]).

No final da década de 50, o discurso feminista, apoiado nas contribuições de Simone de Beauvoir (1949[2019]), faz críticas a definição dada pela teoria da libido feminina pensada por Freud. Para o autor, ao compreender a diferença anatômica entre os sexos, a menina reage à ausência do pênis pelo *complexo de castração*, e passa a repelir a pretensão de virilidade. Ambos os complexos (Édipo e Electra) se fortalecem de forma mútua. Ao resistir ao complexo de castração, a menina recusaria sua feminilidade e ansiaria o falo, identificando-se assim com seu pai. Essa recusa acarretaria a permanência no estágio clitoridiano, podendo causar frigidez ou a homossexualidade.

Beauvoir (1949[2019]) rejeita a sexualidade feminina calcada nesse modelo masculino proposta por Freud, pois encerra o sujeito mulher no imaginário de “homem mutilado”. Para a filósofa, esse ideal de mutilação produz comparação e valorização sobre o *falo*, implicando, para o menino, sentido de orgulho do órgão sexual, e para a menina, motivo de inveja. A autora destaca a origem social dessa soberania do *falo* e ressalta os impedimentos

sociais à mulher acarretados pelo ideal de valorização. Para Beauvoir (1949[2019]), caso a mulher conseguisse afirmar-se como sujeito, esse privilégio anatômico poderia ser transfigurado do falo para outro objeto, que poderia se tornar mais precioso que o próprio falo.

As contribuições do discurso psicanalítico colocam a importância do contexto histórico e social na compreensão do corpo feminino e masculino e na percepção do que se entende por homem e mulher em uma sociedade. Já o discurso feminista, embasado em Beauvoir (1949[2019]), evidencia a desigualdade na compreensão desses contextos na compreensão do corpo da mulher e do homem.

A temática da sexualidade como efeito do/sobre o corpo também permeou o discurso filosófico do século XX. As teorias pensadas por Michel Foucault colocam o corpo percebido como produto de práticas discursivas e relações de poder que o materializam em formas de linguagem. A constituição do corpo estaria vinculada efetivamente com a realidade, não por um efeito natural, pré-cultural e ahistórico, mas pelo dispositivo da sexualidade. Nessa teoria, o dispositivo é concebido como conjunto heterogêneo de práticas discursivas e institucionais sobre o sexo:

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder. (FOUCAULT, 1988, p. 100)

Para o autor, o dispositivo sexual está relacionado aos dispositivos de poder desenvolvidos na sociedade disciplinar que regula e dá forma as relações. Nessa sociedade disciplinar, caracterizada pela vigilância e controle, o corpo é alvo de manipulação, treinamento. O chamado corpo dócil, teorizado pelo filósofo, é definido pela utilização, transformação e aperfeiçoamento (FOUCAULT, 1987). Ainda conforme o autor, a disciplina fabricaria corpos submissos, dominando os corpos, fazendo-os operarem segundo técnicas, eficácia e tempo determinados.

Foucault (1988) coloca a afirmação do corpo como primordial na consciência de classe. O autor defende que a burguesia moldou o conceito de sexualidade sadia e corpo são, negando ao proletariado o reconhecimento desse corpo e da sua sexualidade. A mudança dessa realidade só foi possível através de conflitos urbanos, econômicos e a instauração da tecnologia de controle sob os corpos e da sexualidade do proletariado. O sexo seria então uma forma de regulação individual e do corpo político, do comportamento da população.

Seguindo o raciocínio do filósofo, a regulação e o controle social fazem surgir posições de sujeitos, características criadas no interior de discursos reguladores que emergem a partir do controle em relação a determinados tipos de comportamentos e cria modelos que devem ser disciplinados e controlados, como a mulher histórica, o pervertido etc. Essas posições de sujeitos determinam os corpos, definindo acessos aos bens materiais, os modos de representação e a exclusão social.

O discurso feminista pós década de 70 também produz sentidos para a construção do corpo. Ao evidenciar o corpo feminino como centro de disputas entre o público e o privado, o movimento rompe com os sentidos produzidos pela filosofia clássica, pela religião e pela psicanálise freudiana que colocavam o corpo e a sexualidade do sujeito mulher sob a ótica masculina. Inicia-se o processo de formulação de teorias críticas aos mecanismos de controle sobre o corpo e a sexualidade feminina que daria sustentação à teoria e à prática feminista contemporânea (SCAVONE, 2010). Visando a liberdade e a autodeterminação dos corpos femininos, o movimento reivindica a desconstrução do discurso dominante que encerra o corpo do sujeito mulher sob a ótica da sexualidade reprodutiva, tendo como meta a separação da sexualidade e da procriação:

Para o feminismo, tal separação desconstruía o naturalismo da reprodução com o sexo biológico, portanto, o movimento buscava garantir a liberdade de escolha do uso da contracepção, assim como seu direito para todas as mulheres. Ao mesmo tempo, questionava a ausência de pesquisas para a contracepção masculina, pois se tratava, também, de incluir os homens na reprodução (SCAVONE, 2010, p. 50).

Essa separação subverteria o lugar atribuído às mulheres pela ideologia patriarcal no espaço público e privado. A máxima “Nosso corpo nos pertence” torna-se lema desse período, pondo em destaque a discussão acerca do destino biológico imposto às mulheres, questionando seu lugar social para além da maternidade compulsória e o domínio sobre seu corpo.

Contudo, a separação entre sexualidade e reprodução só foi possível através das tecnologias masculinas de poder, como nos fala Scavone (2010), pela criação, na década de 60, e a ascensão, a partir da década de 70, de métodos contraceptivos, como pílula contraceptiva e o DIU. A autora lembra que essas tecnologias contribuíram para a manutenção do que a autora chama de “determinismo biológico procriativo feminino” (2010, p. 51), uma vez que a medicina marginalizou as pesquisas de divulgação e utilização de métodos contraceptivos masculinos, mantendo sob a mulher a responsabilidade da contracepção.

Ainda nesse viés, o movimento feminista inclui em seu discurso sobre o corpo a luta pela legalização do aborto, entendendo-o como um “problema das relações de poder entre homens e mulheres” (SCAVONE, 2010, p. 54), já que expressa a violência sobre a vulnerabilidade dos corpos femininos diante de uma gravidez indesejada. A luta pelo direito ao aborto permanece no discurso feminista, como veremos na análise, ganhando uma abordagem acerca dos direitos sexuais e reprodutivos, a partir da década de 1980, considerando de forma mais ampla as questões concernentes a sexualidade e a reprodução.

Nesse percurso sobre o corpo, percebemos como as práticas discursivas são responsáveis pela estruturação do conceito de corpo e o modo de representá-lo socialmente. As mudanças sócio históricas, ocorridas desde a Grécia antiga até os dias atuais, demonstram que o discurso sobre o corpo foi redefinido do corpo-objeto, aprimorado e belo ou, na visão cristã, pecador e vergonhoso, para a ideia de corpo-sujeito, construto psicossocial. A sua materialidade é discursivizada, a linguagem torna-se o meio pelo qual se constrói, desconstrói e reconstrói o corpo, não sendo visto mais como natural e ahistórico. Não se nega a materialidade corpórea, mas a concepção acerca dela deixa de ser pré-determinada, tornando-a uma construção social, histórica e discursiva.

1.3 Identidade e poder na construção do corpo feminino

Os processos identitários são alicerçados em práticas discursivas e sociais, como vimos até aqui. Não são elementos naturais e sim criações do mundo sociocultural. Elas só são possíveis através dos sistemas simbólicos pelos quais são representadas, como vimos anteriormente, por meio da linguagem. As identidades são, então, resultado das construções linguísticas produzidas nas relações socioculturais.

E como a linguagem, as identidades são caracterizadas pela instabilidade e indeterminação, pois o processo de significação é “incerto e vacilante” (SILVA, 2014, p. 80) e por serem produzidos por atos de linguagem, a identidade e a diferença são marcadas pela sua incompletude. Como a linguagem pode sofrer deslizamentos, as identidades também não são fixas e podem ser desestabilizadas ao longo da história.

Outra característica da identidade é a sua sujeição às relações de poder, ou seja, elas “não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas” (SILVA, 2014, p. 81). Na disputa entre grupos sociais também está incluída a disputa por recursos simbólicos e materiais e o acesso a esses recursos. Podemos caracterizar, conforme Castells (2018), essa

disputa pelas identidades por meio de três processos: legitimação, resistência e projeto. Abordamos em nossa pesquisa a primeira, identidade de legitimação, como processo de construção, legitimando as identidades dominantes no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos sujeitos. A segunda, identidade de resistência, como processo de desconstrução, criada pelos sujeitos em condições desvalorizadas para resistir as identidades legitimadoras. E por último, a identidade de projeto, como processo de reconstrução, quando os sujeitos utilizam-se de material cultural para redefinirem sua posição na sociedade.

Desse modo, o processo de diferenciação, onde identidades e diferença se estabelecem, há o processo de classificação que divide o mundo social em grupos e classes, determinando aqueles que serão excluídos daqueles que serão incluídos, servindo assim para marcar as fronteiras sociais entre os sujeitos sociais. E assim definir a quais recursos simbólicos e materiais cada grupo terá acesso.

Nesse processo de classificação, a identidade é o ponto de partida e detêm privilégios aqueles que detêm o poder de hierarquizar os diferentes grupos sociais, classificados por meio de uma atribuição de valores. A normalização é um desses processos de classificação, em que se elege uma identidade como parâmetro da normalidade, de positividade e todas as outras são colocadas de formas negativas. É impossível então compreender o processo de diferenciação sem compreender e questionar as relações sociais de poder.

São essas relações sociais de poder e de resistência que têm definido a história do corpo. Por ser um conceito movente, calcado pela sociedade e por ideologias que o pensam em determinado momento na história, em relações de poder específicas, o corpo tem sido representado por relações desiguais entre os sexos. Segundo Pêcheux (1975 [2014], p. 15), a interpelação “não é um ritual sem falha, falta e rachadura”, já que também pela metáfora se estabelece “o ponto onde um ritual ideológico vem se quebrar no lapso”. Dessa forma, as relações de dominação impostas nas relações de poder se constituem na contradição, pois as “ideologias dominadas” se formam no interior da dominação, “nela e contra ela, através das falhas e tropeços que a afetam incontornavelmente, mesmo quando a dominação se estende ao ponto “em que aí nada se pode fazer”, porque “isso é assim” (PÊCHEUX, 1975 [2014], p. 15).

Desse modo, ao longo da história, os discursos de dominação foram sempre afrontados por discursos de resistência, uma vez que não existe processo de dominação sem processo de resistência. Se recuperarmos a memória sobre o corpo do sujeito mulher inscrito na história como corpo “dominado, subjugado, muitas vezes roubado, em sua própria sexualidade” (PERROT, 2017, p. 76), perceberemos a ideologia dominante que o encerra

nessa fórmula, mas também podemos ter acesso as práticas de resistência que tentam transformá-lo. As relações de poder estabelecidas na sociedade patriarcal (SAFFIOTI, 1987; 2004) delimitam o que pode ou não o corpo feminino enquanto as formas de resistência são construídas para contradizê-las.

A ideologia dominante se constitui pelas práticas discursivas ocidentais que conduziram os modos de comportamento eleitos pela classe dominante em cada período histórico. O corpo e a sexualidade feminina passam a ser objeto de preocupação, pós-ascensão do cristianismo, sendo regidos agora pelo crivo da moralização, colocando como imoral e demoníaco tudo que fosse ao seu encontro.

Desde tempos muito antigos (depois que o cristianismo se tornou a religião estatal no século IV), o clero reconheceu o poder que o desejo sexual conferia às mulheres sobre os homens e tentou persistentemente exorcizá-lo, identificando o sagrado com a prática de evitar as mulheres e o sexo. Expulsar as mulheres de qualquer momento da liturgia e do ministérios dos sacramentos; tentar roubar os poderes mágicos das mulheres e dar vida ao adotar trajes femininos; e fazer a sexualidade um objeto de vergonha – esses foram os meios pelos quais uma casta patriarcal tentou quebrar o poder das mulheres e de sua atração erótica. (FEDERICI, 2017, p. 80)

A autora nos mostra em seus estudos como o corpo foi importante para a estruturação do sistema capitalista e como serviu para excluir e subjugar a mulher dentro desse sistema. A autora nos mostra que a divisão sexual do trabalho sujeitou as mulheres ao campo da reprodução da força de trabalho, desenvolvendo o uso do salário para acumulação e colocando as mulheres em “condições de pobreza, dependência econômica e invisibilidade das trabalhadoras” (FEDERECI, 2017, p. 146)

No entanto, não é só a questão de sexo e classe que afetam o processo de representação do corpo, ele passa por três aspectos, como listou Weeks (1999): raça, gênero e classe. Nem todos os corpos foram vistos da mesma maneira e sofreram sob os mesmos poderes repressivos, conforme já mencionamos. As mulheres, os homossexuais, os negros tiveram sobre seus corpos modelos repressivos distintos que excluíram essas populações do acesso aos bens materiais e simbólicos, moldando identidades tidas como inferiores, colocando-as em situação de extrema vulnerabilidade social.

O corpo da mulher branca foi constituído pela oposição ao homem, uma construção orientada por escolhas, através da demarcação de diferenças e ofuscamento do que o torna semelhante ao corpo masculino, colocando-a como o outro, no processo de submissão e dominação (BEAUVOIR, 2019; BOURDIEU, 2019). Nos discursos da filosofia clássica, da religião cristã e da medicina até o século XVII o corpo feminino é designado pelo biológico, por sua capacidade reprodutiva e a sua vocação materna inerente. Na Idade Média era

representado como o avesso do homem, pela forma que se dispunha o órgão genital feminino, como um falo invertido. O masculino, como detentor desse poder patriarcal, corresponde como a medida de todas as coisas, numa oposição entre positivo e negativo, em que o homem estará sempre na posição afirmativa (BOURDIEU, 2019).

O corpo da mulher negra tem sua representação cristalizada na base do discurso da escravidão (DAVIS, 2016), que define seu papel social e a configura como inferior devido à construção histórica racial de fenótipo, em que determinadas características, como cor da sua pele, determinam seu nível na hierarquia social (BONFIM, 2009). Enquanto as mulheres brancas são vistas como Outro do homem (BEAUVOIR, 2019; RIBEIRO, 2017) a identidade da mulher negra é embasada na diferença branquitude e masculinidade, pois nem é homem nem é branca. Além disso, a objetificação da mulher negra, que desumanizou e regulou o acesso aos bens, materiais e simbólicos, relegou a população negra feminina de melhores condições de trabalho e salários.

Os discursos passam a então fomentar um ideal de corpo a partir da representação tida como universal, a do homem, branco e heterossexual, para demarcar os papéis femininos e masculinos. Em contrapartida, a mulher é representada sob o “efeito da vulgarização da histeria” (GARCIA; LUNKES, 2019), quando seu comportamento não condizia com o requerido pelo patriarcado; o homossexual como pervertido, por ser considerado um desvio de sexualidade; e o negro como “feroz selvagem”, situando-o mais abaixo da escala evolutiva, sendo um modelo primitivo do ser humano (WEEKS, 1999).

Na atualidade, esses discursos são questionados e desmontados por novas teorias de representação social, que através das falhas da ideologia dominante, se constitui como processos discursivos de resistência. Se pensarmos as identidades como um movimento na história (ORLANDI, 1998), entendemos que ela não é nunca estática, que não é homogênea, podendo se transformar, pois onde há uma “ancoragem de preconceitos e de processos de exclusão” (ORLANDI, 1998, p. 204) há também resistência e transferência de sentidos. Podemos elencar dois momentos de ruptura dos sentidos estabilizados para o sujeito mulher e que promovem a ideia de resistência: a ascensão do movimento feminista e a inserção da teoria de gênero nos estudos sobre mulheres.

O movimento sufragista europeu, conhecido como luta pelo direito da mulher ao voto, até então exclusivo para homens, é considerado o precursor do movimento feminista. O direito ao voto foi conseguido no Reino Unido em 1918 e no Brasil em 1932 (PINTO, 2010, p. 15). Depois de alguns anos de silêncio do movimento de mulheres, em 1960 surgiria o que mais tarde se denominaria como segunda onda do feminismo, a partir da publicação do livro

Segundo Sexo de Simone de Beauvoir. A autora, por meio de críticas às teorias da biologia, da psicanálise freudiana e do materialismo histórico, questiona a concepção naturalizada dos sexos, mostrando ser cultural o que se entende por mulher na sociedade. Compreendendo, assim como Freud, que o ser mulher ou homem é uma construção sócio-histórica, a filósofa retoma esses sentidos por meio de sua célebre frase “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (BEAUVOIR, 2019, p. 11), mas evidenciando, como vimos no tópico anterior, que a supremacia masculina, numa sociedade patriarcal, não se estabelece nos processos psíquicos, mas no entendimento sócio-histórico e cultural de construção desse corpo, já que forja o corpo e a sexualidade feminina pela perspectiva masculina. Dessa forma, mudando o modo de perceber o corpo feminino, imprimindo-lhe a valorização como aquela designada para o *falo* na sociedade patriarcal a uma parte do corpo feminino, se inverteria a percepção encarada nos complexos de castração. A mulher então deixaria de ser construída como homem mutilado e passaria a ser o universal.

As teorias sobre o feminismo ainda elencam uma terceira onda que marca a inserção de pautas identitárias que sublinham as diferentes mulheres que compõem o movimento, elevando a interseccionalidade ao alicerce da luta contra a submissão e opressão pelo patriarcado. A teoria começa a fazer parte do movimento em meados dos anos 80 e início dos anos 90 com estudos de autoras negras como Angela Davis (1981), bell hooks (1981), Audrey Lorde (1984) e Patricia Hill Collins (1990) que dedicaram análises ao entrelaçamento das diferentes opressões sociais (HENNING, 2015), elevando as questões de raça, classe e sexualidade enquanto categorias importantes dentro do feminismo (RANGEL, 2012; SIQUEIRA, 2015).

A interseccionalidade teoriza então que ações e políticas específicas geram opressões diferenciadas para determinadas classes (PISCITELLI, 2008). O feminismo deveria então abordar teorias e práticas que tratam de classe, gênero e raça, uma vez que a opressão no tocante a mulher negra não se resume apenas ao ser mulher, mas também a cor da sua pele, por exemplo.

Com o passar dos anos e conquistas, novos aspectos passaram a fazer parte das demandas do movimento feminista, tornando-o plural, e na atualidade ele é bem mais complexo do que quando se iniciou na luta pelo sufrágio. Para Castells (2018), a vitalidade do movimento está exatamente na sua capacidade de se adaptar as novas culturas e idades. Contudo, o que se mantém como premissa básica é “o esforço histórico, individual ou coletivo, formal ou informal, no sentido de redefinir o gênero feminino em oposição direta ao patriarcalismo” (CASTELLS, 2018, p. 298). As conquistas dos direitos das mulheres do voto,

trabalho regularizado e salário mínimo proporcionaram condições de vida melhores para determinadas mulheres, mas ainda sem a igualdade plena de direitos em relação aos homens e ainda com forte desigualdade de raça e gênero, reforçando e criando pautas para o movimento na atualidade.

Outra forma de desconstrução das identidades de mulheres nos discursos que trabalhamos acima é a teoria de gênero. A teoria de gênero elevou o termo a uma categoria de análise importante para o estudo do corpo, como elemento constitutivo das relações sociais e da representação das relações de poder que normalizam rigorosamente os significados para homem e mulher (SCOTT, 1992). O gênero como categoria traz o corpo da mulher e os corpos subjugados, como do homossexual, para o campo da análise, oferecendo novas perspectivas e redefinindo novos termos as questões anteriormente reduzidas.

O termo gênero é mobilizado, dessa forma, para substituir categorias como sexo ou diferença sexual, demonstrando o caráter social dessas categorias e para as relações de poder que determinam essas divisões. Segundo Verikas (2016), o termo é emprestado da gramática na busca por restituir a dimensão humana das categoriais até outrora vistas como naturais. A autora propõe que, assim como na questão gramatical, o gênero, como categoria de análise, seja visto como entremeio, pois ele permite “pensar a diferença dos sexos como um processo, uma relação” (VERIKAS, 2016, p. 26). Conforme a autora, dessa forma o gênero veicula “uma dupla conflitualidade, científica e política” (VERIKAS, 2016, p. 28). Científica na medida em que questiona, por meio do exame científico, a validade universal que coloca a categoria mulheres como contribuição ao corpus científico firmado. Político, pois, demonstra a arbitrariedade e convencionalidade da bicategorização do sexo.

O gênero permite pensar a invisibilidade política de “uma relação que, tendo sido pensada, durante séculos, em termos de hierarquia e dominação” (VERIKAS, 2016, p. 61), repeliu do âmbito político os questionamentos da autoridade arbitrária que decretava uma hierarquia ilegítima. A categoria gênero auxilia ainda o entendimento de como, pelo viés político, se inaugura conceitos como homem e mulher, uma vez que, nas palavras da autora, “convém primeiro interrogar aquilo que faz de uma mulher uma mulher e (o que dá na mesma) faz de um homem um homem da perspectiva política” (VERIKAS, 2016, p. 62) do que examinar as diferenças entre cidadãos e cidadãs.

Na teoria de gênero pensada por Butler (1999, 2016), o discurso sobre o corpo incorpora a perspectiva da performatividade, desestruturando o ideal de sexo biológico e de construção de gênero como produtos da natureza e interrelacionados à heterossexualidade. Para a autora (1999, p. 154), as “normas regulatórias do sexo trabalham de uma forma

performativa para constituir a materialidade dos corpos, e mais especificamente, para materializar o sexo do corpo” determinando as diferenças e consolidando o que a filósofa chama de *imperativo heterossexual*. Os atributos de gênero seriam então performativos, ou seja, maneiras de produção de significação cultural utilizadas pelo corpos, não sendo portanto identidades preexistentes que possam ser medidas segundo esses atributos, impossibilitando uma classificação como verdadeiro ou falso, real ou distorcido e qualquer atitude contrária a isso seria uma “ficção reguladora” (BUTLER, 2016, p. 244). O corpo seria, assim, fruto das performances sociais e, tanto o gênero quanto o sexo, seriam de caráter performativo. O corpo ganha novo estatuto longe das amarras da dominação masculina e da heterossexualidade compulsória.

O corpo, como vimos nesse capítulo, é uma construção histórica, social e de poder. As formas de representá-lo, dar sentido a ele, são construídas na e pela linguagem e são mantidas dentro das estruturas de poder que ordenam e hierarquizam as relações sociais. Contudo, na medida que essas relações dão sustentação à ideologia dominante sobre o corpo, os discursos de resistência também vão se constituindo no interior das falhas do ritual ideológico dominante. Esses discursos, que constroem o movimento social e teórico feminista, se constitui na desconstrução das representações que silenciam e interditam o sujeito mulher, causando a marginalização social e com isso as injustiças, e na reconstrução de novas formas de se pensar e representar o sujeito mulher, não mais pela oposição ao homem, mas como sujeito pleno de direito e autonomia, como veremos na análise.

2 DISCURSO, SUJEITO E FEMINISMO

A pesquisa que propomos tem como aparato teórico metodológico a Análise do Discurso materialista, de orientação pecheutiana, e a partir dele iremos analisar como o discurso sobre o corpo, em páginas feministas de facebook, articulam processos de construção, desconstrução e reconstrução das identidades do sujeito mulher. Para tanto, iremos abordar aspectos relacionados ao discurso, sujeito e ideologia em relação ao espaço discursivo da rede social em questão.

Analisaremos as categorias de lugar discursivo e posição sujeito refletidas dentro do feminismo, como constituição da heterogeneidade discursiva presente nas páginas, possibilitando modos de filiações diferenciados dentro e fora do movimento. E pensar como essa heterogeneidade de posições-sujeito feministas são importantes para a caracterização do chamado feminismo digital, termo cunhado por Araújo (2016). Se o pensarmos em uma quarta onda dentro do movimento feminista, como Holanda (2018), ou seja, como momento histórico dentro do feminismo que trouxe transformações teóricas e práticas para a militância, buscaremos compreender os sentidos para feminismo que são possibilitados na circulação da rede através do discurso sobre o corpo.

2.1 Efeito de sentidos no facebook: discurso, sujeito e ideologia

Nas últimas décadas, os processos de comunicação passaram por transformações devido à ascensão da internet que promoveu mudanças não só nas formas de comunicar, mas também de relacionar dos sujeitos. Segundo Castells a mais significativa delas é a transição da comunicação de massa para a “intercomunicação individual” (2017, p. 29), com potencial de audiência em massa, em que a produção é autogerada, possibilitando a mensagem ser recuperada de forma eficiente posteriormente “e a recepção e a recombinação do conteúdo oriundo das redes de comunicação eletrônicas são autosselecionadas” (CASTELLS, 2017, p. 29).

A internet, antes acessada somente em computadores e notebooks, passa a ser utilizada também em telefones celulares do tipo smartphones, modificando as práticas dos sujeitos devido à facilidade de acesso. As redes de comunicação digital passam então a ser “a espinha dorsal de nossas vidas, materializando uma nova estrutura social” (CASTELLS, 2017, p. 31). Inicia-se assim a era das redes sociais digitais, criadas no intuito de socializar e relacionar pessoas que estão em espaços diferentes no globo.

As redes sociais ampliaram os espaços públicos, já que determinados discursos passam a tomar proporções diferenciadas dentro delas, com sujeitos tidos como anônimos publicando intimidades, opiniões e (pre)conceitos, já que suas microfalas, como afirma Cardon (2012), não são postas em seleção como acontece com a mídia tradicional e o espaço destinado ao grande público. Anterior ao surgimento dessas redes, apenas os jornalistas e demais representantes das mídias tradicionais poderiam expressar suas opiniões acerca dos assuntos da época. Aos leitores cabia o espaço da “carta ao leitor”, o que com ascensão e difusão da internet mudou significativamente, visto que qualquer pessoa pode ocupar uma posição ao comentar o que acontece no mundo.

É importante notar, que

[...] mesmo que o universo da internet seja construído em torno do poder dos grandes conglomerados empresariais e seja, de alguma forma, regulado pelos governos, ele permanece sendo, de fato, um modo de comunicação muito distinto, caracterizado pela considerável autonomia dos sujeitos comunicantes em relação aos donos e reguladores da infraestrutura de comunicação. (CASTELLS, 2017, p. 30)

A restrição ao poder de fala, outrora exercida pelas corporações midiáticas tradicionais, é então atenuado com o acesso de outras classes às redes sociais, pois nelas os sujeitos podem posicionar-se em relação aos diversos temas sociais aos quais é interpelado na rede, independente de profissão, classe social e/ou autoridade sobre o assunto, é o que acontece com os movimentos sociais. O que antes tínhamos acesso por um ponto de vista, na era das redes passamos a ver vários modos de enxergar o que nos é posto.

Castells (2017, p. 30) nos diz que apesar do sistema de internet estar em poder dos grandes conglomerados empresariais e regulado por governos, “ele permanece sendo, de fato, um modo de comunicação muito distinto, caracterizado pela considerável autonomia dos sujeitos comunicantes em relação aos donos e reguladores da infraestrutura de comunicação”. A geração e distribuição de mensagens e conteúdos feitos pelos sujeitos e/ou organizações faz com que o controle relativo ao que é disseminado seja menor em relação aos outros meios midiáticos tradicionais, promovendo maior liberdade na criação de conteúdos e até de novas plataformas. Na atual conjuntura informacional, qualquer jovem que dispõe de recursos, materiais e tecnológicos, pode desenvolver um aplicativo ou site de relacionamentos, como é o caso do facebook, e assim desafiar os oligopólios de comunicação (CASTELLS, 2017).

A liberdade possibilitada pelo autogerenciamento dos sujeitos sobre as redes enseja processos de construção e desconstrução de identidades em razão da exposição de intimidade e do imaginário que o espaço viabiliza. “Os internautas projetam sobre a tela signos

identitários esculpindo uma imagem de si mesmos que procuram realizar validando-a junto a seus pares.” (CARDON, 2012, p. 59), o espaço das redes é utilizado então como lugar de materialização da imagem do sujeito, favorecendo o trabalho de subjetivação, como processo de (re)criação dos sujeitos, que estão sempre em disputa e em debate, em processos de desconstrução e reconstrução de suas identidades.

Observa Cardon (2012, p. 40) que nesse espaço virtual atuam dois sujeitos: aquele que fala e aquele de quem se fala. Aquele que fala pode ocupar duas posições enunciativas : como profissional de fala pública (jornalista, instituição pública ou privada etc.), aqueles que possuem o direito à fala de forma institucionalizada; a segunda posição é a de amador, aquele que não faz parte de nenhuma organização, instituição ou que seja detentor dos meios de mídia, sendo assim qualquer pessoa comum que comenta qualquer assunto. Já aquele de quem se fala, pode ser uma personalidade pública (político, celebridade etc.) ou desconhecido. Em nossa pesquisa abordamos os dois tipos de sujeitos, aquele que fala, através do lugar e posição do sujeito enunciador e sujeito comentador das postagens; e aquele do qual se fala, a mulher, enquanto sujeito e objeto do feminismo.

Sendo então espaço de discursos produzidos por sujeitos em determinadas condições históricas, as redes sociais se colocam na possibilidade de estudos discursivos sob a luz da Análise do discurso pecheutiana. Desse modo, entendemos como discurso práticas sociais de linguagem em que são materializadas ideologias e, por isso, lugar de constituição dos sujeitos (PÊCHEUX, 1975 [2014]). Sujeito, ideologia e discurso são constituídos mutuamente, não podendo existir um sem o outro, como afirma Pêcheux (1975 [2014]), já que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e essa interpelação se dá pela relação mundo, história e inconsciente materializada no/pelo discurso.

O sentido do que dizemos é determinado então pelas posições “ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidos (isto é, reproduzidas)” (PÊCHEUX, 1975 [2014, p. 146]). Esses sentidos são construídos historicamente e discursivamente pela ideologia. Portanto, os discursos construídos nas redes sociais, em especial na escolhida por nós, o facebook, tem seus sentidos já cristalizados, circulando socialmente, e mediante a memória passa ser ressignificados

Nesse sentido, por estarem em circulação em um determinado contexto histórico e pela especificidade do espaço digital, os discursos na internet possuem características linguísticas próprias dos contextos de enunciação. Gallo (2011) defende que esse espaço produz tanto acontecimentos enunciativos quanto discursivos. Enunciativos, pois, conforme a autora, a discursividade é sustentada por uma memória institucional estruturada fora da rede,

não produzindo atualizações na rede de memória, assim, a textualidade é própria, mas a discursividade não. E discursivo quando, além de uma textualidade própria na rede, também produzir uma nova discursividade, sustentando-se em memórias próprias.

As redes sociais trazem assim condições de acesso diferentes a discursos diversos. Isso pode acarretar a desestruturação dos sentidos já postos em nossa sociedade e possibilita a criação de novos, uma vez que todo discurso é conseqüentemente capaz de tornar-se outro, de deslizar seus sentidos. Como nos diz Pêcheux (2015a, p. 56) é “índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho [...] de deslocamento no seu espaço”. O ciberespaço é local de inscrição de discursos que resgatam a memória acerca do sujeito mulher da ideologia patriarcal, mas também de romper com essa filiação e estabelecer nova discursividade acerca do sujeito.

O sujeito do discurso é, portanto, constituído pela ideologia, sendo ela a responsável pelos sentidos que damos ao mundo, quem fala nos discursos, quem os significa. A ideologia, mascarada por uma falsa “transparência da linguagem”, é quem nos possibilita os sentidos sobre o “que é um soldado, operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc.” (PÊCHEUX, 1975 [2014], p. 146). O ser mulher em nossa sociedade é então a imagem criada pela ideologia patriarcal e fomentada nos discursos que a ela se filiam. Ao romper com os sentidos dominantes sobre o sujeito mulher, assume-se uma posição de desidentificação com a forma-sujeito da FD machista, e o sujeito mulher do discurso passa a se filiar a uma FD feminista e, conseqüentemente, estabelece novas possibilidades de imagem para o sujeito.

O imaginário é então o reflexo da relação entre linguagem e mundo materializado pela ideologia no discurso. Dessa forma, a ideologia na AD é prática constituída de interpretação, em que trabalha “o equívoco, a incompletude, a opacidade e a falha” (ORLANDI, 2017, p. 26). E sendo assim, o sujeito na sua forma-sujeito histórica acredita ser o dono do dizer, a origem de todo seu enunciado, pois uma vez interpelado pela ideologia, traz a ilusão de transparência e univocidade na relação pensamento, linguagem e mundo. Isso acontece pois o sujeito é duplamente afetado, pela ideologia e pelo inconsciente, acreditando ser a origem do seu dizer, consciente de suas motivações. Pêcheux (1975 [2014]) chamou essa dupla interpelação de “teoria da não subjetiva da subjetividade do sujeito”, em que os sentidos daquilo que é dito são vistos como resultados da relação língua e história, e não mais objetos do livre desejo do sujeito.

Por ser o sujeito afetado pela relação língua e história, os sentidos só são possíveis pela memória, para que as palavras tenham sentido é preciso que elas já tenham sido usadas.

Essa memória é responsável pelos efeitos de sentidos produzidos pela língua e que retomam nos discursos, uma vez que ela é “um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas de conflitos e regularização...Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos.” (PÊCHEUX, 2015b, p. 50).

A memória então seria tudo o que já foi dito em algum outro lugar, ressoando naquilo que dizemos e compreendemos do mundo. A memória atravessa o discurso por meio do interdiscurso, entendido como “conjunto de formulações feitas e esquecidas que determinam o que dizemos” (ORLANDI, 2015, p. 31), estando, assim, na base da constituição de todo e qualquer discurso. Já o intradiscurso, eixo das formulações, denomina a atualidade, o dizer que entra em circulação e faz ressoar a memória de outros dizeres (ORLANDI, 2015). Desse modo, as palavras já fazem sentido antes da sua articulação (intradiscurso) e o interdiscurso associa um discurso a outro, produzindo efeito de sentidos e inscrevendo os sujeitos em uma formação discursiva e não outra,

[...] porque os elementos da sequência textual funcionando em uma formação discursiva dada, podem ser importados (meta-forizados) de uma sequência pertencente a uma outra formação discursiva que as referências discursivas podem se construir e se deslocar historicamente (PÊCHEUX, 1984[2016, p. 158]).

Na relação linguagem e mundo, materializadas no discurso, podemos então compreender como o sujeito mulher se constitui dentro do movimento feminista nas redes sociais, como também acessar ao imaginário que inscreve o sujeito mulher em determinados lugares no discurso, legitimando sentidos dominantes, e sua ruptura pela interpelação do sujeito mulher em outro imaginário possível, o da formação discursiva feminista. Essa ruptura se dá na agitação da rede de sentidos sobre o sujeito e pela memória discursiva externa ao meio digital que calçou um lugar possível para a mulher além do determinado pela ideologia patriarcal. Nesse outro lugar, o feminista, há ainda posições que podem ser ocupadas pelo sujeito mulher e que estabelecem novas identidades, sempre na relação desconstruir e reconstruir novas formas de identificação para sujeitos.

2.2 O sujeito no discurso: lugar discursivo e posição-sujeito

Sujeito e discurso estão imbricados, sendo impossível conceber um sem o outro. O sujeito é, como vimos, resultado do processo de interpelação-identificação imposto pelas relações sociais jurídico-ideológicas, que ao interpelá-lo enquanto sujeito ideológico, o constitui sob a norma identificadora da ideologia que determina “o que é o que dever ser”

(PÊCHEUX, 1975 [2014, p. 146]). Nesse sentido, o que identificamos enquanto sujeito mulher numa sociedade patriarcal é o que nos foi normalizado enquanto tal pela ideologia dominante.

Diremos que o caráter material do sentido – mascarado por sua evidência transparente para o sujeito – consiste na sua dependência constitutiva daquilo que chamamos “o todo complexo das formações ideológicas” (PÊCHEUX, 1975 [2014, p. 146]).

A ideologia é então quem interpela o sujeito enquanto sujeito de seu discurso ao convocá-lo a assumir uma posição possível dentre outras, num complexo de formações imaginárias que lhe é acessível pela memória discursiva, pelo já dito em outro lugar e que ressoa no seu dizer.

Desse modo, o sujeito para a AD não corresponde ao sujeito empírico, mas sua materialização no discurso se dá pela identificação desse sujeito com uma formação social, a partir do lugar social que ocupa, inscrevendo-se numa determinada formação discursiva, passando do empírico ao discursivo (GRIGOLETTO, 2007). Portanto, conforme defende Grigoletto (2007, p. 126/127), o lugar discursivo materializado no discurso é determinado pelo lugar social ocupado pelo sujeito empírico.

O lugar social é afetado por diversas relações de poder que influem no lugar discursivo que o sujeito ocupa, mediante o movimento identificação do sujeito com a forma-sujeito da formação discursiva ao qual se inscreve. Logo, é a prática discursiva que estabiliza o lugar social do sujeito empírico (GRIGOLETTO, 2007).

[...] a norma identificadora determina os lugares sociais de cada sujeito, sob o efeito do ideológico. Então, as formações ideológicas estão relacionadas às formações sociais, já que é no interior da formação social que o ideológico se institui, determinando, pelo viés da formação discursiva, os lugares empíricos que cada sujeito pode ocupar, bem como estabelecendo as imagens que representam tais lugares (GRIGOLETTO, 2007, p. 128).

A formação social seria então o espaço em que os lugares sociais são construídos pelos sentidos institucionalizados como verdades, abrigando as formações ideológicas. Lugar social e discursivo são mutuamente determinados, o primeiro só se legitima pelo discurso e o segundo acontece pela determinação do lugar social que possibilita a inscrição dos sujeitos autorizados para tal em uma formação discursiva dada. Lugar social e discursivo são, desse modo, construídos na relação língua e história (GRIGOLETTO, 2007).

O lugar discursivo é, portanto, categoria de análise da AD em que temos a materialização do lugar social do sujeito, através da relação forma-sujeito e posição-sujeito de

uma formação discursiva específica. Lugar e posição discursiva não são sinônimos, como nos afirma Grigoletto (2007), pois no interior do lugar discursivo pode-se encontrar diferentes posições de sujeito, podendo até ser contraditórias.

Assim, a relação do sujeito enunciador com o sujeito do saber e, conseqüentemente, com a posição-sujeito é deslocada para as relações de identificação/determinação do lugar discursivo tanto com a forma sujeito histórica (ordem da constituição/ do interdiscurso), quanto com a posição-sujeito (ordem da formulação/do intradiscurso)” (GRIGOLETTO, 2007, p. 129).

Em nossa pesquisa, observamos que o lugar social feminista determina o lugar discursivo feminista e vice-versa. O lugar discursivo feminista se constrói pelo processo de ruptura com a FD machista e a Ideologia patriarcal ao filiar-se com sentidos (outros) que dão sustentação a outra FD, a feminista. Nela encontramos diversas posições sujeitos que, ao se relacionarem com a forma sujeito da formação discursiva feminista, podem se identificar plena ou parcialmente, ou até mesmo se desidentificar (PÊCHEUX, 1975, [2014]) ao romper com os sentidos característicos da FD feminista, produzindo um retorno à FD machista, notório, por exemplo, nos comentários de páginas feministas de facebook.

Destarte, todo sujeito ao produzir discursos se inscreve em uma formação discursiva específica. A formação discursiva é aquilo que a partir de “uma posição dada numa conjuntura dada, [...] determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 1975 [2014, p.147]). É um conjunto de enunciados que estão relacionados entre si e representam as ideologias vigentes na sociedade, representando assim as formações ideológicas. Os sujeitos são interpelados sujeitos do discurso na sua inscrição na FD, e essa interpelação se dá pela sua identificação com a forma-sujeito da FD na qual está inscrito. Ao se identificar em um FD, o sujeito toma uma posição e, conforme Pêcheux (2014), nesse processo, existem três modalidades de interpelação/identificação: superposição, contra-identificação e desidentificação.

A primeira tomada de posição é a superposição do sujeito do discurso e o sujeito universal, realizando o assujeitamento sob a forma “do livremente consentido” (PÊCHEUX, 1975 [2014, p.199]). É o discurso do “bom sujeito”, como chama o autor, que reflete a identificação plena do sujeito do discurso com a forma-sujeito da FD que o domina. Nos discursos de/sobre mulheres o “bom sujeito” se consolida nos discursos que legitimam a representação histórica das mulheres, que mantem sua submissão e tem como forma-sujeito a mulher de “natureza feminina”, que constrói um sujeito único, universal.

A segunda modalidade é o discurso do “mal-sujeito”, no qual o sujeito da enunciação se volta contra o sujeito universal, distanciando-se da forma-sujeito da FD que o domina, se permitindo ao questionamento, a dúvida. Caracteriza-se assim pelo “contradiscurso”, em que o sujeito se “contra-identifica”. Nessa modalidade, os discursos de/sobre mulheres se constituem como resistência, pois passam a questionar seu papel e a forma que foi e é representada, possibilitando uma desestabilização da forma-sujeito da FD machista através do questionamento, mas sem, no entanto, romper com esse sujeito universal, sempre estabelecendo o sujeito mulher em dois polos identificadores distintos, aquele que se pretende desfazer e um outro que ainda não se constituiu.

A terceira e última modalidade colocada por Pêcheux é a desidentificação em que o sujeito não se identifica mais com a forma-sujeito da FD e se inscreve em outra FD, mostrando assim, sob determinadas condições históricas de produção, que o sujeito pode identificar/inscrever em outra formação discursiva, diferente da qual se identificava (PÊCHEUX, 1975 [2014]). O sujeito se reconstrói em outras práticas discursivas. Nos discursos de/sobre mulheres essa desidentificação se dá nos discursos em que há o rompimento com a forma sujeito da ideologia patriarcal, inscrevendo numa nova FD, e ao projetar uma nova identificação para o sujeito em detrimento da anterior constitui outras posições. Essas posições (outras) se constituem pela transgressão com a Formação Ideológica patriarcal rompendo totalmente com a forma-sujeito dominante do discurso machista.

Em consequência do desdobramento do sujeito nessas modalidades de identificação, a FD passa a ser um espaço de possibilidade da diferença e da divergência, tornando-se heterogênea, como nos afirma Indursky (2008). A heterogeneidade da FD acontece a partir dos saberes de outras formações discursivas que se atravessam, fazendo assim um conjunto com igualdade, mas também com espaço para distinções, desacordos, diversidade. Esses saberes se configuram como outras posição-sujeito que passam a conviver na mesma FD, provocando a divisão do sujeito histórico, ainda conforme a autora.

Nesse desdobramento, o sujeito, ao se inscrever numa FD, não se identifica com os saberes da FD por completo, nem com a forma-sujeito, já que essa passa a ser heterogênea, mas sim com uma posição-sujeito dentro das possibilitadas na FD e que se relacionam de maneira diferenciada com a forma-sujeito. Assim, dentro de uma formação discursiva feminista, por exemplo, temos várias posição-sujeito que se relacionam com a forma-sujeito feminista de diferentes maneiras. É importante ressaltar que essas diferentes posições dentro da mesma FD não podem causar ruptura, antagonismo, pois aconteceria assim o que Pêcheux

(1975 [2014]) chamou de desidentificação, quando o sujeito se desidentifica com uma FD e passa a se inscrever em outra.

No interior de uma FD pode haver divergência, mas não antagonismo. Posto isso, dentro da FD feminista pode haver posições que demarcam contradições na rede de sentidos sobre o feminismo, como por exemplo ser ou não a favor da plena legalização do aborto (ao assumir ser favorável apenas em alguns casos), constituindo uma nova posição-sujeito da FD feminista, ou pode romper totalmente com a FD, através da desidentificação e, por conseguinte, a inscrição em outra FD, (se colocar como desfavorável a toda forma de aborto, produzindo sentidos de moralização para o sujeito que aborta). Podemos ainda citar como exemplo desse processo de divergência dentro de uma FD específica as diversas posições que constituem a formação machista, desde as que se identificam de forma plena com a forma-sujeito dela, até os processos de contradição (retomar os sentidos do machismo, mas não de violência contra a mulher, ou (re)produzir dizeres machistas e ser a favor da legalização do aborto). Percebemos que esse processo de desidentificação, proposto por Pêcheux (1975 [2014]),

constitui um trabalho (transformação-deslocamento) *da forma-sujeito* e não sua pura e simples anulação. Em outros termos, esse efeito de desidentificação se realiza paradoxalmente por um *processo subjetivo de apropriação dos conceitos científicos e de identificação com as organizações políticas “de tipo novo”*. A ideologia “eterna” enquanto categoria, isto é, enquanto processo de interpretação dos indivíduos em sujeitos – não desaparece; ao contrário, funciona de certo modo às avessas, isto é, *sobre e contra si mesma*, através do “desarranjo-rearranjo” do complexo das formações ideológicas (e das formações discursivas que se encontram intrincadas nesse complexo). (PÊCHEUX, 1975 [2014], p. 202)

Como podemos ver, esse processo desenhado por Pêcheux nas modalidades discursivas de subjetivação, mostra que a inscrição em uma determinada FD não se dá de modo simplificado, mas se estabelece na complexidade e nas possibilidades que se abrem pelas falhas do ritual ideológico.

Trabalhamos então a constituição do sujeito mulher nas/pelas práticas discursivas feministas, e por conseguinte pelos modos de identificação/interpelação, para compreender as diferentes posições assumidas dentro e fora da FD feminista. Essas posições são as marcas dos processos identitários, pois evidenciam a construção, desconstrução e a reconstrução das identidades para o sujeito mulher no facebook e suas especificidades no âmbito do feminismo digital. Elas vão além da identificação do sujeito em uma posição no discurso, uma vez que elas criam identidades para serem disputadas no social, engendrando novas relações de poder e, portanto, novos processos de resistência, promovendo o que Hall (2004) denominou de

“jogo de identidades” como politização das formas de identificação e a na luta pelo reconhecimento social do diverso, do divergente.

2.3 O facebook como espaço discursivo do/sobre o feminismo

A cibercultura está presente em todas as áreas da vida humana na atualidade, seja profissional, educacional ou mesmo pessoal. Depois da introdução dos microprocessadores e portáteis dos anos 80, segundo Santaella (2013), as configurações de leitores e espectadores mudou consideravelmente. A interatividade passa a se fazer presente e o sentido único das mídias impressas e televisivas perdem seu espaço majoritário na vida das pessoas. Essa nova mídia permite um acesso rápido as informações e um feedback imediato. Possibilita ainda acesso on-line a quaisquer tipos de informação e a “troca de mensagens um a um, um a muitos, muitos a um e muitos a muitos” (SANTAELLA, 2013, p. 232). A propagação de mensagens e informações é uma das maiores características dessa nova cultura baseada no ciberespaço.

A natureza dessa cultura é essencialmente heterogênea. Usuários acessam o sistema de todas as partes do mundo, e, dentro dos limites da compatibilidade linguística, interagem com pessoas de culturas sobre as quais para muitos, não haverá provavelmente outro meio direto de conhecimento. Por isso, é também uma cultura descentralizada, reticulada, baseada em módulos autônomos. (SANTAELLA, 2013, p. 234)

A nova geração de dispositivos móveis que trazem a tecnologia base da cibercultura, os microprocessadores, tem tornado o ciberespaço ainda mais miscigenado. O usuário se relaciona com o espaço informacional em forma de coopresença, numa mistura entre presença físico do usuário e a presença do espaço informacional hiperlocalizado, como coloca Santaella (2013). Isso coloca a cibercultura em todos os lugares, em todos os momentos e a faz se reconstituir sempre que preciso, colocando a comunicação na ubiquidade.

As mudanças advindas da cibercultura não estão somente nas questões interpessoais e no acesso à informação. As formas de linguagens também se reconstituem, absorve novas características que não faziam parte dela antes. A mistura entre o visual, o verbal e o sonoro se torna cada vez mais presente e é responsável por questões simbólicas que interferem na constituição dos sujeitos culturais e seus hábitos cotidianos. As diversas mídias se fundem em um único aparelho, o computador, reunindo assim todas as formas de comunicação humana anteriores, como revistas, livros, televisão, cinema entre outros.

Essa convergência entre as mídias traz mudanças significativas na cultura e na relação sujeito e tecnologia. O que antes fazia parte apenas de uma mídia agora pode aparecer em outra, com um conjunto de elementos que trazem experiências inovadoras e potenciais mais amplos, como políticos e pedagógicos. Assim, “uma mesma narrativa vai se expandido por diversas linguagem e mídias, tirando de cada uma delas seu melhor potencial, seu modo especial de ser (SANTAELLA, 2013, p. 238). Nessa transmídia, como define Santaella, o foco está na estratégia de engajamento e participação do público nos conteúdos interligados das mídias e linguagens diversas. A premissa é de que os leitores/usuários dos conteúdos possam ser colaboradores, inovando nas narrativas, tornando o acesso a esses conteúdos mais interessante e atrativo para esse novo público inseridos na cibercultura.

As novas possibilidades da cibercultura atingem também movimentos políticos e sociais que encontram nesse meio aparato para ressignificação das lutas sociais pelas identidades. Essa cibermilitância é mais expressiva nas redes sociais pelo modo como elas tem ascendido e popularizado nos últimos anos. Para Castells (2017) as redes sociais têm se tornado plataformas para diversos tipos de atividades e por isso tem se colocado como atividade mais importante na internet. Ainda conforme o autor, elas possibilitam diversos tipos de ações, inclusive as sociopolíticas.

As redes sociais da internet são essenciais para as novas organizações de movimentos sociais construídos fora delas ou até por seu intermédio, tomando posteriormente o espaço urbano, como aconteceu no mundo árabe entre os anos de 2010 e 2013 (CASTELLS, 2017)

A comunicação sempre foi essencial aos movimentos sociais, seja na forma de panfletos ou manifestos, seja pela televisão ou pelo rádio, e a internet é particularmente adequada à autonomia comunicativa da qual os movimentos sociais dependem: os governos e corporações não conseguem, na maior parte das vezes, controlar com facilidade essas comunicações e, quando o fazem, geralmente já é muito tarde para interromper o movimento (CASTELLS, 2013, p. 48).

As tecnologias de rede propiciam a circulação dos sentidos dos movimentos sociais, sua articulação e a resistência aos regimes de interdição e silenciamento dos sujeitos. Castells (2013) nos fala ainda que nas redes, os movimentos são locais e globais. Locais, pois, se iniciam em contextos específicos e facilitam a construção das redes de apoio exteriores as redes sociais digitais. E globais, já que podem conectar pessoas de todo mundo, abrangendo sujeitos diferentes, promovendo seu caráter político e pedagógico, no intuito de empoderar os cidadãos por meio da participação nas questões políticas e sociais que afligem a população. O

fim não é o imediatismo das resoluções de pautas específicas, mas sim processos de conscientização das pessoas.

Nesse contexto, podemos afirmar que movimento feminista tem encontrado nas redes um importante espaço de circulação de ideias e coordenação de ações e reivindicações. Segundo Costa (2018), esse espaço tem se tornado um mecanismo de pressão diante das instituições estabelecidas, e tem se desenvolvido como ambiente de mobilização política. De acordo com a autora, a partir da ascensão do facebook, em 2015, que conectou 74,8 milhões de usuários no país, houve um crescimento logo no ano seguinte, 2016, de páginas com conteúdos feministas de diferentes abordagens e linguagens.

O facebook, como espaço de circulação de sentidos de/sobre o feminismo, tem características complexas, pela própria complexidade do ambiente, onde as interdições e violências contra a mulher são atualizadas e, ao mesmo tempo, a força do movimento se estabelece a partir dos relatos pessoais, que se tornam instrumentos políticos de mobilização (COSTA, 2018). A rede ainda permite a flexibilização das discussões e posições identitárias feministas “dentro das lógicas interseccionais indispensáveis para a expressão dos novos ativismos de mulheres” (COSTA, 2018, p. 47).

Nessa direção, as redes sociais têm aberto espaço para grupos ainda marginalizados nos próprios movimentos feministas, como os movimentos lésbico, trans (transexual e transgênero) e negro. Seja por meio de páginas ou perfis pessoais, os coletivos têm encontrado nesse espaço novas formas de circulação de sentidos e divulgação de ideias em relação a esses sujeitos. Páginas como do coletivo lésbico OVRJ (OnlyVelcro Rio de Janeiro), Transfeminismo, o perfil Travesti Reflexiva, ou ainda a página Geledés Instituto da Mulher Negra, tem dando novo alcance as pautas do movimento, reforçando politicamente os coletivos, dando-lhes direito ao discurso e a visibilidade (COSTA, 2018).

Podemos dizer que o feminismo nas redes sociais digitais tem o poder de atualizar sentidos relacionados à mulher, feminismo e feminino. Araújo (2016) defende que a circulação de saberes não convencionais sobre o feminismo é propiciada pelo uso das redes sociais digitais. Acreditamos, como a autora, que as condições de produção do digital como “velocidade, fragmentação, produzem outros modos de estabilização de sentidos, que podem ser pensados pelos lugares de subjetivação dos sujeitos, como a função autor e a própria identidade feminista” (ARAÚJO, 2016, p. 18).

Araújo defende que o feminismo na rede pode ser nomeado como feminismo digital, pois compreende “práticas feministas que tem no digital a sua materialidade, que não significam ou significam de outras formas fora do digital” (ARAÚJO, 2016, p. 114). Ou seja,

no digital o processo de materialização dos sentidos do/sobre feminismo é feito de forma diferente do exterior a ele. Práticas que não significam fora do digital, pois não fazem parte do mundo fora da rede, ou significam diferentemente passam a ser ressignificados pelo uso das redes para circulação e atuação do movimento.

É preciso lembrar que o movimento feminista não surge na era das redes sociais, sendo bem anterior a isso, mas encontra nelas um funcionamento propício para novas formulações e circulação. Desde os primeiros eventos organizados pelas sufragistas até os dias atuais, o movimento feminista tem passado por diversas transformações e cada nova forma de comportamento social afeta o movimento, trazendo novas reivindicações e posicionamentos. Estabelecendo novas posições para o sujeito mulher além dos consolidados pelo sistema patriarcal que também são reproduzidos nesse meio.

O movimento feminista, manifestado na prática e em diferentes discursos, é extremamente variado. Sua riqueza e profundidade aumenta à medida que analisamos seus contornos sob uma perspectiva global e comparativa, e à medida que historiadores e teóricos feministas desenterram os registros ocultos da resistência feminina e do pensamento feminista. (CASTELLS, 2018, p. 297)

Na atualidade, o movimento é muito mais complexo, pois engloba diversas novas questões dependendo da posição ideológica ao qual se filiam seus sujeitos. Essa heterogeneidade de posições é posta em circulação no ciberespaço, devido sua abertura à antigas e novas formulações no tocante ao sujeito mulher, que reproduzem posições diversas da nossa sociedade, a feminista, a machista, entre outras. Esse discurso outro é trazido como forma de divulgação, reflexão e transformação nas posições que naturalizam o papel da mulher na sociedade.

Ao militar por meio da rede, sentidos são produzidos no ciberespaço, porém, com o objetivo de atingir o espaço público, o espaço urbano, cidadão. Embora a sociedade em rede passe boa parte de seu tempo conectada ao ciberespaço, as ações esperadas são para serem sentidas no espaço urbano. As polêmicas, os confrontos surgem inicialmente no espaço urbano, depois, pela militância, territorializam-se no ciberespaço, nas redes sociais, nas comunidades virtuais. Ali, circularão e produzirão sentidos, reflexões às questões polêmicas. Após as diversas discussões pela sociedade em rede, as ações voltam a territorializar-se no espaço urbano, produzindo mudanças na sociedade (GARCIA; SOUSA, 2014, p. 86).

O discurso territorializado no ciberespaço é transportado para o mundo externo a ele, ocupando o interior das práticas militantes urbanas, e retornando novamente ao digital para formar outras redes de sentidos. No espaço das redes, as contradições não são silenciadas, já que a essência desse novo ambiente é a sincronia de conteúdos, são “os usuários – individuais

ou coletivos – que acabam por determinar sentidos possíveis para as mensagens” (MORAES, 2014, p.144).

Essas contradições põem em destaque diversas posições que são colocadas em circulação e passam a disputar sentidos, a inscrever novos efeitos e evidenciar os discursos de autoria feminina. A negra, a lésbica, a indígena, a trans e qualquer outra mulher pode ser sujeito de seu discurso e reclamar sua posição no interior do feminismo digital. Essa abertura ao contraditório, ao divergente, mas também ao regular, são as posições sujeitos materializadas pelos usuários dessas páginas e que constroem o fio condutor da cibermilitância.

As posições das quais falamos estão contempladas tanto no sujeito enunciador das páginas, que ao se filiar a rede imaginária específica, estabelece sua posição dominante, como também pelo sujeito comentador, que ao ser interpelado pela posição do sujeito enunciador, assume seu lugar na FD feminista ou rompe com ela .

Os perfis na internet não são estáticos, pois seguem as transformações sofridas pelo sujeito empírico. De acordo com Vieira (2017, p. 47), na rede os sujeitos podem “mudar, a qualquer instante, uma ideia, uma opinião ou um interesse”. Sendo possível, pelas interações entre os sujeitos enunciadores e comentadores, o deslocamento e o surgimento de novas posições, assentado na exposição de novas questões, textos, imagens entre outros elementos que o ambiente dá suporte.

A viabilidade de novas interpelações para os sujeitos no facebook se dá pelo fato de serem, na mesma medida, produtores e leitores de conteúdos diversos que circulam nessa rede em especial. Em vista disso, são submetidos às habilidades distintas daquelas que o leitor do livro ou jornal impresso faz uso. Santaella (2013) classifica quatro tipos de leitores: o contemplativo, movente, imersivo e o ubíquo. Fazendo uso dessa classificação, podemos classificar o sujeito leitor das redes como imersivo e ubíquo.

O primeiro pela habilidade de transitar entre signos distintos, itinerários multissequenciais, construídos por ele mesmo e que ajudam a interagir nos diversos âmbitos desse espaço informacional. Além da liberdade que esse leitor tem de conduzir os conteúdos de maneira a formar uma ordenação associativa. O segundo, o leitor ubíquo, por ser criado no mundo digital da internet e das redes sociais possui capacidade de orientar-se entre a multimídia participando ainda do espaço físico no qual está inserido. A atenção desse leitor está distribuída em diversos pontos sem privilegiar nenhum deles, respondendo a estímulos e desenvolvendo tarefas complexas, em que a cognição se distribui nos conjuntos complexos de

imagens mentais e nos ajustes desenvolvidos para as mudanças necessárias de informações e linguagens (SANTAELLA, 2013).

O sujeito leitor das páginas feministas é capaz de promover um percurso de orientação dentro do próprio movimento, ao ser impelido por temas que não fazem parte do seu arcabouço teórico, criando itinerários de conhecimento, tanto superficial quanto aplicado, para a partir daí produzir seu discurso e lograr da posição sujeito enunciator. O ambiente das redes sociais, ou melhor, das páginas feministas, passam então a possuir um caráter, além de político, pedagógico.

Entendemos esse caráter pedagógico a partir de Giroux (2003, p. 162) que compreende a pedagogia como prática “crítica e performática” dos diversos agentes sociais que promovam projetos “dinâmicos, vibrantes, politicamente engajados e socialmente relevantes” reconstituindo as representações e identidades calcadas nas relações de poder, o que acreditamos ser possível nas redes feministas. Giroux (2003) não vê a educação dissociada do social, mas como processo de empoderamento através da compreensão das estruturas sociais e das identidades constituídas nelas. Para o autor é importante entender as estruturas materiais e as “maquinarias de poder que moldam suas experiências cotidianas” (GIROUX, 2003, p. 119), no intuito de apreender a lógica das relações de poder no estabelecimento das identidades, como processo de hierarquização e estruturação social.

A militância feminista tem como objetivo interpelar as mulheres a se oporem e mudarem o sistema de submissão e opressão que as subordinam, na rede não é diferente. As páginas feministas se assentam no caráter político e pedagógico, como falamos acima, ao evidenciar a maquinaria de poder que submete às mulheres e ao permitir a desestruturação dessa submissão na medida que instrumentaliza essas mulheres por meio dos itinerários informativos exposto nas redes. É assim fonte de informação e reflexão sobre a condição da mulher na sociedade atual.

Entre os materiais aos quais o sujeito mulher é exposto, a questão do corpo feminino é bastante destacada. Objeto de reivindicação feminista, o corpo é o lugar no qual o cerceamento é e foi mais intenso ao longo da história das mulheres. Restringido à sua capacidade reprodutiva e silenciado quanto a sexualidade, o corpo feminino foi por muito tempo lugar do pecado. A sexualidade livre, o uso de métodos contraceptivos condenados pela igreja católica e a criminalização do aborto fazem parte do debate histórico do feminismo (FEDERICI, 2017) assim como do espaço das páginas feministas do facebook, onde são reiterados e debatidos ao serem atualizados por novos acontecimentos.

A difusão do discurso feminista na rede é marcada também pela promoção de enunciados que, ao se difundirem nas páginas, estimulam a circulação de sentidos por meio de *hashtags* e máximas que universalizam ideais feministas. Diversas dessas formulações se exteriorizam e passam a fazer parte de outros espaços discursivos, como a afirmação “Meu corpo minhas regras”, que evidencia o ideal de liberdade para o corpo, ou “bela, recata e do lar”, enquanto campanha de protesto à submissão da mulher aos ideais patriarcais de beleza e domesticidade. Ou ainda através de sentidos que são deslizados para ressignificar através do digital, como o termo “vadia”, utilizado pela ideologia patriarcal de forma pejorativa para denominar uma mulher fora do padrão de moralidade, e que nas redes produz o efeito de sentido de liberdade sobre o corpo.

Nesse capítulo, pudemos ver que as redes sociais, mas precisamente o facebook, é espaço de produção e circulação de discursos e, por isso, de constituição de sujeitos e suas posições. O sujeito mulher tem nele um espaço propício à desconstrução e reconstrução dos lugares discursivos e sociais que promovem novas formas de identificação diferentes das que lhe foram inculcadas ao longo da história. Esse processo identitário está presente nas páginas classificadas como feministas, entendidas como perfis de militância e divulgação das reivindicações políticas e sociais feministas, como também de representação da mulher. Através dos discursos sobre o corpo, poderemos então evidenciar as posições-sujeitos assumidas no interior da FD feminista e então mostrar o processo de constituição de identidades dentro dessa heterogeneidade discursiva do movimento no ciberespaço.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Nesse capítulo abordaremos os aspectos metodológicos da nossa pesquisa.

No primeiro tópico, explicaremos a natureza da pesquisa em Análise do Discurso materialista. Trataremos dos aspectos relacionados ao dispositivo de interpretação característico dos trabalhos em AD. Para tanto, usaremos Orlandi (2015) para salientar a importância da construção do dispositivo de interpretação, como esse processo se dá e a compreensão da língua, da ideologia e da história e o funcionamento delas no discurso.

Na segunda seção, desvelamos a construção e descrição do nosso *corpus* de pesquisa, abordando o processo de pesquisa exploratória das páginas feministas no facebook, a escolha das que serão analisadas e o tema delimitado, o corpo, como delimitador da seleção das postagens e comentários que farão parte do *corpus*.

Na seção seguinte, elencamos os dois movimentos de análise utilizados para alcançarmos os objetivos de nossa pesquisa. Partindo da análise do lugar discursivo das páginas feministas do facebook até os processos discursivos de constituição de identidades do sujeito mulher pelo discurso sobre o corpo.

3.1 Natureza da pesquisa

Nosso trabalho se desenvolve sob as bases teóricas e metodológicas da Análise de discurso materialista, pensada e desenvolvida por Pêcheux, e dos Estudos Culturais, no que concerne às questões de gênero, feminismo e processos identitários em contextos digitais. Essa confluência entre campos teóricos se fez necessária por entendermos que a partir dos processos de identificação produzidos pela assunção de posições diferentes, através das modalidades discursivas de funcionamento subjetivo pensados por Pêcheux (1975 [2014]), os processos identitários vão se constituindo como formas de representação social e discursiva desses sujeitos atuando nos modos de interpelação que o sujeito do e no discurso assumem naquilo que Hall (2004) chama de “jogo de identidades”. Entendendo esse jogo como representativo da politização das formas de representação do sujeito que vão além da sua tomada de posição no discurso, mas que, tendo em vista a luta por identidades, que se estabelece em contextos marcados por relações de poder, produzem novos sujeitos e novas formas de dominação e resistência (HALL, 2004; CASTELLS, 2018).

Nosso trabalho compreende a construção de um dispositivo de interpretação para revelar os gestos de interpretação “que se ligam aos processos de identificação dos sujeitos, suas filiações de sentidos” (ORLANDI, 2015, p. 58) compreendendo e descrevendo a relação sujeito e memória. Para isso, descrição e interpretação se interligam como tarefas empreendidas pelo analista para se chegar à compreensão proposta. Entendemos que:

A análise do discurso ocupa assim esse lugar em que se reconhece a impossibilidade de um acesso direto aos sentidos e que tem como característica considerar a interpretação como objeto de reflexão. Ela se apresenta como uma teoria da interpretação no sentido forte. Isso significa que a análise de discurso coloca a questão da interpretação, ou melhor, a interpretação é posta em questão pela análise do discurso (ORLANDI, 2012, p. 21).

Sendo assim, compreendemos que os sentidos são produzidos no que é dito, mas também no que não é dito, no que é dito em outro lugar, no que é dito de uma forma e não de outra, como nos diz Orlandi (2015). Para isso, a construção do dispositivo interpretativo é nosso trabalho primeiro, se entendermos que todo processo de análise de discursos compreende gestos de interpretação (PÊCHEUX, 2015), buscando, no nosso caso específico, compreender os gestos que caracterizam o funcionamento do discurso feminista sobre o corpo e sobre o sujeito mulher no espaço digital.

Os gestos de interpretação (ORLANDI, 1996, 2012a, 2015) desenvolvidos por um analista de discurso não buscam um real verdadeiro e único, mas a forma de constituição do sujeito e dos sentidos nos processos de identificação, na sua relação com a memória, com os efeitos de sentidos produzidos no/pelo discurso pelo trabalho do inconsciente e do ideológico.

Como analistas de discursos deveremos trabalhar nos limites da interpretação, conforme diz Orlandi (2015), colocando-nos numa posição deslocada, mas contemplando a história, o simbólico e a ideologia, compreendendo processos de produção dos sentidos e suas condições. Contudo, não se defende a neutralidade do pesquisador, algo visto como impossível para a AD, mas sim seu deslocamento de leitor para pesquisador, construído a partir do dispositivo de análise.

Assim, como mulher, branca, feminista e pesquisadora sobre mulheres é preciso o deslocamento do meu lugar de sujeito mulher leitora para o lugar que nossa metodologia possibilita para a compreensão do equívoco, da falha, mas também do regular, nas materialidades linguísticas analisadas, tirando proveito dos efeitos de evidência dos discursos por meio do aparato teórico estabelecido sem, no entanto, se tornar refém desses efeitos. (ORLANDI, 2015).

A abordagem da nossa pesquisa é qualitativa, pois busca compreender os processos discursivos, não em termos de quantidade, pois não visa somente o produto e sim os processos, uma vez que entende que o produto se restitui continuamente como processo (ORLANDI, 2012a). Temos como objeto teórico o discurso e como objeto empírico os textos produzidos pelas páginas feministas. Para Orlandi (2012a, p. 28), o texto é compreendido “pragmaticamente como a unidade complexa de significação, consideradas as condições de sua produção”. Dessa maneira, o texto se constitui nos processos de interação, ultrapassando a noção de informação para ir além do nível segmental, por meio da operação de recorte, no intuito de compreender a relação das partes com o todo, estabelecendo unidades discursivas (ORLANDI, 2012a).

Cabe então ao analista compreendê-lo na sua opacidade, complexidade, buscando “mostrar os mecanismos dos processos de significação que presidem a textualização da discursividade” (ORLANDI, 2012b, p. 23), ou seja, explicitar como um texto produz sentidos, dando ênfase a noção de funcionamento, buscando as regularidades, a partir da construção do dispositivo analítico, levando em conta a historicidade na relação entre linguagem e exterioridade que constitui o discurso. O processo de significação é visto, assim, como histórico (ORLANDI, 2012a).

Segundo Benetti (2016), para uma análise efetiva é necessário escolher objetos que ofereçam maior representatividade, por isso escolhemos o facebook como espaço de observação, por ser uma das mais acessadas, com maior número de usuários e com uma quantidade significativa de páginas feministas. Optamos por elas por serem um espaço representativo de discursos de/sobre o sujeito mulher, considerando a quantidade de postagens, bem como pelo papel que desenvolvem no campo da cibermilitância, ao disseminar saberes teóricos e práticas feministas e de organização do movimento que extrapola as redes.

3.2 Construção e delimitação do corpus

Nosso *corpus* é de arquivo, como nos fala Courtine (2014), pois trata-se de material preexistente resgatado na rede social e não experimental. Construído a partir de postagens e comentários de páginas feministas da rede social facebook, o arquivo foi montado com recortes de situações discursivas que ressaltam as regularidades acerca dos sentidos produzidos para o sujeito mulher e seu corpo.

Entendemos *recorte* como um fragmento de situação discursiva, ou seja, “fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação” (Orlandi, 1984, p. 14) que, por meio de processos polissêmicos, possibilita análise de textos, não de forma linear, mas como segmentos em interação no todo e significando historicamente (ORLANDI, 1984, p. 14).

Nosso recorte do discurso de/sobre a mulher resultou da escolha de postagens de facebook que remetiam à temática *corpo*. A partir disso, efetuamos a escolha de sequências discursivas que significam na e pela história o corpo do sujeito mulher na rede de saberes do discurso feminista, por meio das possibilidades entre o explícito e o implícito, evidenciando os efeitos de sentidos que estão imbricados no discurso (ORLANDI, 1984; 2015) e que constituem o sujeito mulher.

As sequências discursivas são, dessa forma, os “trechos recortados pelo pesquisador, do texto em análise, porque contém elementos que respondem à questão de pesquisa” (BENETTI, 2016, p. 248). Sendo assim, nossa análise partiu de sequências discursivas (SD) das postagens recortadas como amostra do conjunto de todas as postagens sobre o corpo presentes nas páginas. Essas SD compõem redes de formulações de sentidos acerca da temática, possibilitando a compreensão dos processos de significação e estruturação dos discursos sobre o corpo do sujeito mulher e seu modo de filiação político-ideológica.

Compreendemos, assim, consoante Courtine (2016), as redes de formulações como

[...] um conjunto estratificado ou desnivelado de formulações, que constituem a mesma quantidade de reformulações possíveis de [E] [enunciado]. O que chamamos de estratificação ou desnivelamento de formulações refere-se à dimensão vertical (ou interdiscursiva) de um [E] como rede de formulações. É nestas redes que se estabiliza a referência dos elementos do saber: os objetos do discurso são formados ali como pré-construídos, os [E] os articulam. (COURTINE, 2016, p. 23)

Sendo assim, as redes de formulações são modos distintos de produzir o mesmo. Uma formulação que se remete a outras, através do interdiscurso, e criam articulações dos sentidos produzidos em cada uma dessas articulações. Temos então, no nosso caso, um conjunto de formulações que remetem a redes de memória que estabilizam e movimentam pré-construídos sobre o corpo.

Iniciamos a construção do nosso *corpus* com a pesquisa exploratória pelo facebook, para averiguar a presença de páginas com a temática feminista. Nessa primeira etapa, encontramos 171 páginas que se descreviam como sendo feministas, sobre feminismo ou de empoderamento feminino. Logo após, elaboramos uma lista com o nome de todas as páginas encontradas, o número de seguidores e a(s) filiação(ões) ideológica(s) expressas na aba “Sobre” de cada uma. A maior parte, mais de 140 páginas, se filiam a mais de uma corrente

político-ideológica ou não se identificam explicitamente com nenhuma. As filiações específicas, como as de feminismo marxista, liberal ou radical, são menos de 40 páginas.

Percebemos nesse percurso que 26% das 171 páginas encontradas têm menos de mil curtidas, 61% têm entre cem mil e mil curtidas, 11% têm entre 100 mil e um milhão de curtidas e apenas 2% têm mais de um milhão. Isso nos mostrou que há páginas de maior alcance do que outras, já que o número de pessoas curtindo é proporcional ao de visualizações dos assuntos abordados na página.

A partir desses dados, exploramos a interação entre página e seguidor nas postagens e comentários dispostos na linha do tempo de cada uma delas, considerando a quantidade de comentários e sua composição textual, como também a quantidade de compartilhamentos. Nessa etapa, percebemos que quanto menor o número de seguidores de uma página, menor é a interação entre sujeitos enunciadorees das postagens e sujeitos comentadores nas publicações.

Tendo em vista a importância da representatividade do objeto empírico, como trata Benetti (2016), escolhemos então para análise as páginas de maior número de seguidores do facebook, pois possuem maior alcance na rede permitindo o acesso a um maior número de textos. Elegemos seis páginas para análise e, através dos processos de paráfrase e polissemia que constituem os efeitos de sentido nelas, possamos configurar o funcionamento do lugar discursivo feminista no universo digital do facebook.

Na tabela 1, apresentamos as páginas escolhidas a partir do critério de alcance, segundo a quantidade de seguidores/curtidorees, de cada uma delas.

TABELA 1: Páginas feminista analisadas (número de curtidorees)

PÁGINAS PARA ANÁLISE	CURTIDORES
TODAS FRIDAS (TF)	1.341.729
NÃO ME KAHLO (NMK)	1.229.862
EMPODERE DUAS MULHERES (EDM)	1.136.124
FEMINISMO SEM DEMAGOGIA (FSD)	1.073.003
VENTRE FEMINISTA (VF)	795.309

Fonte: Criada pela autora. Dados coletados e atualizados em outubro de 2019.

Nesse quadro podemos perceber que a página “TODAS Fridas” é a que possui maior número de curtidorees e a menor é a “Ventre Feminista”. Dentre as páginas apresentadas, apenas a “Feminismo sem Demagogia – original” possui filiação ideológica explicitamente assumida: feminismo marxista. As páginas “TODAS Fridas” e “Não me Kahlo” não definem

uma filiação feminista específica, mas abordam em suas descrições aspectos que demonstram uma tendência ao feminismo interseccional, como veremos na análise. As outras duas páginas, “Empodere duas mulheres” e “Ventre feminista”, não declaram filiação, não ficando evidente em sua descrição, de modo que para esse dado utilizamos outros elementos além dos expostos pelas moderadoras, percebendo assim uma tendência ao feminismo liberal.

Após definirmos as páginas para análise, iniciamos a pesquisa exploratória das postagens, para a partir delas, fazermos a escolha das sequências discursivas a serem analisadas em nosso trabalho. Encontramos diversos temas nas postagens das páginas pesquisadas, exclusivos da pauta feminista, como a questão do corpo, gênero e direitos das mulheres, até questões relacionadas à política em geral, tanto no Brasil quanto no mundo. Optamos em analisar as postagens relacionadas ao corpo, por se tratar de tema bastante discutido nas páginas e por possuírem maior número de compartilhamentos e comentários, mostrando o alcance das discussões tratadas.

Iniciamos a coleta dos dados colocando o termo *corpo* na ferramenta de busca nas páginas pesquisadas. Na tabela 2 mostramos a quantidade de postagens sobre o tema corpo encontradas por página através da busca pelo termo corpo.

TABELA 2: Quantidade de postagens em cada página (temática: corpo)

PÁGINAS	QUANTIDADE DE POSTAGENS
TODAS Fridas (TF)	19
Não me Kahlo (NMK)	32
Empodere duas mulheres (E2M)	33
Feminismo sem demagogia (FSD)	26
Ventre Feminista (VF)	19

Fonte: Criada pela autora. Dados coletados em março de 2019.

As postagens têm como recorte temporal os anos de 2014 a 2019, compreendendo os anos da primeira e última postagem encontrada por nós. No momento seguinte, efetuamos uma análise dos sentidos que compõem a temática selecionada. Dessa maneira, encontramos alguns efeitos de sentidos produzidos a partir do tema geral corpo que o especificam, constituindo redes de sentidos próprios para cada uma das abordagens relacionadas ao corpo do sujeito mulher e que serão importantes para entender os gestos de interpretação dos

sujeitos enunciadores e dos sujeitos comentadores das páginas. Na tabela 3, elencamos esses efeitos de sentidos e a quantidade de postagens recuperadas no conjunto das cinco páginas.

TABELA 3: Efeitos de sentidos sobre o tema corpo nas páginas feministas (quantidade de postagens)

	EFEITOS DE SENTIDOS	TF	NMK	EDM	FSD	VF	TOTAL
1	Crítica ao padrão de beleza feminina dominante	9	8	16	6	10	48
2	Sexualidade Feminina	3	3	4	2	6	18
3	Denúncia da cultura do estupro	1	6	8	1	1	17
4	Legalização do aborto	2	6	-	7	-	15
5	Assédio sexual	1	2	-	4	2	9
6	Sexualização do corpo feminino	1	2	2	-	-	5
7	Prostituição	-	-	2	1	-	3
8	Maternidade/violência obstétrica	1	1	-	1	-	3
9	Construção de gênero/corpo trans	-	2	-	-	-	2
10	Direitos reprodutivos	1	-	-	-	-	1
11	Violência doméstica	-	-	1	-	-	1

Fonte: Criada pela autora. Dados coletados em julho de 2019.

Destacados os efeitos de sentidos produzidos, reunimos os onze efeitos em três grupos que percorrem redes de formulações e sentidos específicos na memória discursiva feminista. São eles:

- **Grupo 1- Padrão normativo do corpo:** remete a formulações que abordam os padrões estabelecidos para o corpo do sujeito (cis e trans) e como eles se constroem, desconstroem e reconstroem. Abarcamos também nessa categoria as postagens que tratam do corpo da mulher trans e sua relação com o social, com o feminismo e com sua individualidade.
- **Grupo 2 – Sexualidade e direitos reprodutivos:** engloba formulações que tratam da sexualidade feminina em seus diferentes contextos e da questão dos direitos reprodutivos, representado pela temática aborto.
- **Grupo 3 – Violências sobre o corpo:** abrange formulações sobre alguns tipos de violências sofridas pelas mulheres (cis e trans) no contexto social de desigualdade de gêneros. Incluímos nesse grupo formulações relativas à cultura do estupro, ao assédio sexual, à violência doméstica e à violência obstétrica.

Em seguida, traçamos um segundo movimento de busca de postagens referentes à temática corpo, a partir de temas relacionados, pela mesma ferramenta utilizada no primeiro

movimento, com o intuito de encontrar outras postagens que tratassem sobre a temática, mas que tivessem sido excluídas na busca pelo termo específico. Buscamos pelas as marcas linguísticas: beleza, trans, aborto, sexualidade, cultura do estupro, assédio, violência doméstica e violência obstétrica. A tabela 4 traz o número de postagens atualizado segundo esse outro movimento de busca para cada grupo de efeito de sentidos encontrados anteriormente.

TABELA 4: Grupos temáticos e postagens do segundo movimento de busca (quantidade de postagens por página e os efeitos de sentidos)

GRUPOS TEMÁTICOS	EFEITO DE SENTIDO	TF	NMK	EDM	VF	FSD	QUANTIDADE DE POSTAGENS
G1 – PADRÃO NORMATIVO DO CORPO	Crítica ao padrão de beleza dominante	9	8	16	10	6	49
	Corporeidade trans	-	2	-	-	3	5
G2- SEXUALIDADE E DIREITOS REPRODUTIVOS	Defesa da legalização do Aborto	74	68	22	10	56	230
	Sexualidade feminina	5	7	3	5	8	28
G3 – VIOLÊNCIAS SOBRE O CORPO	Denúncia da cultura do estupro	14	11	9	3	12	49
	Assédio sexual	11	4	10	4	8	37
	Violência doméstica	-	1	10*	3	6	20
	Violência obstétrica	6	-	-	1	12	19
TOTAL							438

Fonte: Criada pela autora. Dados coletados em julho de 2019 e atualizados em abril de 2020.

Nosso *corpus* foi então organizado a partir da temática geral corpo e dos grupos de efeitos de sentidos mobilizadas pelo tema corpo enquanto categoria. Optamos pela análise de um efeito de sentido de cada um dos grupos, recortando aquelas que possuem maior número de postagens (estão sinalizadas na cor verde: crítica ao padrão de beleza, defesa da

legalização do aborto e denúncia da cultura do estupro), para podermos analisar o funcionamento discursivo produzido sobre o corpo e os movimentos de sentido relativos a processos identitários nas páginas feministas no facebook.

3.3 Procedimentos de análise

Nosso *corpus* é constituído por recortes discursivos de 438 postagens sobre o corpo em páginas feministas da rede social facebook. Sendo assim, com base no arquivo construído, analisaremos o funcionamento discursivo sobre o corpo no feminismo digital, por meio da relação entre o lugar discursivo e o movimento de tomada de posição através das modalidades de subjetivação (PÊCHEUX, 2014) na relação com o sujeito universal da FD feminista. Pretendemos analisar como as posições assumidas legitimam, contrariam ou rompem as identidades do sujeito mulher representadas na sociedade patriarcal. Para alcançarmos nossos objetivos, faremos dois movimentos de análise.

3.3.1 Primeiro movimento: análise do lugar discursivo feminista das páginas

Nesse primeiro movimento, abordaremos a constituição do lugar discursivo e dos modos de filiação das páginas que compõem o *corpus*. Nosso recorte, nessa etapa, são os seguintes elementos de cada página: nome, foto de perfil, foto de capa e a aba de descrição.

Baseado nesses dados, poderemos estabelecer as redes de sentidos movimentadas nas páginas por intermédio dos elementos imagéticos em conjunto com os verbais, atentando para os espaços de incompletude que podem causar disputa de sentidos no interior da formação discursiva feminista, contrapondo lugares e posições discursivas feministas.

A montagem dos recortes se dará da seguinte maneira:

- Recorte 1: sequências discursivas recortadas do nome da página, imagem de perfil e capa
- Recorte 2: sequências discursivas recortadas da aba “Sobre” (autodefinição das páginas).

Desse modo, o lugar discursivo feminista e sua heterogeneidade discursiva serão evidenciados a partir da análise das posições sujeitos investidas nesses elementos.

Nesse primeiro movimento de análise dos gestos de interpretação através dos processos parafrásticos e polissêmicos, buscamos compreender como se filia ideologicamente

cada página na assunção de posições-sujeito dentre as possíveis na formação discursiva feminista e compreender como se constitui o lugar discursivo feminista na rede facebook. Em face dessa análise, estabeleceremos as relações entre os processos discursivos de constituição dos lugares e posições das páginas com a questão de desconstrução, reconstrução e/ou construção de identidades para o sujeito mulher e que serão importantes para análise das postagens.

Dessa forma, por meio do nome da página, da imagem de perfil e capa, e da descrição das páginas compreender o modo como cada página se filia ao feminismo. Esse movimento de análise definiu as posições e efeitos de sentido (o interseccional, o marxista e o liberal) que orientaram as análises acerca do corpo do sujeito mulher nas postagens, que correspondem ao nosso segundo movimento de análise.

Assim, nos lugares discursivos encontrados, o interseccional, o marxista e o liberal, buscaremos compreender, num segundo movimento analítico, como os sentidos se filiam ou não as posições identificadas para as páginas.

O primeiro movimento analítico de nosso trabalho está concretizado no Capítulo 4.

3.3.2 Segundo movimento: análise das posições sujeitos nas postagens e seus processos identitários

Nesse movimento, faremos a análise das postagens. Analisamos os efeitos de sentido relacionadas ao corpo e como eles configuram a construção dos lugares e posições do sujeito mulher. Investigamos os modos de filiação dos sujeitos através da sua inscrição nos discursos sobre o corpo em cada uma das páginas selecionadas na pesquisa. Buscamos compreender as posições sustentadas nesses discursos e a sua relação com a Forma-sujeito feminista, procurando perceber os movimentos de filiação, por meio das categorias analíticas da identificação plena, contraidentificação ou desidentificação.

Serão observadas, nas postagens, determinadas materialidades linguísticas que auxiliarão nas análises dos recortes como:

- i. Marcação das administradoras nas postagens, demarcando autoria específica e modo de filiação a uma FD feminista específica;
- ii. Destaques de palavras e imagens que signifiquem nas postagens, ressaltando aspectos, ou deslizando sentidos de palavras ou termos que sejam importantes na hora da análise;

- iii. Presença ou ausência de *hashtags*, demarcando a extensão de determinada postagem, de movimentos sociais e/ou de campanhas sobre a temática em questão. O uso desse caractere remete à movimentos sociais exteriores à rede;
- iv. A mesma postagem feita em momentos distintos e sua resignificação em condições de produção diferentes, assim como modificação de posição das páginas.

Os elementos destacados acima servirão, pois, para orientar a análise e compreender como se configuram as posições sujeitos das páginas por meio dos recortes das postagens.

Ainda em relação a esse segundo movimento analítico, cabe destacar que selecionamos para análise as sequências discursivas que demonstram a regularidade dos sentidos atribuídos para o corpo do sujeito mulher em cada uma das posições em que se inscrevem os sujeito enunciadorees (interseccional, marxista e liberal), observadas no primeiro movimento de análise. O recorte foi montado a partir dos efeitos de sentidos em questão e considerando cada uma dessas posições. Dessa forma, priorizamos recortes e SD representativos das posições em que as páginas se inscrevem, sem necessariamente trazer recortes de cada uma das postagens de cada efeito. Assim, para os três efeitos temos SD que demonstram a rede de sentidos relativos à posição interseccional (TF e NMK), à posição marxista (FSM), e à posição liberal (EDM e VF). Paralelamente, buscaremos compreender como as posições assumidas nas postagens engendram processos discursivos de construção, desconstrução e reconstrução de identidades para o sujeito mulher no discurso sobre o corpo.

Dessa forma, a partir da análise das posições dos sujeitos enunciadorees nas postagens analisaremos como elas se relacionam com a rede de memória específica de cada posição discursivo feminista, se os sentidos interseccionais, marxistas e liberais são retomados no discurso sobre o corpo, como são recuperados ou se são apagados e como se dá esse apagamento. Observaremos dessa forma se, ao se vincular a posição interseccional, as páginas TF e NMK retomam os sentidos de raça e classe ao tratar do corpo do sujeito mulher, se, ao se posicionar marxista, a página FSD retoma os sentidos marxista de classe e se, ao se colocar na posição liberal, as páginas EDM e VF assumem sentidos do feminismo liberal para tratarem sobre a temática corpo.

Organizamos assim nosso segundo movimento de análise de acordo com as temáticas, seus efeitos de sentidos e as redes de formulações sintetizadas na forma descrita na Tabela 5.

As temáticas dos grupos 1, 2 e 3, os efeitos de sentidos produzidos por elas e as redes de formulação serão analisadas, respectivamente, nos Capítulos 5, 6 e 7.

Acreditamos que o lugar discursivo assumido pelas páginas produzirá efeitos de sentidos específicos nas postagens relativas ao corpo, ao mobilizar determinadas redes de saberes, na constituição de posições heterogêneas na FD feminista. Pensamos ainda que esses efeitos possibilitarão compreender os movimentos simbólicos de construção, desconstrução e reconstrução do/sobre o sujeito mulher no espaço digital.

TABELA 5: Categorização da análise (grupos temáticos, seus efeitos de sentidos e as redes de formulações)

GRUPOS TEMÁTICOS E EFEITOS DE SENTIDOS		REDES DE FORMULAÇÕES
G1 – PADRÃO NORMATIVO DO CORPO	CRÍTICA AO PADRÃO DE BELEZA DOMINANTE	(1) A politização do corpo não padrão
		(2) A contestação do ideal dominante de beleza
G2 – SEXUALIDADE E DIREITOS REPRODUTIVOS	DEFESA DA LEGALIZAÇÃO DO ABORTO	(1) A proteção à vida do sujeito mulher
		(2) A autonomia sobre a capacidade reprodutiva
G3 – VIOLÊNCIAS SOBRE O CORPO	DENÚNCIA DA CULTURA DO ESTUPRO	(1) A problematização da cultura do estupro

Fonte: Criada pela autora.

Traçados nossos procedimentos analíticos, passemos agora para os gestos de interpretação dos processos discursivos sobre o corpo nas páginas feministas que configuram processos de construção, desconstrução e reconstrução das identidades do sujeito mulher nesse espaço digital.

4 A HETEROGENEIDADE DISCURSIVA FEMINISTA NO FACEBOOK: ANALISANDO O LUGAR DISCURSIVO DAS PÁGINAS

O movimento feminista hoje se caracteriza pela pluralidade das correntes político-ideológicas e isso é perceptível nas redes. Por serem mais flexíveis, elas tornaram possível a articulação das várias posições e formas de identidade do movimento (CASTELLS, 2018; COSTA, 2018; LIMA, 2013). Essa pluralidade leva à heterogeneidade discursiva, pelas várias posições que podem ser tomadas dentro do lugar discursivo da mulher, que não se configura mais de forma universal, como nos discursos patriarcais. Essa heterogeneidade discursiva se estabelece em meio aos diversos modos de filiação ideológica marcadas pela relação forma-sujeito (sujeito histórico) com as posições- assumidas em relação ao gênero, raça e classe. A tomada de posição em cada uma dessas categorias caracteriza uma posição-sujeito diferente no lugar discursivo da mulher feminista.

Tendo como base as categorias de lugar discursivo, as posições-sujeito e os modos de filiação subjetiva, analisamos, nesse capítulo, como se dá a constituição e formulação do lugar discursivo da mulher feminista nas páginas que compõem o nosso *corpus*. Em nossa análise dos perfis das páginas, identificamos três posições nas quais se inscrevem seus sujeitos enunciadore:s: posição feminista interseccional, presente nas páginas *TODAS Fridas e Não Me Kahlo*; a posição feminista marxista, assumida pela *Feminismo sem Demagogia-original*; e a posição feminista liberal, inscrita pela *Empodere Duas Mulheres e Ventre Feminista*. A identificação dessas posições decorreu da observação dos elementos escolhidos para a construção dos perfis nesse espaço digital. A categorização geral das posições das páginas servirá de guia para todos os movimentos de nossa análise.

É importante destacarmos que a referência aqui feita a posições interseccional, marxista e liberal remete a efeitos produzidos nas páginas tendo em vista os gestos de interpretação de seus sujeitos enunciadore:s. Dessa maneira, as seções de análise focarão as posições observadas nas páginas e sua relação com as redes de memória dos saberes desses efeitos. Sendo esses efeitos aqueles observados como regulares na composição dessas páginas.

4.1 O efeito interseccional: uma posição entre raça, classe e gênero

Os processos discursivos que produzem o efeito da interseccionalidade marca a posição em duas páginas do nosso *corpus*, *TODAS Fridas e Não Me Kahlo*. Nelas o sujeito

mulher universalizado pela ideologia patriarcal é desconstruído pela intersecção dos saberes relacionados às diversas opressões que alicerçam as relações de desigualdade social, evocando como aspectos para análise dessa assimetria social entre os gêneros as individualidades das mulheres que as colocam em posições diferentes em nossa sociedade. A identidade para a mulher é reconstruída a partir das novas formas de identificação do sujeito mulher, pela raça, classe e/ou gênero. Para compreendermos essa posição-sujeito e entender como ela retomada nas páginas analisadas é necessário compreendermos a rede de sentidos que constituem a interseccionalidade.

A interseccionalidade é um conceito cunhado por Kimberlé Crenshaw, intelectual afro-estadunidense, e visa instrumentalizar teórica e metodologicamente a análise da opressão estrutural por meio da indissociabilidade entre racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, como nos fala Akotirene (2018). O feminismo incorpora a categoria interseccionalidade como forma de reivindicar e evidenciar os diversos tipos de opressão sofridas pelas mulheres negras, além daqueles relacionados ao gênero. Desse modo,

Segundo Kimberlé Crenshaw, a interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar as mulheres negras, já que reproduz o racismo. Igualmente o movimento negro falha pelo caráter machista, oferece ferramentas metodológicas reservadas às experiências do homem negro. (AKOTIRENE, 2018, p. 14)

Para Crenshaw, a interseccionalidade se estabelece como necessária para o feminismo, por este ter falhado em não considerar a intersecção de raça ao abordar as questões de gênero na composição de suas pautas gerais, sendo denominado muitas vezes como feminismo branco. E para o movimento racial por não destacar o gênero como categoria relevante na opressão racial, universalizando a realidade de homens negros na luta antirracista.

Akotirene (2018) nos lembra ainda que a interseccionalidade requer dos indivíduos oprimidos a instrumentalização conceitual de raça, gênero, classe e nação, evitando análise sob o mesmo eixo das opressões e dando atenção à matriz colonial moderna e a novas formas de interpretação para os efeitos identitários.

Nesse sentido a constituição de uma posição sujeito interseccional requer os saberes relacionados aos âmbitos racial, econômico e de gênero para romper com a formação ideológica patriarcal e inscrever-se na feminista. Notamos a presença do termo em diversas páginas feministas no facebook. Em nosso *corpus*, duas se inscrevem nessa rede de saber: a *TF* e a *NMK*.

A página *TODAS Fridas*³ surgiu em 2015 com a reunião de mulheres que tinham como intuito o contato e troca de material sobre feminismo com outras mulheres. A *TF* está presente em outras redes sociais além do facebook, como instagram, twitter, youtube e conta com um site na plataforma de código aberto para criação de sites wordpress. A página abrange um público ainda maior do que analisaremos, tendo em vista suas outras formas de difusão de conteúdos.

Já a página *Não Me Kahlo*⁴ surgiu em 2013, inicialmente como um grupo de discussão, e posteriormente tornando-se página para difusão de ideias sobre o feminismo. Tem como missão a utilização da informação para promover a autonomia feminina e se propõe ao debate de conteúdo exclusivo e dinâmico, utilizando as redes sociais como ferramenta, para disseminar conhecimento relacionado as questões de gênero. A *NMK* se classifica no facebook como Organização não governamental (ONG.) e tem em sua direção quatro mulheres, de diferentes áreas, que são apresentadas em seu site.⁵ Assim como a *TF*, a página também possui perfil no instagram e no twitter, além de um livro lançado em 2016 derivado do movimento nas redes sociais #MeuAmigoSecreto, de 2015, intitulado #MeuAmigoSecreto: feminismo além das redes.

Em sua aba “Sobre”, a página *TF* retoma os sentidos da interseccionalidade como sentidos a serem legitimados, inscrevendo-se na posição sujeito que estamos abordando.

SD 1: Pela emancipação da mulher na sociedade. **Contra toda forma de opressão advinda do Patriarcado, do Racismo e Capitalismo.** Pelo fim dos papéis de gêneros!

Na SD1 os sentidos para opressão estão demarcados pelas adjetivações sustentadas pelos sentidos de patriarcal, racial e classe através do uso dos significantes Patriarcado, Racismo e Capitalismo. A grafia dos nomes com inicial maiúscula produz efeito diferente do que se os mesmos termos viessem com inicial minúscula. No caso, os sentidos deslizam do comum para o próprio, ganhando conotações de personificação, universalização, como entidades que devem ser identificadas pelo seu poder. O destaque na SD1 mobiliza os sentidos para os três itens – patriarcado, racismo e capitalismo – como evidência da posição-sujeito antiopressão, enquanto lugar discursivo feminista. Não é qualquer emancipação de

³Descrição presente no site que leva o mesmo nome da página e que está presente na aba “Sobre” do facebook. Disponível em: <http://www.todasfridas.com.br/sobre-nos/>.

⁴Descrição presente no site que leva o mesmo nome da página e que está presente na aba “Sobre” do facebook. Disponível em: <https://www.naomekahlo.com/sobre-2/sobre/>.

⁵ Disponível em: <https://www.naomekahlo.com>.

mulheres, é aquela estabelecida no entrelaço da luta antipatriarcal, antirracista e anticapitalista. Logo, há uma identificação plena com a forma-sujeito feminista interseccional.

A construção movimenta sentidos de identificação: emancipação da mulher, contra opressão, fim dos papéis de gênero. E de contraidentificação: a opressão pelo patriarcado, pelo racismo e pelo capitalismo.

Na página *NMK* os sentidos para interseccionalidade são produzidos de modo diferente.

SD 2: O Coletivo Feminista *Não Me Kahlo* nasceu como um espaço de estudo e debate sobre o feminismo em suas **diversas vertentes, respeitando a pluralidade social, a individualidade** e valorizando o trabalho em conjunto para a construção de **uma sociedade igualitária, dando atenção às demandas e pautas feministas.**

As palavras raça, gênero e classe não são postas na descrição na página do facebook da *NMK*, ao contrário do site, em que os termos são colocados em destaque, além da autodefinição explícita como posição interseccional. Contudo, ao pôr em relevo esses termos na SD 2, os sentidos movimentam-se na constituição dessa posição sujeito feminista, já que pretende ser diversa em relação às vertentes feministas, respeitando a pluralidade social e promovendo o ideal de sociedade igualitária. O funcionamento do discurso nos direciona para os sentidos da coletividade – coletivo feminista, pluralidade social, trabalho em conjunto, sociedade igualitária – assim como para o da particularidade – individualidade. Analisando ambas as materialidades, a da página e a do site, podemos dizer que a *NMK* também produz movimento de filiação a uma posição interseccional.

As duas páginas além de se filiarem a mesma posição sujeito interseccional trazem ainda em comum um trabalho simbólico sobre a imagem da personagem histórica Frida Kahlo, tomada como elemento na produção de sentidos para a mulher e o feminismo. A vida da artista, nesse contexto, é impregnada de sentidos de resistência e sofrimento por conta das relações amorosas, problemas de saúde e as opressões de gênero de sua época. Ao trazê-la para o nome de ambas as páginas, as autoras fazem aquilo que Orlandi (1987; 2015) chamou de processo parafrástico, caracterizado pela repetição de um sentido já sedimentado, no caso Frida Kahlo como exemplo de mulher que sofreu com a desigualdade de gênero, relacionamento abusivo e imposições sociais, mas que também resistiu e se tornou uma renomada pintora. O processo discursivo de deslizamento de sentidos para além da pessoa Frida, no entanto, materializa-se de formas diferentes, como veremos.

SD 3: *TODAS Fridas*



Fonte: Imagem retirada do facebook. Disponível em:
https://www.facebook.com/pg/TODASFridasoficial/about/?ref=page_internal

No título da página *TODAS Fridas* o nome da pintora mexicana vem em conjunto ao pronome indefinido (todas) produzindo um efeito de generalização, de unidade da posição feminista pelo sentido totalizante do termo. Já o nome da artista passa do singular (pessoal) para o plural (coletivo) provocando um efeito de identificação, de representação coletiva, que se estabelece pelo processo polissêmico (ORLANDI, 1987; 2015) passando a significar não só a artista mexicana mas todas as mulheres que têm vidas parecidas ou não, mas que são vítimas da desigualdade de gênero e resistem. Assim, o termo desliza para um sentido individual para o sentido coletivo.

O funcionamento discursivo da SD3 também nos redireciona, através da memória discursiva, para a formulação *Somos Todos...* com o mesmo efeito de sentido percebido no título da página. A formulação # (hashtag) mais a construção “somos todos” passa a estar vinculado a uma rede de formulações dentro das redes, que resgata as expressões e as postagens às quais estão vinculadas, e a uma rede de sentidos para universalizar, através do engajamento, indivíduos que se solidarizam com uma causa. Temos como exemplos: #somostodoscharlie (Somos todos Charlie Abdo), #somostodosmacacos (Somos todos macacos), #somostodxsclaúdia (Somos todos Cláudia) entre outros. Na SD 1, o apagamento do termo “Somos” não desvincula os sentidos desse efeito generalização, assim como outras possibilidades podem ser produzidas através redes parafrásticas, englobando sentidos possíveis para *TODAS Fridas*.

Rede parafrástica da SD3:

1. [Somos] TODAS mulheres.
2. [Somos] TODAS resistentes.
3. [Somos] TODAS artistas.
4. [Somos] TODAS feministas.

Na rede parafrástica que criamos acima, percebemos o deslizar do termo Fridas para outros, também no plural, que materializam a rede de sentidos apreendida pela composição do nome da página. O uso do pronome TODAS em maiúscula nos remete e realça a ideia de inclusão de todas as mulheres no projeto feminista e funciona como pista para a posição sujeito feminista assumida pela página.

Cabe-nos notar ainda que, ao trazer, na foto do perfil, a imagem de Frida, no nome da página e na foto de capa, e a imagem de Marielle Franco⁶, vereadora do Rio de Janeiro pelo PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) assassinada em 2016, a página atualiza os sentidos para o efeito Frida. As duas personagens históricas são deslocadas de seu lugar individual e transpostas à representação coletiva das mulheres desafiaram a norma vigente do sistema patriarcal. O imaginário do sujeito de resistência, que luta por seus ideais, passa a dominar no discurso do enunciador da página, trazendo as questões de raça e sexualidade que estão associadas a imagem da vereadora, como também o discurso político através da militância da psolista carioca, passando a circular na página. Podemos acrescentar uma última parafrase na rede elaborada acima:

5. [Somos] TODAS Marielles.

Os sentidos evocados pela presença de Marielle, enquanto imagem de perfil, além de atualizarem o efeito Frida, retoma os sentidos acerca da raça como destaque para a página. A mulher negra e periférica que lutava contra as desigualdades sociais passa a fazer parte da rede de sentidos do ser mulher, do ser feminista, possibilitando novos sentidos além dos já produzidos por Frida, por meio do processo de identificação da mulher negra, da mulher lésbica, da mulher política e da mulher resistente aos padrões dominantes do feminino indo de encontro à imagem do sujeito mulher universal da formação ideológica patriarcal.

Os sentidos mobilizados na formulação *Não Me Kahlo*, que dá título a segunda página que estamos analisando, fazem trabalhar também o efeito Frida. Entretanto, diferentemente da menção da página anterior, a pintora agora é retomada pelo seu sobrenome.

⁶ Assassinato de Marielle Franco, disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/vereadora-do-psol-marielle-franco-e-morta-a-tiros-no-centro-do-rio.ghtml>

SD 4: *Não Me Kahlo*



Fonte: Imagem retirada do facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/NaoKahlo/>

O efeito produzido pelo sobrenome da pintora mexicana é diferente do primeiro. Enquanto aquele pluralizava o nome próprio para evidenciar uma posição sujeito unificada e inclusiva para as mulheres, nesse o nome é transformado em verbo, numa relação escrita e sonora, ao construir sentidos por meio do processo de homofonia: *Kahlo* – sobrenome da personalidade – e *calo* – verbo conjugado na primeira pessoa do presente. A formulação tem a forma enunciativa de uma negativa de caráter contestatório, implicando uma posição polêmica e de resistência. A formulação negativa Não me Kahlo/Calo demarca posições sujeitos antagônicas, a alguém manda calar e a de quem se recusa a isto.

Temos aqui um exemplo do que Indursky denominou de negação polêmica quando, de formas simultâneas, pontos de vistas antagônicos são trazidos no mesmo enunciado (INDURSKY, 1990, p. 118). Na formulação sob análise, o outro enunciado que antagoniza ao disposto no nome da página é aquele retomado pela memória através do silenciamento histórico determinado para mulheres e para o feminismo, do pré construído para o sujeito. Ao afirmar “Não me calo (Kahlo)”, o sujeito enunciador do discurso se opõe ao outro dizer que não está dito, mas se faz presente na rede de sentidos exposta. Nessa negação há o estabelecimento do conflito entre duas posições sujeito divergentes: a posição sujeito patriarcal, que destitui o poder de fala do sujeito mulher, e a posição sujeito feminista, que restabelece esse poder de fala, negando o silenciamento imposto. A polêmica é então estabelecida não de forma individual, “[...]ela decorre do confronto entre práticas discursivas sociais. Desse modo, o sujeito, ao refutar um elemento do saber de outra FD, refuta elemento que é exterior ao saber de sua FD” (INDURSKY, 1990, p. 119).

Desse modo, o dizer que manda calar é retomado pela formulação polêmica, produzindo um efeito de resistência ao silenciamento, à interdição/censura do dizer, imposto historicamente ao sujeito mulher. Orlandi (2007) denomina esse silêncio como local, pois representa, na política do silêncio, um efeito que instala um não dito interdito, enquanto “estratégia política circunstanciada em relação à política dos sentidos: é a produção do

interdito do proibido” (ORLANDI, 2007, p. 74). Sendo assim, na formulação Não me Kahlo, a censura imposta as mulheres é contestada através da negação polêmica.

O efeito Frida é ainda retomado em NMK, pela presença da imagem da pintora no perfil da página. Como na página anterior, *TF*, podemos salientar o efeito de atualização da personagem histórica por meio do sombreado dado a imagem, retirando caracteres que a individualizariam (olhos e boca), mas deixando as marcas que nos remetem a pintora, a sobrelha emendada e as flores no cabelo. O efeito é produzido pela memória que individualiza a mulher Frida e pela atualização produzindo sentidos de universalização para todas as mulheres.

A imagem de Frida Kahlo é recorrente como símbolo para as diversas páginas feministas que estão disponíveis no facebook. Seja pela foto utilizada, ou até desenhos e caricaturas da artista, ou pelos nomes que escolheram para denominá-las. Além das duas páginas que ressaltamos nessa posição, o efeito Frida aparece ainda em outras duas, agregando outros efeitos de sentido às posições-sujeito nas quais essas páginas se vinculam.

Os processos discursivos de constituição da posição-sujeito feminista nas páginas *TODAS Fridas e Não Me Kahlo* são alicerçados na desconstrução da identidade do sujeito mulher universal, explicitando diversos tipos de opressão e/ou os desafios à emancipação feminina. Os saberes mobilizados nesse processo reconstróem uma nova forma de identificação do sujeito mulher feminista, particularizando essa posição através da racialidade (a mulher negra, a mulher indígena, a mulher indiana etc.), da classe (a mulher trabalhadora, mulher de classe média, a mulher marginalizada etc.) e das relações de gênero (a mulher trans, a travesti, a não binária etc.) e propondo novas formas de luta contra a opressão patriarcal (as mulheres negras, trabalhadoras, trans etc.).

Há identificação entre as posições dos sujeitos feministas *TF* e *NMK* com os saberes da interseccionalidade ao materializar sentidos para o ser mulher além da questão biológica, incluindo, assim sentidos de raça, classe e gênero. Nessas formas de materialização compreende-se que

Se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da “pessoa” transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque gênero estabelece intersecções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das intersecções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida. (BUTLER, 2016, p. 21)

Ser mulher não é, conforme Butler (2016), uma identificação predefinida e cristalizada, como a ideologia dominante discursivizou, mas uma categoria estabelecida em práticas sociais e discursivas constituídas a partir de intersecções culturais e políticas que se reproduzem e mantêm a opressão estabelecida no interior da FI dominante.

Os gestos de interpretação das páginas TF e NMK quanto ao feminismo evidenciam a constituição de uma posição discursiva que se caracteriza pelo efeito de desconstrução da identidade do sujeito mulher alicerçada na FI patriarcal, bem como pela projeção de reconstrução dessa identidade, concebendo novas formas de constituição do sujeito mulher contemporâneo.

4.2 O efeito marxista: uma posição entre o capital e o gênero

A página *Feminismo sem demagogia – original* foi criada em outubro de 2012 no facebook. Ao contrário das duas anteriores não possui site e nem se classifica como ong ou coletivo feminista. A posição marxista assumida pela *FSD* retoma da memória do marxismo elementos que vão formar a rede de sentidos evocada pela página.

A posição feminista marxista compreende sentidos ligados à noção do trabalho e classe como alicerce da opressão feminina. Nessa perspectiva, não bastaria aos sujeitos lutar contra a desigualdade de gêneros, mas também combater o sistema capitalista e patriarcal que seria a base de sustentação da opressão das mulheres. Nessa posição, o sentido de coletividade é sempre retomado e destacado como forma de luta.

Para entendermos melhor essa rede de saberes é importante compreendermos que a teoria feminista marxista surge dos estudos acerca da relação da desigualdade de gênero com o sistema capitalista, enquanto manutenção da opressão patriarcal. A formação ideológica encaminha os sentidos para a desnaturalização da opressão a qual as mulheres são submetidas, compreendendo-a enquanto parte de sistema de classes que subjuga o trabalho das mulheres.

Na posição sujeito feminista marxista, os sentidos são dirigidos para a construção de uma nova sociedade, desvinculada da divisão de classes, que resulte na emancipação feminina. É comum a essa posição a compreensão de que a sociedade de classes expõe o sujeito mulher a determinadas barreiras estruturadas pela atribuição de valor às atividades de produção para o mercado, desvalorizando a mão de obra feminina e mantendo a reprodução do trabalho doméstico sob responsabilidade ainda da mulher (FEDERECI, 2017; SAFFIOTI, 2013).

O aparecimento do capitalismo se dá, pois, em condições extremamente adversas à mulher. No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, ela contraria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural, era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerara; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção. (SAFFIOTI, 2013, p. 65-66)

Conforme observa Heleieth Saffioti, a subvalorização das capacidades femininas e a consequente submissão da mulher ao homem são resultados da estruturação social, que tem no capitalismo, seu ponto máximo. Ainda conforme a autora, o modo capitalista de produção não só promove a divisão em classes da sociedade, mas também justifica na tradição a “marginalização efetiva ou potencial de certos setores da população do sistema produtivo de bens e serviços” (SAFFIOTI, 2013, p. 66).

Na página *Feminismo sem demagogia* –original, a identificação com posição sujeito feminista marxista se mostra na associação que se faz na descrição da página entre a opressão patriarcal e capitalista, como é perceptível na SD 5.

SD 5: Só os trabalhadores, homens e mulheres, atuando em **conjunto num movimento revolucionário** poderão **destruir a sociedade de classes** e com ela **a opressão sobre as mulheres** de forma definitiva.

O uso de termos caros à corrente política e filosófica marxista, como “trabalhadores”, “movimento revolucionário”, “sociedade de classes” e “opressão sobre mulheres”, inscreve a página na posição sujeito feminista marxista. Na SD 5 a submissão das mulheres aos homens é pensada como consequência da sociedade de classes e sua destituição só será possível através do movimento revolucionário. Notemos que a submissão é enunciada enquanto opressão. Contudo, há um silenciamento do gênero na marca linguística “trabalhadores”, excluindo o termo trabalhadoras. Embora a diferença de gênero seja marcada lexicalmente em seguida pelo aposto (homens e mulheres), a designação genérica o efeito de universalização do masculino “trabalhadores” permanece significando.

Os sentidos legitimados no funcionamento discursivo da página dirigem para o efeito de desconstrução da identidade da mulher enquanto sujeito submisso e de reconstrução da identificação enquanto sujeito de resistência e de luta. Isto se pode perceber na SD 6, por meio das imagens de sujeito mulher utilizadas como símbolo da luta feminista.

SD6: *Feminismo sem demagogia – original*



Fonte: Imagem retirada do facebook. Disponível em:

<https://www.facebook.com/FeminismoSemDemagogiaMarxistaOriginal/>

Na SD acima, percebemos a retomada do efeito Frida do qual falamos anteriormente como gesto de interpretação para o sujeito mulher feminista. Na página FSD, a representação da personagem mantém as roupas típicas da pintora, o lenço envolto ao pescoço, assim como seu penteado característico. No entanto, o posicionamento corporal da personagem faz deslizar os sentidos sobre Frida, colocando-a na posição de manifestante feminista, deslocando os sentidos do individual da artista para o universal da posição feminista enquanto mulher militante.

Além da pintora mexicana, outras figuras femininas históricas são trazidas para a foto de capa de FSD, como Angela Davis e Margarida Alves. A primeira, ícone da luta pelo direitos civis nos Estados Unidos, ficou mundialmente conhecida pela sua prisão em 1970 por conta da sua aproximação com o movimento antirracista Panteras Negras. Militante do Partido comunista, a filósofa é reconhecida pelo importante papel na discussão entre raça, classe e mulheres (DAVIS, 2019). Margarida Alves, paraibana, líder sindical assassinada em 1983, é reconhecida como exemplo de luta pelos trabalhadores rurais e sua militância é relembrada pela Marcha das Margaridas, realizada desde 2000, promovida pelas lideranças camponesa, numa confluência entre o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e de movimentos feministas e de mulheres⁷. O dia 12 de agosto, dia de seu assassinato é reconhecido como Dia Nacional de Luta contra a Violência no Campo e pela Reforma Agrária⁸.

A representação das duas ativistas na capa da página produz efeitos parafrásticos e polissêmicos (ORLANDI, 1987; 2015), pois utiliza os sentidos sedimentados a partir das figuras de Angela Davis, enquanto símbolo da luta antirracista, e de Margarida Alves,

⁷ A marcha das margaridas. Disponível em: <http://fetase.org.br/mobilizacoes/marcha-das-margaridas/>

⁸ Biografia de Margarida Maria Alves. Disponível em: www.fundacaomargaridaalves.org.br/homenagens/

enquanto símbolo da luta camponesa. Desse modo, o movimento da memória discursiva traz os saberes do político da construção dos movimentos sociais e transcende as personalidades históricas para projetar efeitos de generalização, a partir do processo polissêmico (ORLANDI, 1987; 2015), colocando toda e qualquer mulher, da intelectual estadunidense a camponesa nordestina, da pintora mexicana a mulheres anônimas como sujeitos do feminismo. O que as unem é o ato de militância, na construção de uma posição feminista militante, sentido fortemente marcado na SD pelas imagens de mulheres com braço levantado e punho fechado.

As formulações das SD 5 e 6 trazem indícios ainda do gesto de interpretação que define a posição feminista da página FSD, em especial a expressão que dá nome da página: “marxismo sem demagogia”. Tendo em sua base uma crítica política ao sistema econômico, político e social capitalista que afeta camadas da população de forma desigual, subjugando seus corpos e sua força de trabalho, esse título produz um efeito de verdade acerca do feminismo, pois estabelece um paralelismo entre um feminismo verdadeiro (“sem demagogia”), assumido e legitimado pela página, e um outro, não explicitado (feminismo falso), rejeitado e condenado.

O uso da preposição “sem”, na formulação-título da página, a coloca como aquela que não tem manipulação, não tem mentira, não tem falsidade, elementos da rede de sentidos de demagogia. Ao mesmo tempo, traz em si a memória de um outro feminismo que é tudo isso. Pela construção, ao dizer o que ela não é no título (sem demagogia), o sujeito do discurso estabelece duas posições distintas: a que a página assume e a que ela se opõe. A que ela assume temos acesso na sua descrição, ao se colocar na perspectiva marxista, por meio da intersecção entre raça, classe e gênero (“Lutamos por um feminismo de Gênero, Raça e Classe”). A que ela rechaça, temos acesso por meio de um processo de exclusão, ou seja, aquela que, sendo marxista, não se problematiza essa intersecção e suas tensões. Sendo assim, todo feminismo que não se propõe ao recorte de classe, gênero e raça seria demagógico.

Na posição marxista de FSD, os sentidos da coletividade e da luta social emergem provocando sentidos relacionados à mobilização feminina para conquista de direitos coletivos. Há um trabalho de desconstrução discursiva da imagem construída para a mulher pelo patriarcado, por meio da identificação do sujeito enunciador feminista com a posição militante, aquele que não se submete a ordem estabelecida e se organiza para reconstruir novas formas de identificação.

A forma de nomear os modos de submissão impostos ao sujeito mulher historicamente também exerce papel importante nesse efeito de (des)construção identitária. O sujeito enunciador da FSD ao nomeá-las como “opressão de gênero”, mobiliza os sentidos

acerca da estruturação social que impôs à mulher um lugar de subalternidade e recorre ao ideal de transformação revolucionária do sistema como forma de desconstruí-la. Essa posição compreende, pois, a submissão da mulher como produto da divisão social do trabalho e da divisão social de classe.

A posição sujeito feminista da *Feminismo sem demagogia – original*, assim como na posição interseccional, trabalha discursivamente a desconstrução da imagem do sujeito mulher pela desidentificação com a posição de universalidade do sujeito na FI patriarcal, porém destacando a necessidade de desconstrução do sistema financeiro e cultural que sustenta essa identidade como a única possível. A posição-sujeito mulher é então constituída como uma identificação de classe, produzindo a posição sujeito mulher trabalhadora opondo-se à posição-sujeito mulher burguesa, delimitando o lugar social e discursivo produzidos por diferentes formas de opressão para o sujeito mulher. Dessa forma, a desconstrução do sistema capitalista seria a destruição da opressão sobre a mulher.

4.3 O efeito liberal: uma posição entre a individualidade e o empoderamento

As páginas *Empodere Duas Mulheres* e *Ventre Feminista* trazem em sua constituição traços de assunção a uma posição feminista liberal. As duas páginas mobilizam sentidos para a compreensão da luta feminista enquanto desestruturação da desigualdade entre homens e mulheres, mas não trazem em sua rede de saberes aspectos relacionados à opressão pelo capital ou por questões raciais.

Para entendermos melhor a posição-sujeito feminista liberal, cabe observarmos algumas questões relacionadas ao feminismo liberal. Essa posição concentra-se no entendimento da submissão feminina enquanto desigualdade no sistema e não como exploração do sujeito pelo capital e pelo patriarcado, como acontece no feminismo marxista. Para a posição liberal, o principal problema do sujeito mulher consiste na sua exclusão da esfera pública e a solução para isto estaria na reivindicação e promoção de espaços sociais igualitários para homens e mulheres. O feminismo liberal tem na intelectual Betty Friedan e na instauração, pela autora, da Organização Nacional para mulheres (National Organization of Women-NOW) os pontos de maior relevância dentro do movimento (GARCIA, 2011).

O liberalismo, teoria que dá sustentação a essa vertente feminista, surgiu no século XVII, a partir das considerações de contrato social de Hobbes (1651) e Locke (1690) e tem em seu fundamento, conforme Miguel (2000), a individualidade como bem maior para a constituição da sociedade política, que segundo Hobbes e Locke. Essa vantagem pessoal, tida

por Hobbes como preservação da vida e por Locke como propriedade, é mantida pelo poder coercitivo do estado de natureza.

Ainda de acordo com Miguel (2000), a concepção de direito individual é importante no liberalismo político, pois mobiliza o potencial emancipador do sujeito e a valorização da autonomia, “entendida como a capacidade (coletiva) de se governar por si mesmo” (MIGUEL, 2000, p. 94). Desse modo, o liberalismo entende o coletivo como incorporação dos interesses individuais, em que os sujeitos sejam possuidores de direitos e de escolhas, mas não se propõe a ruptura com o sistema capitalista.

O liberalismo político regula, então, os saberes de sua formação discursiva a partir do ponto de vista do individual, onde o social é estabelecido na relação público e privado, na qual a sociedade é o espaço da liberdade individual (privado), e o Estado é o poder de regulação dessa individualidade (público).

[...] o liberalismo político tem uma relação privilegiada com o discurso feminista, que desde sua origem incorporou muitos de seus conceitos e premissas. As primeiras feministas encontraram na dicotomia liberal público-privado o argumento para salvaguardar um espaço em que a mulher pudesse gerir sua conduta sem a interferência estatal na distribuição de papéis sociais. Reivindicações feministas típicas como o direito ao aborto, ao trabalho, à liberdade sexual, entre outros, aparecem frequentemente atreladas à noção de autonomia, entendida principalmente como não-intervenção estatal na esfera da privacidade do sujeito (CYFER, 2010, p. 136-137)

A autora nos mostra que a intersecção entre liberalismo e feminismo foi bastante profícua para o movimento. Algumas das pautas feministas encontraram no pensamento liberal a sustentação teórica que o movimento necessitava para se mobilizar diante de leis e regras sociais que impediam o direito da mulher ao seu corpo e à vida pública. A própria noção de autonomia que embasa boa parte das reivindicações feministas é resultado da confluência entre o feminismo e os ideais liberais.

Nas páginas *EDM e VF*, a posição feminista liberal é construída pelo viés do empoderamento do sujeito mulher, da sororidade e da empatia entre mulheres como base de sustentação do movimento e como modo de ruptura com a FD machista. Entendemos como FD machista, como vimos nos capítulos anteriores, a rede de sentidos que construíram/constrói o sujeito mulher de forma inferiorizada e subordinada ao homem. Os modos de identificação para o sujeito mulher na posição liberal são produzidos pela desconstrução desse imaginário do sujeito mulher da FD machista e pela sua reconstrução como sujeito de suas vontades, que pode e deve fazer escolhas com base em uma legislação igualitária.

A página *EDM* foi criada no facebook em 2015. Além dessa rede, a página conta com um perfil no instagram, outra rede social, onde publica questões relacionadas ao feminismo. Nela percebemos um movimento de filiação ao discurso liberal ao mobilizar a noção de individualidade e de escolha como produtos a serem conseguidos pelo movimento feminista para o sujeito mulher.

SD 7: Penso que o feminismo pra mim é muito mais do que eu posso tocar. É muito mais amplo, e só vai ser verdadeiro quando não excluir nada, e puder chegar onde eu não estou.

O funcionamento discursivo da SD 7 nos mostra que, na descrição da página, os sentidos de individualidade são mobilizados, retomando-se os saberes da FD liberal. A dimensão individual do sujeito é evidenciada através do caráter privado dado ao conceito de feminismo, o que pode ser constatado na materialidade textual pelo uso dos pronomes pessoais e verbos em primeira pessoa (*mim e eu, penso, estou*), que coloca o sujeito do discurso enquanto ponto de referência. Ao mesmo tempo, também na formulação da SD7, observamos a atribuição de um sentido universalista e genérico ao feminismo (“só vai ser verdadeiro quando não excluir nada”), contrapondo-se, assim, a um feminismo mais restrito, em que as individualidades seriam apagadas ou silenciadas. O respeito às individualidades seria, portanto, a premissa da posição feminista liberal, sem, contudo, refletir sobre as singularidades que envolvem certos indivíduos e que os submete a outras formas de opressão além do gênero.

A SD8 retoma e confirma alguns desses efeitos de sentidos.

SD 8: Quando eu puder aprender com todas as vivências que não fazem parte de mim, e quando eu puder presenciar o pleno empoderamento, sororidade e empatia entre mulheres. Não quero fazer parte de algo limitado, a luta é muito maior.

Na SD8, a individualidade é novamente reiterada, “quando eu puder aprender” e “quando eu puder presenciar”, impulsionando a possibilidade de compreensão das dinâmicas de gênero no social restrita ao olhar do sujeito do discurso. Junto a essa visão individualista do todo, a partir do olhar subjetivo, faz-se presente os termos *empoderamento, sororidade e empatia*, sem vestígios que nos permita compreender os gestos de interpretação utilizados na escolha desses termos pelo sujeito enunciador da página.

O uso do termo “empoderamento” é bastante repercutido e repetido nas redes sociais. Contudo, não se trata de uma palavra criada na atualidade. A expressão é uma adaptação do

termo em inglês *empowerment* cunhada pelo sociólogo estadunidense Julian Rappaport em 1977 (BERTH, 2018). Seu significado residiria no “dar poder ou capacitar” (BERTH, 2018, p. 19), ou seja, instrumentalizar os grupos oprimidos para que pudessem se tornar autônomos, como nos lembra a autora.

Há quem diga que a teoria do empoderamento, iniciada a partir dos diversos estudos acerca da palavra e seus sentidos, é uma criação de Paulo Freire, uma vez que o educador brasileiro trabalhava com a Teoria da Conscientização como prática para a libertação. Mas ao contrário de Rappaport, que citamos anteriormente, Freire acreditava que os próprios grupos deveriam empoderar-se, através do processo da consciência crítica da realidade coligada à prática transformadora (BERTH, 2018).

Outro sentido vinculado para o termo empoderamento colocado por Berth está

[...] estritamente ligado ao trabalho social de desenvolvimento estratégico e recuperação consciente das potencialidades de indivíduos vitimados pelos sistemas de opressão e visam principalmente a libertação social de todo um grupo, a partir de um processo amplo e em diversas frentes de atuação, incluindo a emancipação intelectual. (BERTH, 2018, p. 34)

Dessa forma, notamos que o uso de empoderamento pela página *Empodere Duas Mulheres* evoca os sentidos do social, semelhante ao que propõe Berth (2018) ao conduzir discussões sobre a desigualdade entre os sexos, mas não problematiza os diferentes sistemas de opressão que agem sobre o sujeito mulher de modos diversos. Notamos o processo de empoderamento se dar por uma visão mais unificada, colocando o empoderamento como ação de mulheres que visam emancipar-se, ação individual, e pela emancipação feminina, ação multiplicadora (“Empodere duas mulheres”). O termo é central para a página, pois está em sua denominação, como podemos ver abaixo.

SD 9: *Empodere Duas Mulheres*



Fonte: Imagem retirada da página do facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/empodereduasmulheres/>

O nome da página mobiliza assim um efeito enunciativo de chamamento, persuasão, ao usar o verbo reflexivo *empoderar-se* para se constituir enquanto posição possível no feminismo digital. Cada mulher empoderada pode empoderar mais duas outras, evocando um efeito pedagógico de multiplicação do empoderamento feminino. Esse efeito nos leva a pensar as páginas feministas no facebook como ambientes de formação social, que promovem empoderamento, por meio do questionamento das dinâmicas sociais e políticas, como nos mostra Giroux (2003). Esse efeito é também produzido nas outras posições que trouxemos acima, nas páginas *TF*, *NMK* e *FSD*.

Retomando a SD 8 e a lista iniciada por empoderamento, percebemos que as palavras *sororidade* e *empatia* são também concebidas como importantes para o sujeito enunciator como forma de desestabilizar a ordem patriarcal vigente. Essas duas palavras são concebidas pelo movimento feminista, de forma geral, como atitudes que devem ser desenvolvidas entre mulheres. O dicionário online Priberam (2019) traz como possibilidade significativa para sororidade⁹ a relação de união, afeição ou de amizade entre mulheres, semelhantes à que haveria entre irmãs. De origem francesa, *sororité*, a sororidade pode ser vista “como um constructo simbólico de uma solidariedade considerada “própria” a relações entre mulheres e a processos identitários feministas que parecem prosseguir *ad eternum*” (COSTA, 2009, p. 14).

O termo tem se feito presente dentro do movimento e da teoria feminista. Na França, Kristeva e Collin traçam críticas ao termo sororidade pela ilusão de harmonia e de homogeneidade entre mulheres que ele criaria. Os usos dentro do movimento opuseram duas gerações, os da segunda onda feminista, que supunha essa solidariedade, e os da terceira onda que passaria a negá-la. No Brasil, a sororidade também marca a segunda onda feminista brasileira, mas em momentos e de formas diferentes. O termo passa a expressar um sentimento “natural” de solidariedade entre mulheres diferentes entorno de causas específicas, como a reivindicação por direitos reprodutivos e a denúncia da violência doméstica. Dessa maneira, as críticas francesas propostas para o conceito de sororidade não são se fazem presente nessa segunda onda brasileira, ao contrário, ele passa ser o propulsor da movimentação política (COSTA, 2009).

Dentro do movimento feminista, a sororidade também surge como forma de ruptura com o patriarcado. Ao desestruturar a memória que coloca as mulheres como competidoras entre si, a sororidade representa, nesse viés, o que hooks (2019, p. 35) chamou de

⁹Sororidade retirado do site Priberam, disponível em: <https://dicionario.priberam.org/sororidade>.

“desaprender o auto-ódio feminino”. A autora retoma o imaginário da ligação inata entre homens e da rivalidade feminina para demonstrar como o ideal da solidariedade feminina é importante para o movimento feminista, por propiciar a conexão entre mulheres que se juntariam não para se oporem aos homens, mas para “proteger nossos interesses de mulher” (HOOKS, 2019, p. 35). Dessa forma, para uma prática feminista, conforme hooks (2019), era preciso mudar o pensamento sexista das mulheres e promover assim a sororidade entre elas. Para hooks,

A sororidade feminista está fundamentada no comprometimento compartilhado de lutar contra a injustiça patriarcal, não importa a forma que a injustiça toma. Solidariedade política entre mulheres sempre enfraquece o sexismo e prepara o caminho para derrubar o patriarcado. É importante destacar a sororidade jamais teria sido possível para além dos limites de raça e classe se mulheres individuais não estivessem dispostas a abrir mão de seu poder de dominação e exploração de grupos subordinados de mulheres. Enquanto mulheres usarem poder de classe e raça para dominar outras mulheres, a sororidade feminista não poderá existir por completo. (HOOKS, 2019, p. 36)

A autora chama atenção para questões que têm sido retomadas acerca da sororidade em páginas feministas de facebook relativas às desigualdades entre as mulheres estabelecidas pela categoria classe e raça. O conceito sororidade, para hooks (2019), requer que as mulheres reconheçam seus privilégios na luta pela emancipação de todas as mulheres e não se voltem contra o movimento quando pautas específicas forem atendidas, esquecendo outras que também se fazem importante no movimento, como classe e raça.

Na página *EDM*, na SD 8, percebemos que a sororidade é retomada pelos sentidos de união solidária entre mulheres em torno de uma causa como forma de mobilização política. O termo é colocado em conjunto com *empatia* (“sororidade e empatia entre mulheres”) demarcando lugares diferentes para as atitudes, mas que existiriam em cooperação. O termo *empatia*¹⁰ é colocado pelo dicionário como forma de identificação intelectual ou afetiva de um sujeito com uma pessoa, uma ideia ou coisa.

A palavra *empatia* deriva da palavra grega "empathia", que significa "paixão" ou "ser muito afetado" (SAMPAIO; CAMINO; ROAZZI; 2009). Ela foi amplamente estudada e debatida por diversos estudos que vão desde a teoria da estética à psicologia. Na psicologia, Rogers a conceitua como resposta refletida ao comportamento do outro e desenvolvida no meio social, através dos vínculos afetivos, nos quais os indivíduos deliberadamente sensibilizam-se com a vida de outros indivíduos (SAMPAIO; CAMINO; ROAZZI; 2009).

¹⁰ Empatia retirado do site Priberam, disponível em: <https://dicionario.priberam.org/empatia>.

Dessa forma, sororidade e empatia seriam a combinação a ser mantida pela posição feminista na qual a página se inscreve. Os sentidos para o movimento feminista são construídos pela noção de solidariedade entre mulheres e pela afetividade em relação as diversas vivências e experiências de mulheres. Entretanto, não fica claro como essa sororidade e essa empatia são entendidas pela página no que concerne as diferentes formas de opressão que atinge o sujeito mulher na atual conjuntura do sistema capitalista e patriarcal.

A última página que compõe nosso *corpus* e que mobiliza também saberes da posição feminista liberal é a *Ventre Feminista*. Sem divulgar data de criação e outros espaços de circulação de sentidos nas redes sociais, a página tem como informação sobre sua forma de filiação ao movimento feminista a sua descrição, na aba *Sobre*.



Fonte: Imagem retirada da página no facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/ventrefeminista/>

O título da página é composto por uma expressão que traz o substantivo “ventre” adjetivado como “feminista”. A palavra *Ventre*, segundo o dicionário Aurélio online, refere-se a parte do corpo em que estão alojados o estômago, o intestino, o fígado, o pâncreas, a bexiga etc.; abdômen, barriga. Pode também significar o útero: o ventre materno. Na cultura ocidental, remetemo-nos ao ventre sempre que é preciso trazer a mente, dentre outros, sentidos ligados ao corpo biológico da mulher (mãe, gravidez, parto, filho, reprodução, etc.). Poderíamos então compreender o uso desse termo e sua adjetivação enquanto feminista, como expressão usada para retratar a figura feminina, retomando a concepção biológica do sexo, uma vez que o útero é parte biológica do mamífero fêmea, mas também deslocando algo, na medida em que esse “útero” é adjetivado como feminista, colocando-o, pois, fora das determinações do corpo meramente biológico e afetado pelo lugar específico do feminismo

O sentido biológico do sexo é reforçado na imagem da SD 10 pelo uso do desenho de um útero, rosa, sadio e sorridente. A metáfora (ventre: mulher) em questão pode produzir efeitos diversos, como a percepção de que ter um útero é algo positivo, ter um útero traz sensibilidade/delicadeza, como efeito para a cor rosa claro utilizada na composição do desenho. Enfim, ter um útero é ser mulher e feliz.

O funcionamento discursivo do conjunto nome da página e elementos imagéticos nos envolve em um efeito de contradição, uma vez que ele retoma sentidos de outra FD, a patriarcal, como forma de estruturação da posição feminista. Segundo Cazarin (2007) a contradição se dará na instabilidade das fronteiras entre as posições-sujeito de uma FD. Para a analista, não acontece o antagonismo entre FD diferentes, mas o deslocamento de sentidos devido à natureza heterogênea da Formação Discursiva, “tendo, portanto, lugar para a divergência e/ou diferença” (CAZARIN, 2007, p. 119). A autora coloca a FD enquanto heterogeneidade em relação a si mesma, em que a instabilidade de suas fronteiras que se deslocam a mediada do jogo da luta ideológica (CAZARIN, 2007, p. 120).

Desse modo, apesar de o efeito discursivo do ventre/útero nos remeter a uma legitimação da identidade patriarcal da mulher, o funcionamento discursivo o coloca no movimento de filiação ideológica feminista, pois retoma o adjetivo para a parte corpórea que é representada (“*Ventre Feminista*”). Podemos dizer que há, na expressão que denomina a página, uma relação parafrástica entre ventre feminino e *Ventre Feminista*, que desliza os sentidos do retratado pelo discurso religioso e patriarcal, enquanto símbolo da vida e destino biológico da mulher, para a representação da autonomia do corpo feminino e órgão que a submete a um determinado lugar social.

Sendo assim, no gesto de interpretação de VF, a desconstrução da identidade do sujeito mulher pelo processo discursivo não se dá pela desestruturação do biológico enquanto sistematizador dos papéis de gênero, mas pelo estabelecimento da identidade feminista como efeito particular às mulheres cis gênero (BAGAGLI, 2019). Esse efeito produz o ideal de autonomia do útero, aquele que pode escolher seu destino biológico e social. Esse sentido efeito de autonomia, assim, reitera os saberes da posição feminista liberal.

A autonomia, como efeito da união útero e feminismo, reivindica para se concretizar a liberdade de escolha. A palavra escolha é evidenciada na página, tanto na foto de capa, através da reprodução das palavras que definem a página, quanto na aba “Sobre”.

SD 11: Escolha, empoderamento, apoio, informação.

O enunciado proposto em sua descrição na aba “*Sobre*” nos evoca os sentidos de uma enunciação publicitária em que as propriedades, características dos objetos a serem vendidos, são elencados por uma lista, numa visão mercadológica em que os elementos estariam dispostos em uma prateleira ao alcance da mão. Na SD 11, a formulação enumera requisitos para a consolidação da posição da mulher feminista: escolha, empoderamento,

apoio e informação. Os substantivos são elencados como produtos a disposição de um sujeito, nesse caso o sujeito mulher que busca o feminismo no espaço digital.

O termo *escolha* retoma, pela memória, os sentidos de liberdade individual da mulher, independente da estrutura social que engendra outras formas de submissão além do gênero. A opção pelo termo inscreve a página na rede de saberes da posição sujeito feminista liberal, como vimos, pois, coloca o movimento feminista como busca pela liberdade de escolha, sem, contudo, discutir como essa liberdade irá afetar as diversas mulheres e suas formas de vida. Esses sentidos seguem assim na esteira do liberalismo trabalhado acima e que Friedan delinea como

Esta « vontade de poder», « auto-afirmação» ou « autonomia», conforme é diversamente chamada, não implica em agressão ou esforço competitivo no sentido habitual da expressão; é a afirmação individual da existência e potencialidade de um serem seus direitos; é a « coragem para ser um indivíduo (FRIEDAN, 1971, p. 267).

Notamos no trecho da *Mística Feminina* de Friedan como a autonomia expressa a particularidade do indivíduo e sua constituição no feminismo liberal. A autonomia então é vista como afirmação dos direitos individuais que desestruturaria o poder do outro sobre o sujeito mulher, nesse caso o poder patriarcal, mas não retoma o sentido da coletividade, como mudanças estruturais no sistema, como foco do feminismo liberal.

A posição feminista liberal é constituída assim pelos sentidos da individualidade, da liberdade de escolha, projetando formas de identificação baseada nessas redes de sentidos, opondo-se à liberdade interrompida pela ideologia patriarcal ao sujeito mulher. Essa escolha, contudo, é seguida pelo “empoderamento”, pelo “apoio” e pela “informação”, como podemos ver na SD11. O empoderamento, como trouxemos anteriormente, compreende o exercício do poder de transformação do sujeito diante das diversas formas de opressão social que incide em determinadas camadas mais desfavorecidas socialmente. Nesse sentido, o uso de “empoderamento” junto a termos como apoio e informação retomam a necessidade da instrução e do amparo do movimento feminista a esses processos de empoderamento. O empoderamento sustentaria-se pelo processo de informação sobre as estruturas dessa opressão, pela discussão delas e pelo apoio que a mobilização política feminista ofereceria.

A posição liberal das páginas EDM e VF é elaborada no entremeio entre os sentidos de individualidade (escolha) e do empoderamento através da rede de apoio e de solidariedade que o movimento feminista propiciaria. Esses sentidos são postos de modo abrangente e sem a discussão das questões de classe e raça que são propostas nas outras posições. Esse apagamento de categorias não implica a exclusão delas no interior das discussões propostas

pela página, mas pode produzir sentidos de que elas não são entendidas separadamente ou como exteriores ao movimento, como também podem refletir a não preocupação com essas demandas específicas.

Nesse capítulo pudemos identificar algumas características que marcam o movimento de filiação ideológica pelas páginas pesquisadas. Percebemos que todas as páginas se inscrevem no lugar discursivo feminista, contudo, as posições que assumem a partir desse lugar se distinguem e divergem em vários pontos.

Nossa análise delimitou três efeitos que demarcam a ocupação do lugar feminista entre as cinco páginas que compõem nosso *corpus*: o interseccional, o marxista e o liberal. Chamamos de efeitos, uma vez que analisamos as regularidades dentre um conjunto de elementos possíveis que recortamos nas páginas, podendo ser alterados com o passar do tempo pelas páginas ou passível de leituras diferenciadas, uma vez que nosso trabalho não pretende esgotar as possibilidades.

O efeito de interseccionalidade percebido nas páginas do facebook de *TODAS Fridas e Não Me Kahlo* retoma os sentidos de classe e raça como modo de inscrição no lugar discursivo feminista. O sujeito mulher da ideologia patriarcal é desconstruído e novas possibilidades de identificação para o sujeito mulher são construídas pelas imagens de mulheres militantes feministas. O efeito marxista é perceptível na página *Feminismo sem demagogia – original* ao retomar os sentidos da sociedade de classes como base de sustentação do patriarcado e colocando-a como o que deve ser combatido pelo movimento feminista. A imagem do sujeito mulher no patriarcado é desconstruída pela representação de imagens outras que destoam e rompe com esse ideal de mulher e é reconstruída pela identificação com novas representações de mulheres que foram/são importantes historicamente.

Já no efeito liberal, as páginas *Empodere Duas Mulheres e Ventre Feminista* mobilizam os sentidos da individualidade, do empoderamento e da solidariedade entre mulheres para se constituir como posição feminista. O sujeito mulher é reconstruído pela imagem produzida pelo modo como se relaciona com outras mulheres, por meio da sororidade, e pelo apoio as pautas do movimento feminista.

Os efeitos produzidos pelas páginas na assunção de posições são possibilitados pela mobilização da memória, através do interdiscurso, na produção de sentidos do que é interseccionalidade, marxismo e liberalismo no feminismo. Efeitos que ressoam ou se rebatem nas postagens das páginas que compõem nosso segundo espaço de análise, como iremos

mostrar nos próximos capítulos, em que abordamos o discurso sobre o corpo e sua relação com os processos de (re)(des)construção das formas de identificação do sujeito mulher.

5 DESCONSTRUINDO PADRÕES NORMATIVOS PARA O CORPO: CRÍTICA AO PADRÃO DE BELEZA DOMINANTE

Nesse capítulo do trabalho, abordaremos o primeiro grupo temático e suas redes de formulações no que concerne ao efeito de crítica ao padrão de beleza dominante nas três posições que evidenciamos no capítulo anterior. Essas redes de sentidos movimentam as formas de identificação do sujeito mulher entre movimentos de desconstrução do ideal de corpo padrão por meio da politização do corpo não padrão e dos questionamentos acerca do discurso da beleza.

Os ideais de beleza para o sujeito mulher sempre existiram na sociedade e têm passado por transformações ao longo dos anos. O padrão idealizado para o sujeito mulher no início do século XX não é o mesmo propagado nesse século. Segundo Sant’anna (2018), no século XIX os produtos cosméticos ainda eram feitos de forma caseira, com produtos naturais e de receitas publicadas em revistas feministas e colunas de jornais. A ascensão do cinema produziu novas formas de beleza baseadas no culto à juventude e a construção do imaginário da mulher fatal. A indústria de cosmético era estimulada dentro da indústria cinematográfica, criando maquiagens especiais para as gravações de filmes e transportando-as para o cotidiano das mulheres fora das telas. Aliada a isso, a sociedade patriarcal estabelecia quais comportamentos divulgados pelo cinema eram considerados adequados para as mulheres tidas como honestas, decentes, belas e desejáveis. Desse modo,

a partir da década de 1950, os conselhos de beleza e inúmeras publicidades declararam sem hesitação que “toda mulher tem o direito de se tornar bela e tão sedutora quanto suas artistas prediletas”. Tratava-se não apenas de uma promessa. Era um aviso, um alerta, algo que mudaria o modo de ser feminino. Menos do que um dom, glamour e beleza, mostrava a imprensa, são os resultados de uma conquista individual e de um trabalho que não tem hora para acabar. “Hoje é feia somente quem quer” (SANT’ANNA, 2018, p. 115).

Os corpos vistos no cinema e nas revistas femininas tornam o modelo a ser seguido por todas as mulheres. A indústria se fortalece reproduzindo esses ideais e criando novas formas de condicionamento para o corpo do sujeito mulher. Na década de 1960, as balanças da marca *Filizola* inicia suas atividades em propagandas impressas e nas drogarias do país. Com esse novo instrumento, “saber o próprio peso virou algo natural, um conhecimento integrado à identidade de cada um, uma necessidade” (SANT’ANNA, 2018, p. 117).

Ainda nessa época, a indústria de alimentos diet e light iniciava sua trajetória, juntamente com a aparição dos biquínis, os regimes para emagrecimento tomaram conta das

revistas e propagandas dirigidas à mulher. Com isso aparecem os primeiros questionamentos acerca da celulite e, ao discurso sobre ser bela era acrescentado o da aceitação do próprio corpo como atitude. Sant’anna (2018), acerca dessa complexidade inserida no discurso do embelezamento, aborda a banalização do vocabulário psicanalítico por trás da concepção da vergonha do corpo como fruto de traumas e frustrações, por razões inconscientes. Iniciava-se o discurso de aceitação do próprio corpo confrontando o do ideal de beleza padronizado.

Ocorre que, em todos os casos, a densidade do gosto por si havia sido aguçada. Portanto, as diferentes mulheres daqueles anos viam com menos naturalidade do que suas mães os amores que as impedissem de assumir os próprios desejos. A indústria de cosméticos rapidamente captou a mensagem: os produtos deviam facilitar a relação da mulher com ela mesma e não apenas com o homem amado. Melhor: eles precisavam garantir satisfação pessoal (SANT’ANNA, 2018, p. 120).

Contudo, apesar da inserção do discurso de aceitação do próprio corpo, a indústria e os meios de comunicação continuaram a reproduzir corpos idealizados como objetivo a serem alcançados por mulheres. A década de 80 inicia o culto ao corpo atlético, exaltando a boa forma e exigindo das mulheres a eterna juventude. A linguagem da beleza incorpora a científica e o interesse pela medição de níveis de colesterol, vitaminas, hormônios e a inserção de termos como “radicais livres” passaram a ocupar o foco das propagandas dos produtos para o corpo belo e saudável. Aqueles que não cuidavam do corpo eram vistos como sem autoestima, os corpos gordos como obesos e doentes e os rostos com rugas rechaçados (SANT’ANNA, 2018).

Assim, a cultura capitalista baseada na produção e consumo de bens criou e legitimou, com o passar dos anos, ideais de beleza feminina que tem se reproduzido nos mais diversos meios midiáticos e de comunicação, desde o formato ideal de corpo até padrões de feminilidade a serem seguidos e defendidos por mulheres. O padrão de beleza criado e reiterado pelo capitalismo desenha a mulher ideal na atualidade como magra, alta, branca e jovem.

Nas redes sociais, como o facebook, esse padrão é apresentado de variadas formas, através de propagandas de cosméticos que se utilizam de modelos representadas como belas e que reforçam esse ideal, como também de promessas do corpo perfeito por meio de dietas da chamada vida *fitness*. Seja em formato de vídeo ou foto, ou até mesmo através dos comentários dos sujeitos leitores das páginas/postagens, pré-construídos relacionados a esse padrão cristalizado se fazem presente em novas e velhas formulações.

Nas páginas feministas de facebook, no entanto, a procura em romper esses pré-construídos é uma constante. Nelas, percebemos que os sujeitos enunciadorees procuram denunciar o ideal universalizante de beleza como uma construção social que está enraizado na memória, construindo identidades para o sujeito mulher que refletem esse padrão e servem como sustentação da ideologia patriarcal. No nosso *corpus* é possível perceber que as redes de sentidos sobre o que é o corpo feminino belo ou feio, em relação as postagens, inscreve-se em duas redes de formulações possíveis, que denominamos:

- (1) *A politização do corpo não padrão;*
- (2) *A contestação do ideal dominante de beleza.*

Essas duas redes de efeito de sentidos nos mostram que os sentidos do corpo páginas se constituem por um movimento de desconstrução de identidades legitimadas como padrão de beleza para o sujeito mulher e a de reconstrução de novas possibilidades de identificação com o belo.

5.1 A politização do corpo não padrão

A primeira rede – *A politização do corpo não padrão* – é discursivizada pelos sentidos do político e do individual como forças que convocam o corpo não padrão à aceitação e conseqüente valorização a partir da desestabilização do padrão histórico e social que estrutura os sentidos para o corpo belo. Nesses discursos, o lugar discursivo da mulher é reconstruído a partir dos sentidos outrora deslegitimados para esse sujeito, instituindo outra posição enquanto objeto do discurso sobre o corpo. A três posições-sujeitos feministas – interseccional, marxista e liberal – apresentam em suas formulações esses efeitos de sentidos.

5.1.1 A posição interseccional

Na primeira posição, a interseccional, a universalização do padrão de beleza é questionada pela crítica feita à indústria da beleza que inscreve no imaginário o ideal de corpo para ser atingido por todo sujeito que queira fazer parte do conceito de feminino e feminilidade. O corpo gordo, por exemplo, é utilizado como elemento de um discurso de resistência, dirigindo para a desconstrução da identidade padrão e reconstrução de novos espaços discursivos para o belo através do corpo. Temos como materialidades significantes dessa posição a Figura 1, composta por recortes das páginas *TODAS Fridas* e *Não Me Kahlo*.

FIGURA 1: Materialidades discursivas sobre crítica ao padrão de beleza dominante da posição interseccional



Fonte: Páginas *TODAS Fridas* e *Não Me Kahlo*, abril - 2019.

Tendo como base a Figura 1, podemos então selecionar a seguinte rede de formulações que compõem a sequência discursiva:

SD12:

F1: Padrão de beleza é gente **feliz!**

F2: Meu corpo gordo é **político**: resiste aos padrões de beleza e saúde.

F3: Foda-se a sociedade, **ame** seu corpo!

F4: Se amanhã todas as mulheres acordassem **amando** seus corpos, pense quantas indústrias iriam falir.

Nessa rede que destacamos na SD 12 temos a inversão de sentidos do discurso dominante. Enquanto o discurso patriarcal coloca a busca pelo corpo padrão como ideal de felicidade, o feminista coloca a felicidade como definidora de um padrão para o corpo. Na discursividade feminista, estar no padrão não torna o sujeito mulher mais mulher, mas o estar bem com o próprio corpo o coloca em um novo patamar.

Na F1 podemos perceber essa inversão quando o sujeito enunciador coloca que o “padrão de beleza é gente feliz”. Ao anunciar a postagem afirmando não ser o corpo um problema, a página *TF* elabora uma crítica ao modelo de magreza excessiva estampada nas revistas sobre beleza¹¹. O corpo construído pelo discurso crítico como feliz é o corpo da mulher gorda, com estrias e com cabelo cacheado, o que produz um efeito de oposição ao discurso patriarcal que eleva como padrão a mulher magra, sem estrias e com cabelo liso. Percebemos, assim, um movimento de desregulação da memória discursiva do corpo aceito pela sociedade como belo e a tentativa de regularização de uma outra memória, a do corpo destoante como promotor de felicidade.

A formulação 2 retoma, via memória, o interdiscurso médico que marca através do imaginário toda pessoa fora do padrão magro como doente. Nela, os sentidos para corpo se direcionam para o político, ao colocar o menosprezo ao corpo gordo como parte de uma construção social. Opondo-se à memória que estabelece a mulher gorda como algo ruim, como não belo e doente, a F2 mobiliza o efeito de subversão do ideal de normalidade para o corpo para construí-lo como lugar do político. Na formulação “que resiste aos padrões de beleza e saúde”, notamos o efeito de resistência que o termo *político* carrega, já que a subversão vem do fato de não aceitar o que se normaliza para o belo e saudável e o feio e doente. Os sentidos para a obesidade que demarca o corpo gordo no discurso patriarcal são retomados nesse efeito de resistência para serem desconstruídos.

Os dizeres que colocam a obesidade como doença são tão antigos quanto a humanidade. Segundo Novaes (2013) a preocupação com a dieta balanceada para evitar a obesidade remonta há pelo menos 2.500 anos, data do tratado mais antigo de medicina chinesa que preconizava a manutenção do peso ideal como caminho para a felicidade, “sendo indispensável na obtenção de um corpo forte, saudável e longo” (NOVAES, 2013, p. 170). A representação da obesidade como doença social e moral podia ser vista na Roma antiga.

¹¹ A crítica retoma a revista feminina *Cláudia* – denominada como *Craudia* na postagem. Na sátira, um modelo em forma de caveira é exposta na capa da *Craudia* produzindo uma crítica ao padrão do magro normalizado na sociedade. A revista *Cláudia* surgiu em 1960 no Brasil, foi dirigida inicialmente por Luis Carta e trazia em suas páginas conteúdo similar às revistas femininas estrangeiras. Era direcionada a mulher casada e mãe, que consumia e influenciava no consumo de produtos divulgados pelas propagandas em suas páginas, como produtos alimentícios e para o lar (DE LUCA, 2018).

Ainda conforme a autora, o gordo era representado de forma depreciativa. Era questionada sua índole, tida, por exemplo, como abobalhada, passando a constituir o imaginário da época (NOVAES, 2013, p. 171). Contudo, o termo obesidade teve seus primeiros usos no século XVII, no livro de Tobias Venner, que a denominava como doença (SANT'ANNA, 2014).

A formulação 3, “Foda-se a sociedade, ame seu corpo!”, reitera os sentidos críticos da construção social do ideal dominante de corpo, ao afirmar que amar o corpo e desvencilhar-se da opinião social seriam atitudes interligadas. A importância da aceitação do corpo enquanto valorização pessoal se faz presente por meio do efeito produzido pelo uso da palavra “ame”, como sentimento responsável por essa autoaceitação.

A materialidade linguística da F3 é a tradução da mesma formulação em inglês (*Fuck society/Love your boby*), que se destaca na postagem em que aparece superposta à imagem de um corpo de mulher gorda e negra. O sentido de felicidade é novamente retomado pelo efeito que a palavra amor traz no conjunto com imagem da mulher sorrindo.

A satisfação pessoal como resultado pela aceitação do corpo vai de encontro ao que está na memória discursiva patriarcal da relação corpo feminino e beleza. Novaes (2013, p. 71) discorre que afastar-se dos aspectos estéticos relativos ao embelezamento feminino é afastar-se da própria feminilidade em uma sociedade patriarcal e capitalista, pois o que é considerado feio é tido como desprezível e passa a ser visto como algo a ser eliminado. A autora ainda nos diz que

[...] a publicidade veicula, em relação ao sujeito que não se encaixa nos padrões difundidos, uma ideologia que o leva a um sentimento de fracasso, como se aquele que não correspondesse ao modelo de beleza demonstrasse sua incapacidade, sua impotência diante de seu próprio corpo. Ora, quem não consegue agenciar nem seu próprio corpo certamente não será agente de sua própria vida. (NOVAES, 2013, p. 92)

A imagem corporal do sujeito é então fruto da produção e reforço dado pelas instituições sociais que determinam o estético de uma época, de uma sociedade, e a relação com a alteridade contribui com a perspectiva do belo e a constante luta por mantê-lo. Dessa forma, desconstruí-lo é estabelecer uma relação no âmbito individual e social com o corpo e perpassando, primeiramente, pela elevação da autoestima e, posterior desestruturação da memória discursiva sobre a feiúra associado ao tipo de corpo.

Ainda no gesto de interpretação da F3 (Figura 1), o corpo da mulher negra é destacado sob um efeito parafrástico, nos termos que nos fala Orlandi (1987; 2015), representando todos os corpos femininos que fogem ao padrão universal de beleza da

ideologia dominante. Além da representação do corpo acima do peso, o discurso retoma como imaginário do sujeito feliz com seu corpo uma mulher negra e gorda, rompendo com a universalidade da imagem da mulher branca e magra como modelo de beleza. Contudo, a questão racial não é o foco da postagem, uma vez que não se discute como a questão racial expõe a mulher gorda e negra em uma sociedade racista.

A formulação 4, “Se amanhã todas as mulheres acordassem amando seus corpos, pense quantas indústrias iriam falir.”, retoma o interdiscurso da autoestima e necessidade de valorização, mas dessa vez imbricado a uma consequência não só individual e social, mas também econômica. Na construção “quantas indústrias iriam falir”, o sujeito enunciador evidencia a maquinaria econômica por traz da manutenção dos padrões de beleza dominante e o questiona mobilizando um discurso outro que se faz presente. Esse discurso outro é antecipado na primeira parte da F4, “se amanhã todas as mulheres acordassem amando seus corpos”, pois ao assumir que as mulheres não amam seus corpos, utilizando a partícula “se”, aponta para as indústrias enquanto responsáveis pelo efeito de não amar o próprio corpo, de desprezá-lo ou até mesmo odiá-lo.

A indústria da beleza feminina é precursora e mantenedora dos imperativos estéticos que prendem as mulheres a determinados modelos de corpos. O mito da beleza, explicado por Wolf (2018), é a base ideológica dessa empreitada estética. Segundo a autora, “a beleza é um sistema monetário” (WOLF, 2018, p. 29) que determina a política moderna e ocidental, consistindo no “último e melhor conjunto de crenças a manter intacto o domínio masculino” (WOLF, 2018, p. 29). Desse modo, o sujeito mulher é constituído na formação ideológica capitalista como um objeto a ser modelado e exposto no social, de modo hierarquizado, uma vez que essa beleza atribui valores às mulheres de acordo com um padrão físico e expressa relações de poder “segundo as quais as mulheres precisam competir de forma antinatural por recursos dos quais os homens se apropriaram” (WOLF, 2018, p. 29).

O efeito de sentido de *politização do corpo não padrão* no âmbito da posição feminista interseccional das páginas *TF* e *NMK*, portanto, é constituído a partir da crítica a um padrão de beleza normatizado como universal, tendo como ponto central a ascensão do corpo gordo, e a crítica à indústria da beleza que promove o desprezo pelo diferente e elege um modelo inalcançável de beleza.

Se pensarmos a partir da posição sujeito na qual as duas páginas sob análise se inscrevem, a posição feminista interseccional, e como vimos, ao entender que dessa posição são trazidas à tona questões de raça e classe como intersecções importantes da luta contra os diversos tipos de opressão, como a patriarcal, é notório o apagamento dessa posição no

conjunto de postagens analisadas. O interdiscurso racial aparece somente na representação imagética do corpo negro, mas não como discussão da construção sócio-histórica desse corpo em detrimento do branco ou como forma de contestação da desumanização e dos estereótipos que a ideologia racista constrói sobre o corpo da mulher negra.

Quanto a problemática classe, não notamos a sua retomada nas postagens das páginas de filiação interseccional que abordam o efeito de sentido de crítica ao padrão de beleza que aqui abordamos, à exceção da problematização da F4 quanto a indústria da beleza. Contudo, a categoria classe pode vir na página em diversas outras postagens, mas ao que concerne ao efeito de sentidos de politização do corpo não padrão, a intersecção entre mulher e classe social é também apagada.

5.1.2 A posição marxista

A segunda posição-sujeito que compõe nosso *corpus* é a feminista marxista. Como sabemos, ela engendra em sua formação a crítica ao sistema capitalista e sua estrutura de manutenção da opressão patriarcal, como forma de reprodução de trabalho não pago, o doméstico, e também a crítica à desvalorização da mão de obra feminina no mercado de trabalho. Nesse sentido, a posição feminista marxista tem em sua base a crítica ao sistema capitalista como base de sustentação do patriarcado.

Na página *Feminismo sem demagogia – original*, o efeito de sentidos acerca da *politização do corpo não padrão* é mobilizado através da inversão do discurso patriarcal sobre o corpo não padrão pelo discurso feminista. A imagem da mulher gorda é também o foco central na discussão sobre o modelo de corpo feminino, assim como na posição interseccional de que tratamos acima. Os corpos trazidos pelo discurso imagético são representados por desenhos que nos trazem sentidos sobre o corpo gordo, com estrias e seios diversos (grandes, médios e pequenos). O corpo é apresentado em sua forma desnuda, na primeira imagem escondendo os seios, na segunda sob um efeito de apagamento na parte genital feminina por meio da postura adotada, que mesmo com corpo despido, não deixa mostrar o todo.

FIGURA 2: Materialidades discursivas sobre crítica ao padrão de beleza dominante da posição marxista



Fonte: Página *Feminismo sem demagogia* - original, abril – 2019

Separamos então, em relação a essas materialidades mostradas na figura 2, a sequência discursiva abaixo:

SD 13:

- F1: Comece **uma REVOLUÇÃO!** Ame seu corpo! **Foda-se os padrões!**
 Foda-se toda **gordofobia**, seja ela escancarada ou velada!
 F2: Comece uma **revolução**, ame seu corpo!
 F3: Mulher **gostosa não é um corpo padrão.**

A discursividade da posição feminista marxista produz o efeito de politização do corpo não padrão, mobilizando, por meio de palavras como “amor”, “revolução” e “gostosa”, novas formas de percepção sobre o corpo não padrão em oposição as construídas pelo discurso patriarcal.

Nas F1 e F2 da SD 13, percebemos a presença do termo *REVOLUÇÃO*, escrito em maiúsculas para dar ênfase ao processo revolucionário de aceitar o corpo não padrão. Desse modo, a politização do corpo não padrão é entendido pela posição marxista como revolução, pois desestrutura as normas vigentes impostas pelo discurso patriarcal. A palavra revolução faz parte dos sentidos que acionam a formação ideológica marxista, por ser fulcral para a luta de classes, como subversão do sistema capitalista para um sistema em que os meios de produção estariam nas mãos da classe trabalhadora. Contudo, os sentidos de revolução, que para a ideologia na qual a página é inscrita, mobiliza-os para o coletivo, enquanto na postagem esses sentidos impulsionam um ideal individual, no qual a revolução seria amar seu próprio corpo. Esse gesto desvincula o processo de aceitação do corpo dos aspectos históricos e sociais de classe e raça e coloca a desconstrução da opressão no âmbito do sentimento. As formulações posteriores ainda remetem a esse efeito de individualização do processo de politização do corpo não padrão presentes pelos sentidos de revolução.

Outro termo que materializa a subversão da politização desse corpo é o uso da expressão “Foda-se”, enquanto interjeição designativa de indignação. Ao mobilizá-la os sentidos de resistência ao sistema patriarcal são retomados pela ruptura com a moralidade que interdita o sujeito mulher a certas palavras da língua. A ruptura ao sistema patriarcal se dá pela aceitação do corpo não padrão e pelo uso do que é interdito na língua para o sujeito mulher.

A rejeição expressa pelo “foda-se”, na F1, também está ligada à gordofobia. O termo gordofobia designa, segundo Arraes (2015), a discriminação pela desvalorização e estigmatização de pessoas gordas e seus corpos. Nesse sentido, comportamentos que reforçam estereótipos, como os revestidos de preocupação com a saúde, e os que impõem situações constrangedoras, são pontuados na atualidade como discursos gordofóbicos. A obesidade, como já falamos, é uma preocupação que remonta há séculos. Contudo, é a partir do final do século XIX, chegando aos dias atuais, que a preocupação com o peso se exacerba e ganha conotações pejorativas. Conforme nos diz Sant’Anna (2014),

[...] a precisão hoje comum com a qual os corpos são medidos, pesados, observados e submetidos a tratamentos, é uma novidade da época contemporânea. Precisão progressiva dos instrumentos e técnicas inventados desde o final do século XIX e, principalmente, no século seguinte: Adolphe Quételet – 1796-1874 – estabeleceu novos tipos de mensuração para conhecer o peso de cada um e, desse modo, melhorar a produtividade no trabalho de todos. Quételet estabeleceu a noção de “homem médio”, integrando o peso e a altura de um corpo num mesmo cálculo. O Índice de Massa Corporal tem sua origem com Quételet e, mais tarde, será por meio dele que muitos gordos tenderam a ser vistos como obesos (SANT’ANNA, 2014).

A autora nos mostra que com a modernização dos instrumentos e da medicina, a preocupação com o corpo vai se modificando e promovendo a dicotomia entre corpos saudáveis e corpos doentes, estando o corpo gordo no segundo polo. Sant'Anna ainda nos diz que a lipofobia, termo utilizado por Fisher (1993), surgiu do desprezo pela gordura animal, promovendo o perfil magro como modelo de beleza e saúde. Notamos assim que o termo gordofobia reatualiza os sentidos de lipofobia trazidos por Fisher em seu trabalho, mas o coloca como desvalorização social do gordo, através de atitudes discriminatórias. A página *FSD* traz no seu enunciado da F1 o termo gordofobia difundido na rede, mas que não aparece com frequência na dimensão *offline* e que tem nas redes sociais lugar de militância por sua desconstrução.

Dessa forma, o sujeito enunciatador da F1 se inscreve no discurso antigordofobia, sendo o ato revolucionário associado à quebra da estereotipação e desprezo do corpo gordo. No entanto, a discussão acerca da resistência do aceitar-se enquanto gordo, estabelece-se no plano individual, deslizando a palavra Revolução também para o ato pessoal e subjetivo.

A segunda formulação da sequência 13 faz um jogo entre um enunciado que está aí e outro que se estabelece pela oposição entre o discurso dominante e o feminista, a partir da negação polêmica, que acontece no confronto entre práticas discursivas, como observa Indursky (1990, p. 119). Dessa forma, como a FD que se quer negar, temos o discurso que produz a imagem da mulher “gostosa” como aquela que se estabelece no padrão, ou seja, a que tem o corpo magro, com medidas que a deixem com curvas, mas dentro do limite tido como magreza. Na FD que se quer afirmar pela negação polêmica, a imagem da mulher gostosa é produzida no interior do discurso feminista como aquele que não está no padrão, representado na imagem da F2 pelo corpo gordo. A posição feminista marxista

A posição marxista da página *Feminismo sem demagogia - original* mobiliza sentidos de revolução e da antigordofobia como processos discursivos políticos que questionam o *status quo* da beleza, mas sem aprofundar seu embate nas raízes do sistema capitalista. O sentimento de valorização individual é ainda o produto esperado, como nas páginas interseccionais, mas a reforma no âmbito social, característica maior da teoria marxista, não se faz presente nessa rede de sentidos. A posição marxista é então apagada, mesmo em outros momentos na página tenha sido colocado como cerne de suas discussões.

5.1.3 A posição liberal

Na posição liberal assumidas pelas páginas *Empodere Duas Mulheres* e *Ventre Feminista* os sentidos mobilizados para a aceitação do corpo não padrão também produzem a ideia de politização, uma vez que a teoria feminista liberal entende o pessoal como político, mas foca também na valorização do pessoal como norteador da desconstrução do corpo padrão universal e na reconstrução de novas formas de identificar o corpo não padrão. A figura 3 ilustra as materialidades encontradas no conjunto das postagens das duas páginas acerca do efeito que estamos considerando.

FIGURA 3: Materialidades discursivas sobre crítica ao padrão de beleza dominante posição liberal



Fonte: Páginas *Empodere Duas Mulheres* e *Ventre Feminista*, abril - 2019.

Nas postagens que compõem a figura 4, selecionamos as seguintes formulações para compor nossa sequência discursiva acerca da posição feminista liberal.

SD 14:

F1: Não deixem que **ditem regras** ou digam como o seu corpo **deveria ou não ser**.

F2: Moça, a **revolução** começa por você. Moça comece uma revolução, pare de **odiar** seu corpo.

F3: **Corpo perfeito** só existe em **revista**. Por isso não se aflija quando forem **hostis contigo**. **Se você olha no espelho e se sente bem, é isso que importa**. **Corpo perfeito é aquele que tem uma pessoa feliz dentro!** Eu me preocuparia muito mais, se eu fosse o tipo de pessoa capaz de entrar em perfis desconhecidos e agredi-las assim, esse corpo tem uma pessoa infeliz vivendo dentro e talvez pra esses casos, nem haja cura!

As materialidades representativas do efeito de sentido de *politização do corpo não padrão*, nas páginas inscritas na posição liberal, nos convoca a pensar o corpo gordo, na mesma esteira das outras duas posições analisadas. Na formulação 1 da SD14, temos novamente aquilo que Indursky (1990) chamou de negação polêmica, já que nos remete a um dizer outro estabelecido em práticas discursivas diferentes. Na formulação referida, o sujeito enunciador ao reivindicar ao sujeito leitor não deixar submeter a “regras”, afirma que há regras que são ditadas em algum outro momento ou espaço discursivo. A negação é usada para legitimar a ideia de que a atitude a ser seguida deve ser a resistência ao padrão. Notamos ainda, na mesma formulação, que os sentidos produzidos pelo uso do verbo “ditem” coloca as “regras” relacionadas ao corpo no âmbito do impositivo, e essas regras produzem não só como se deve ser, mas também como não se deve ser.

A formulação 2 também mobiliza os sentidos de revolução de modo diferente da posição-sujeito marxista (de luta revolucionária para transformação do sistema capitalista). Nessa formulação, os sentidos correspondem àqueles da SD13 da posição feminista marxista, pois os sentidos coletivos de revolução deslizam para o plano individual, perceptível pelo uso do vocativo “moça” e o pronome “você” utilizados na formulação. Nessa materialidade, o “ódio ao corpo” é nomeado como impedimento para o processo de revolução do amor ao próprio corpo e que deve ser rompido pelo sujeito mulher. Porém, não há direcionamento para qual ideal de corpo o discurso é voltado, colocando como representativo para todo e qualquer tipo de corpo feminino.

O sentido do corpo perfeito das revistas de moda é recuperado na formulação 3. A indústria da beleza, como já mencionamos é uma das instituições mantenedoras desse padrão normativo dominante. Ainda nessa formulação, o rompimento com esse padrão é passível de hostilidade. A formulação continua com a frase “Se você olha no espelho e se sente bem, é isso que importa”, que coloca o sentido no domínio do individual e apaga as consequências

sociais que podem ser produzidas pelo discurso patriarcal na assunção do corpo gordo como modelo de embelezamento feminino. A F3 traz a superfície textual a assunção do corpo não padrão como atitude individual e pessoal, sem evidenciar as estruturas sociais que o encerra como modelo a ser desprezado e sem reconhecer que essa transformação não efetiva a mudança no plano da alteridade, ou seja, no olhar do outro que continua a reproduzir o corpo não padrão como inferior e feio.

A posição feminista liberal traz em sua materialidade formulações que correspondem a sua filiação político-ideológica, uma vez que trata das liberdades individuais e da diversidade de corpos, sem contudo fazer análise das restrições socioeconômicas às quais uma parcela da população feminina, racializada e de classes menos favorecidas economicamente, sofre e que impossibilita a desestabilização do padrão normativo dominante e a elevação de corpos não padrão como referencial de beleza. A posição liberal assumida pelas páginas *EDM* e *VF* segue a reivindicação da liberdade de ter o corpo desejado, colocando no plano do individual as críticas aos corpos, e sem discutir a hierarquização social que determinados corpos não padrão assumem em relação a outros, como a diferença na estigmatização do corpo gordo branco do corpo gordo negro.

Os sentidos do político e da valorização do corpo não padrão trabalham a desconstrução do padrão de beleza dominante nas postagens das páginas nas três posições: interseccional, marxista e liberal. Percebemos que as três posições assumidas pelo conjunto das cinco páginas aqui analisadas produzem efeitos acerca dessa desconstrução de modo aproximado. A assunção de posições-sujeitos diferentes não traz mudanças significativas nas redes de sentidos quanto ao efeito de *politização do corpo não padrão*, pois em todas elas se sobrepõe a valorização sobre o corpo não padrão e a negação das regras sociais que desprestigiam os corpos fora do padrão social.

Os efeitos que desestruturam o ideal normativo da beleza também buscam legitimar novas formas de representar o belo, como veremos a seguir. Nele abordaremos como as posições interseccional, marxista e liberal das páginas trabalham na direção da reconstrução das formas de identificação para o corpo.

5.2 A contestação do ideal dominante de beleza

A segunda rede de sentidos produzidas pelas páginas pesquisadas é o efeito de *contestação do ideal dominante de beleza*. A memória estabilizada sobre o corpo natural feminino é desestruturada a partir de novas formas de conceber a beleza.

O ideal de embelezamento do corpo feminino, calcado na ideologia capitalista (WOLF, 2018), se caracteriza pela depreciação dos processos fisiológicos naturais femininos, como envelhecimento, ciclo menstrual e maternidade. Ao assumir o corpo natural como modelo de beleza, as páginas feministas constroem novas possibilidades de identificação do belo para o lugar discursivo da mulher. Nas postagens referentes às três posições identificadas em nossa análise (interseccional, marxista e liberal), esse é um dos efeitos que caracterizam suas posições feministas.

5.2.1 A posição interseccional

Na posição interseccional (*TF, NMK*), o embelezamento dos atributos naturais do corpo feminino se constitui através do efeito de naturalização de determinadas características, como os pelos naturais e a menstruação, desmistificando-as enquanto desasseio e elevando-as a beleza natural intrínseca ao sujeito mulher.

FIGURA 4: Materialidade discursiva sobre crítica ao padrão de beleza dominante posição interseccional



Fonte: Páginas *TODAS Fridas* e *Não Me Kahlo*, abril - 2019.

As postagens que compõem a Figura 4 formam a seguinte rede de formulações para a posição interseccional:

SD 15:

F1: O que é **lindo** no corpo da mulher:

F2: O nojo do corpo feminino: em uma sociedade patriarcal, a menstruação é considerada vergonhosa.

A assunção da beleza na formulação 1 da SD 15 se dá através do movimento de interpretação que acontece entre os dizeres da legenda da postagem em confluência com a foto. Pelo gestos de interpretação dessa formulação são mobilizados os sentidos de belo para o corpo gordo, assim como nas análises anteriores, mas também no assumir os pelos naturais do corpo.

A estética corporal estabelecida para mulheres no discurso dominante desvaloriza o corpo peludo, deslocando a mulher da categoria feminina para masculina. Passa-se então a julgar sua aparência, seja destituindo-a de sua feminilidade, seja punindo-a (WOLF, 2018). O lugar de mulher é então negado a esse sujeito, uma vez que a memória sobre o feminino na ideologia patriarcal não legitima essas características físicas para o sujeito mulher. O discurso sobre o corpo feminino é então tomado pela memória de um discurso outro que afirma que pelos naturais são formas de se inscrever na masculinidade.

A segunda formulação traz a menstruação como tabu que desperta nojo e vergonha. A construção dispõe o nojo como informação velha na disposição textual, uma vez que menstruação aparece apenas no interior da reportagem compartilhada. Essa construção discursiva serve para evidenciar que o efeito de sentidos de sujidade, calcado na memória da ideologia patriarcal para elementos naturais femininos, não causam a repulsa pelo elemento em si, mas como efeito sobre todo o corpo do sujeito mulher. Esse deslocamento se dá já que a compreensão desse corpo, como vimos em todo o percurso do capítulo 1, é colocado como impuro, desprovido de limpeza, pela memória religiosa cristã, uma vez que concebe essas características como símbolo do pecado de Eva.

A reconstrução do ideal de belo na posição interseccional se constitui sob o efeito de naturalização do corpo como um novo padrão. Wolf (2018) nos diz que o verdadeiro problema relacionado à estética imposta às mulheres não está em usar ou não maquiagem, no caso das SD acima, depilar-se ou não, mas sim em não ter a opção de não o fazer sem ser destituída de sua feminilidade, do seu lugar de mulher. Os sentidos dessa censura corporal são colocados em disputa pela perspectiva de identificação do sujeito mulher de conceber seu corpo natural como possibilidade.

O apagamento dos corpos racializados e da estrutura de classe na construção de determinados caracteres acontece também nas postagens que produzem a contestação do ideal dominante de beleza pela assunção do corpo natural. A ideologia patriarcal enquanto

mantenedora do nojo ao corpo é realçada, mas a composição comercial que também o mantém não é mostrada.

5.2.2 A posição marxista

Nas postagens da posição marxista, a contestação do ideal dominante de beleza se dá pelo efeito de resistência produzido pela assunção do corpo materno e do corpo gordo, que se pode constatar na Figura 5, no texto da primeira postagem e na foto da segunda.

FIGURA 5: Materialidades discursivas sobre crítica ao padrão de beleza dominante da posição marxista



Fonte: Página *Feminismo sem demagogia*, abril - 2019.

Destacamos como materialidade significativa da posição marxista na Figura 5 as seguintes formulações:

SD 16:

F1: Então, não vamos acreditar em **mentiras**: antes e depois do parto **as mulheres são lindas**: gordas, magras, brancas, negras, seios grandes, seios pequenos e por aí vai.

F2: Mulher **gostosa não é um corpo padrão**.

Na formulação 1 da SD16, a negação polêmica se faz presente como forma de antagonizar outro discurso pela sua negação (INDURSKY, 1990). Temos então um discurso tido como mentiroso e um verdadeiro. Para o sujeito do discurso, a mentira está em não aceitar os diferentes tipos de constituição corporal como sendo expressão de beleza. Desse modo, o efeito de veracidade proposto vem na afirmativa posterior “antes e depois do parto as mulheres são lindas”. A contestação se dá então através da polêmica discursiva, como já vimos anteriormente, mas aqui pela presença dos dois enunciados antagônicos na mesma formulação. O movimento de reconstrução da identificação com o belo padronizado se dá através da listagem feita acerca do corpo feminino natural: gordas, magras, brancas, negras, seios grandes, seios pequenos, seios flácidos e por aí vai. Dessa forma, o efeito de belo engloba o corpo de todo e qualquer sujeito mulher, independente da sua forma.

A desmitificação do corpo materno posterior à gravidez, como combate a ideologia da indústria da beleza, é trazida como representação do corpo fora do padrão também na F1 que ao assumi-lo enquanto belo rompe com os dizeres dessa maquinaria midiática da beleza. A ideologia capitalista por traz desse ideal de embelezamento é retomada pela crítica ao sistema que impõe esse padrão normatizador para manter a produção e o lucro das empresas de beleza.

A formulação 2 produz, no movimento de interpretação entre discurso verbal e imagético, um efeito de reconstrução do corpo feminino não padrão como “gostosa”. O termo “gostosa” é deslocado de sua função referencial para contemplar um sentido sedimentado no social, que coloca a mulher que tem o corpo padrão no âmbito da sensualidade. O efeito de sentido para sensualidade é deslocado e mobilizado para designar o corpo não padrão, produzindo uma fenda nos sentidos solidificados na ideologia machista. A formulação é construída inscrevendo esse “corpo não padrão” como o novo padrão para a identificação enquanto sujeito que expressa o sensual.

Desse modo, o efeito de reconstrução pela projeção de novas formas de identificação para o sujeito mulher, na posição marxista, se dá através de movimentos discursivos de legitimação da beleza do corpo desvalorizado, rompendo com o imperativo estético calcado no mito da beleza, e ressignificando sentidos vários e desqualificados do corpo feminino (“gordo”, “magro”, “brancas”, “negras”, “seios grandes”, “seios pequenos”) como belos.

A materialidade trazida pela figura 5 recupera determinados elementos que compõem a rede de saberes da posição marxista, como a ideologia capitalista, como propagadora do padrão normativo de corpo, e a representação do corpo da mulher negra e da mulher mãe como belos. Ao trazer questões de classe e raça, a posição enfoca os sentidos da rede de memória do feminismo marxista, mesmo não as colocando como foco da discussão da postagem.

5.2.3 A posição liberal

Nas postagens da posição liberal, os sentidos imbricados na memória da FD machista de embelezamento feminino são desestabilizados para contestar o ideal dominante de beleza pela assunção do corpo natural. O efeito de individualidade da liberdade do corpo, que marca a posição liberal assumida pelas páginas *Empodere Duas Mulheres* e *Ventre Feminista*, é retomado. Características repelidas pela ideologia dominante, como os pelos corporais e a evidenciação da velhice, são tomadas como opção individual do sujeito mulher. O desprestígio social dessas características é retomado e posto em disputa pela autonomia feminina de querer ou não assumir o corpo natural.

A figura 6 expressa os gestos de interpretação mobilizados nas páginas de posição liberal *Empodere Duas Mulheres* e *Ventre Feminista* para o efeito de contestação do ideal dominante de beleza.

FIGURA 6: Materialidade discursiva sobre crítica ao padrão de beleza dominante da posição liberal

Ventre Feminista compartilhou uma foto.
26 de março

Quem sabe se com uma ginecologista falando as pessoas parem de dizer "é questão de higiene" 😊
Porque só os pelos das mulheres são "sujos"? Se for "questão de higiene" todos os homens são imundos? Só aquele 0,01% dos homens que se depilam são limpinhos?
E prevenindo os possíveis comentários dizendo "se eu quiser depilar eu depilo. Ninguém vai me impedir". Não mesmo. Ninguém nem quer te impedir. Se a gente conseguir fazer você parar de repetir a bobagem "questão de higiene" tá ótimo.

"Eu não estou depilada, tá?"

Ventre Feminista
21 de agosto de 2016

"Se pros caras, cabelo grisalho é sinônimo de maturidade e a cobrança social vem ligada a poder e dinheiro, pras mulheres, o buraco é mais embaixo.
Além de conquistas profissionais, existe um peso enorme sobre relações afetivas e maternidade, e uma cobrança gigantesca conectada ao corpo e à aparência física. Cabelo grisalho é desleixo. Pele flácida é horrível e tem que ser escondida.
Não é só cobrança interna. Vivemos numa sociedade que não deixa as mulheres envelhecerem em paz."

Empodere Duas Mulheres
28 de abril de 2015

'My Body, My Hair' (Meu Corpo, Meu Pelo) é um documentário filmado em Londres, que explora o mundo de mulheres e seus pelos corporais. O tema é reflexivo através dos olhos de seis mulheres que escolhem manter seus pelos corporais. O filme foi feito durante o Mestrado de Antropologia Visual na Goldsmiths College, University of London.

Empodere Duas Mulheres
14 de fevereiro de 2018

O CORPO DA MULHER NÃO É PÚBLICO, e se você só tem coisas negativas a dizer, não se manifeste. Acordei em 2018 onde as pessoas estão tão acostumadas com "perfeição" de vida virtual que esqueceram como são seios naturais. Seios naturais não apontam pro céu ou são milimetricamente redondos. Eu nem acreditei quando vi isso, mas tá aí o assunto pra quem perdeu total a noção de como é um seio natural e de que não se deve dar opinião se o outro não perguntou.

Após polémica, onda de mulheres na internet apoia Bruna Marquezzine em defesa de seios naturais

Antes há vários comentários por causa de fantasia de Carnaval

Elizete Romilda Espinosa
Nossa que feio, para que amamentou 500 filhos...
8 h Curtir Mais

Nara Figueira
Meu Deus está muito feia não deve ser ela não cruze
7 h Curtir Mais

Nara Figueira
Deve ser montagem
7 h Curtir Mais

Isabella Lyman
Ptl! Eu com o dobro da idade dela mãe de um filho, estou com meus peitos melhor q esse
7 h Curtir Mais

Alline Freitas
Também concordo! Poooo vai suspender esse peito no mínimo ou silicone! Tá horrível!
7 h Curtir Mais

Fonte: Páginas *Empodere Duas Mulheres* e *Ventre Feminista*, abril – 2019

Separamos da materialidade da Figura 6 as seguintes formulações:

SD 17:

F1: Acordei em 2018 onde as pessoas estão tão acostumadas com “**perfeição**” de vida virtual que esqueceram como são seios naturais. **Seios naturais não apontam pro céu ou são milimetricamente redondos.**

F2: Se pros caras, cabelo grisalho é sinônimo de maturidade e a cobrança social vem ligada a poder e dinheiro, **pras mulheres, o buraco é mais embaixo.** Além de conquistas profissionais, existe um **peso enorme** sobre as relações afetivas e maternidade, e uma **cobrança gigantesca** conectada ao copo e à aparência física. **Cabelo grisalho é desleixo. Pele flácida é horrível e tem que ser escondida.** Não é só cobrança interna. **Vivemos numa sociedade que não deixa as mulheres envelhecerem em paz.**

F3: **Porque só os pelos das mulheres são sujos?** Se for “questão de higiene” todos os homens são imundos? Só aquele 0,01% que se depilam são limpinhos?

Os sentidos são mobilizados nessa SD para três efeitos de padronização estética feminina: a idealização da forma do corpo, a “negação” do envelhecimento do sujeito mulher e a avaliação desigual de caracteres naturais nos corpos masculinos e femininos.

O primeiro é constituído pela reprovação do corpo natural em detrimento do corpo artificial. Os sentidos retomados pela primeira formulação da SD 17 estão inseridos no padrão estabelecido para partes do corpo do sujeito mulher. O sujeito do discurso traz a rejeição ao padrão idealizado do corpo mobilizando para o intradiscurso elementos do interdiscurso da medicina estética, por meio da alusão à cirurgia plástica ao mencionar seios que “apontam para o céu” e “milimetricamente redondos”, como efeito de artificialidade das intervenções cirúrgicas estéticas. Esse efeito é produzido ao tensionar a impossibilidade de seios naturais terem determinados formatos e promover o efeito de naturalidade dos seios sem intervenções como expressão de beleza.

A formulação 2 mobiliza os sentidos relativos ao segundo aspecto que falamos acima, a negação do envelhecimento do sujeito mulher. Ao evidenciar esse efeito de negação, enquanto produto da ideologia dominante, a velhice é reconstruída como possibilidade de identificação do sujeito mulher. Nessa formulação os sentidos se encaminham para a ruptura com a estigmatização implementada pela cristalização do mito da beleza que anula essa característica natural feminina.

A velhice revela a essência da injustiça do mito. O mundo é dirigido por homens de idade; mas as mulheres velhas são eliminadas da cultura. Uma pessoa banida ou condenada ao ostracismo se torna uma negação de si mesma. O ostracismo e o banimento são eficazes e não deixam provas da coação: nenhuma grade, nenhuma lei, nenhuma arma. [...] As mulheres fazem lifting numa sociedade na qual as que não os fazem parecem simplesmente sumir (WOLF, 2018, p. 374).

A F2 evidencia o que Wolf (2018) refere-se na passagem supracitada acerca da invisibilidade da mulher associada à velhice, que ocorreria diferente para homens. A velhice feminina é significada na FI patriarcal como “desleixo”, “horrrível” e que deve ser “escondida”, colocando o corpo feminino novamente sob efeito do abominável, do desagradável. A crítica contesta esses sentidos mostrando que eles se impõem como “peso enorme” e como “cobrança absurda” para o sujeito mulher, desconstruindo os sentidos negativos para o envelhecimento do sujeito mulher.

A desigualdade de avaliação dos caracteres naturais dos corpos femininos e masculinos, tensionados na F2, é também colocada na F3, pela problematização do efeito de sujidade vinculado ao corpo do sujeito mulher, mas não no do homem (“Por que só os pelos das mulheres são sujidos?”). Na interrogação acerca da falta de higiene dos pelos femininos, se estabelece a ironia do ideal de masculinidade não condenar como anti-higiênico os pelos masculinos, revelando assim o caráter ideológico machista da avaliação do corpo da mulher. Toda a formulação 3 é organizada por perguntas retóricas utilizadas como provocação para a projeção de novas formas de se pensar o sujeito mulher. Ao perguntar “Se for “questão de higiene” todos os homens são imundos?”, o sujeito já assume saber a resposta ao sinalizar “questão de higiene” entre aspas. Desse modo, o sujeito enunciador da postagem interpela seus leitores a pensar nessa oposição construída no social e colocada como natural.

Na posição feminista liberal das páginas *Empodere Duas Mulheres* e *Ventre Feminista*, os movimentos de reconstrução de novas formas de identificação para o sujeito mulher são estabelecidos por meio da desconstrução daquelas formuladas pela ideologia dominante ao colocarem em disputa os sentidos produzidos para características de homens e de mulheres, como a velhice e certas característica biológicas, como a existência de pelos. O saber discursivo da filiação ideológica liberal é evidenciado na problematização dos padrões beleza sustentados na desigualdade dos sexos e ao evidenciar sua ruptura na equiparação social entre os gêneros. Questões raciais e classistas, no entanto, não são abordados na materialidade das postagens que compõem a SD 17, uma vez que a posição assumida pelas páginas não tem como foco essa problematização.

A análise das postagens empreendida acerca da segunda rede de formulações – a contestação do ideal dominante de beleza – nos mostrou que o efeito de crítica ao padrão de beleza dominante mobiliza sentidos diversos para o sujeito mulher. Os efeitos produzidos pelo funcionamento do discurso feminista instauram processos de desestruturação dos discursos da FI patriarcal sobre o sujeito mulher e a de reestruturação de novas formas de identificação para esse sujeito no interior da FD feminista. Para as páginas da posição

interseccional, *TF* e *NMK*, a contestação do ideal dominante de beleza acontece pela desmistificação de componentes naturais do corpo do sujeito mulher apontando o caráter simbólico e cultural da repulsa dessas características. Nesse sentido, o discurso patriarcal encerra esse corpo sob o efeito de sujidade, de abominação e mobiliza aquilo que pode ou não o corpo do sujeito mulher.

Na posição marxista, a página *FSD* mobiliza a representação do corpo materno e gordo como representação dessa contestação do ideal de beleza dominante. O capitalismo é culpabilizado, assim como o machismo, pela construção desse ideal e sua ruptura acontecerá pela assunção do corpo natural como modo de reconstruir o ideal de belo para o sujeito mulher. O corpo negro é retomado nessa assunção de características que são desprezadas, mas que se constitui como expressão dessa beleza revolucionária. Na posição liberal, as páginas *EDM* e *VF* acionam o efeito de oposição entre características femininas e masculinas ao mobilizar o efeito de contestação do ideal dominante de beleza. Nelas, a idealização do corpo do sujeito mulher é rompida pela assunção dos caracteres desprezados para o sujeito mulher e elevados para o sujeito homem, como a velhice. A posição evidencia a construção social diferenciada para os corpos dos sujeitos e a valoração estabelecida para determinadas características em um e não no outro.

Como podemos ver, as três posições se constituem pelo processo discursivo organizado na desconstrução de identidades estabilizadas e na mobilização de novas formas sustentadas pelo confronto entre aquilo que é normatizado e o que é resistência. No próximo capítulo, abordaremos outras duas redes de formulações resgatadas de postagens e relacionadas ao efeito de defesa da legalização do aborto, as quais trabalham sentidos sobre sexualidade e direitos reprodutivos do sujeito mulher dentro do feminismo.

6 RECONSTRUINDO A SEXUALIDADE E OS DIREITOS REPRODUTIVOS: A LEGALIZAÇÃO DO ABORTO

A discussão sobre os direitos sexuais e reprodutivos fazem parte do movimento feminista desde seu início. Na década de 1970, com o aperfeiçoamento da medicina e a inserção de novas tecnologias científicas, o debate sobre a autonomia do corpo do sujeito mulher e a desvinculação entre os ideais de sexualidade e reprodução propiciaram a mobilização feminista em torno das questões reprodutivas, mais precisamente na luta pela descriminalização do aborto.

O debate sobre a legalização do aborto é fruto da luta pela visibilidade política do corpo. Segundo Scavone (2010, p. 48), propor a politização desse corpo é elevar na esfera pública o que até então era tido como restrito ao campo privado, para assim ampliar a visão dos limites desse lugar público e das suas instituições, considerando que as relações de poder entre os gêneros perpassam as duas esferas, que juntas compõem as relações sociais. O feminismo formula, então, teórica e politicamente, uma crítica aos diversos mecanismos de controle sobre o corpo e a sexualidade feminina na busca pela subversão dos papéis de gênero que se estabelecem nas relações sociais.

Dessa forma, a política feminista do corpo sinaliza a luta pela legalização do aborto como prática de oposição a maternidade compulsória formulada dentro da ideologia patriarcal. O aborto se coloca como um problema proveniente das relações de poder entre homens e mulheres, uma vez que são corpos femininos que passam pela vulnerabilidade da gravidez indesejada (SCAVONE, 2010). A sua legalização é posta em pauta como movimento político de autonomia do corpo feminino e de sua sexualidade, já que as práticas e valores relacionados a reprodução e a sexualidade são definidas em contextos históricos, sociais, econômicos e morais específicos e não são de ordem natural.

No feminismo digital a legalização do aborto tem ocupado grande espaço. No conjunto das cinco páginas objeto de nossa pesquisa, encontramos duzentas e trinta postagens que falam sobre a temática, seja pelo compartilhamento de reportagens relacionadas a (des)criminalização em países pelo mundo, até textos que discutem a sua relação com a autonomia do corpo feminino e o papel do feminismo nessa reivindicação. Nelas podemos encontrar diversos efeitos de sentidos sobre o corpo, o aborto e o sujeito mulher. Nessas postagens identificamos duas redes de formulações:

(1) *A proteção à vida do sujeito mulher;*

(2) *A autonomia sobre a capacidade reprodutiva.*

Os efeitos de sentidos produzidos pelas duas redes mobilizam processos de reconstrução das identidades para o sujeito mulher no âmbito da sexualidade e da reprodução. Nelas os sentidos (outros) sobre reprodução perpassam o ideal de preservação da vida do sujeito e da autonomia do seu corpo, elegendo a mulher como única a decidir sobre levar ou não uma gravidez indesejada adiante.

6.1 A proteção à vida do sujeito mulher

A primeira rede – a proteção à vida do sujeito mulher – mobiliza sentidos do âmbito da saúde pública, dos direitos humanos para defender a descriminalização da interrupção voluntária da gravidez indesejada. Nessa rede de formulações, o sujeito do discurso feminista das páginas ressalta a importância da legalização diante da quantidade de mortes que acontece nos abortos clandestinos.

6.1.1 A posição interseccional

A posição interseccional, composta pelas páginas *TF* e *NMK*, traz nesse funcionamento discursivo sentidos relativos à preservação da vida, por meio da vinculação da criminalização do abortamento com mortes ocasionadas pelo aborto ilegal e clandestino, problematizando questões de classe envolvidas diretamente nas taxas de sobrevivência de sujeitos mulheres que abortam. O imaginário do aborto como morte do feto e sua criminalização como impedimento para a prática também é retomado, como podemos ver nas materialidades significantes da Figura 7.

FIGURA 7: Materialidades discursivas sobre a defesa da legalização do aborto –

Posição interseccional

TODAS Fridas
8 de setembro de 2016
Aborto legal e seguro é questão de saúde pública!

Quem são as mulheres que abortam?

Diferente do que costuma ser propagandeado por aí, o aborto é comum entre mulheres de todas as classes sociais, na mais ampla faixa-etária, crescendo a incidência conforme aumenta a idade, com o fato de ser da zona urbana, ter mais de um filho e não ser branca.

66%	Católicas
25%	Protestantes ou Evangélicas
64%	Casadas
81%	Já tem filhos

Educação sexual para prevenir, contraceptivo para não engravidar e ABORTO LEGAL E SEGURO para não morrer

Não Me Kahlo
30 de outubro de 2015
Ser a favor da criminalização do aborto não é ser a favor da vida.

"A favor da vida?" por Não Me Kahlo

Eu sou contra a descriminalização do aborto, sou a favor da vida.
Mas fazer do aborto um crime não salva vidas.
Apenas condena mulheres à morte ou à cadeia.

TODAS Fridas
26 de fevereiro de 2016
Vamos falar sobre isso?

"Mulher pobre tem risco multiplicado por mil no aborto inseguro."
JEFFERSON PEREIRA
Ginecologista e obstetra representante do Grupo de Estudos do Aborto (GEA)

Não Me Kahlo
2 de outubro de 2019
Nos queremos vivas e livres. Queremos educação sexual para decidir, anticoncepcional para não abortar e aborto legal para não morrer. Lutamos para que a maternidade seja desejada e socialmente amparada

Comic Strip:

- MARTA JÁ ERA MÃE DE 3 FILHOS
- CAROL NAMORAVA HÁ 6 MESES QUANDO A PÍLULA FALHOU
- CRISTINA TINHA APENAS 15 ANOS
- SÔNIA QUERIA TERMINAR A FACULDADE
- O NAMORADO DA MARIANA SE RECUSOU A USAR CAMISINHA
- CLAUDIA NÃO SE SENTIA APTA PARA SER MÃE
- SÍLVIA TEVE ZIKA NO 1º TRIMESTRE DA GESTAÇÃO
- ROSE FOI ABANDONADA PELO SEU COMPANHEIRO QUANDO ELE SOUBE DA GRAVIDEZ
- MORTAS? PRESAS? OU LIVRES PARA ESCOLHER?

Fonte: Páginas *TODAS Fridas* e *Não Me Kahlo*, abril – 2019.

Recortamos da Figura 7 as formulações que compõem a nossa SD 18.

SD 18:

F1: As ricas abortam, **as pobres morrem**. Acabar com a pandemia silenciosa de **abortos clandestinos** é uma questão urgente de direitos humanos e **de saúde pública**.

F2: Educação sexual para prevenir, contraceptivo para não engravidar e **ABORTO LEGAL E SEGURO** para não **morrer**.

F3: Nos queremos **vivas e livres**. Queremos educação sexual para **decidir**, anticoncepcional para não abortar e **aborto legal** para não **morrer**. Lutamos para que a maternidade seja desejada e socialmente amparada

F4: – Eu sou contra a **descriminalização** do aborto, sou a favor da **vida**.

– Mas fazer do **aborto um crime** não salva vidas. Apenas **condena mulheres à morte ou à cadeia**.

Notamos nos destaques da SD18 que a discussão sobre a defesa da legalização do aborto é discursivizada pelo *efeito de polaridade* estabelecido por sentidos que se colocam como polos opostos entre os que são a favor do aborto e aqueles que são contrários. Esses sentidos polêmicos invadem hoje as redes sociais, mas têm sua força motriz no campo jurídico e político brasileiros por meio de projetos de leis e plataformas de governos, como trouxemos no início desse capítulo.

Na F1, a página retoma o discurso de outra página (*Empodere Duas Mulheres*) para assumir um lugar na posição feminista a favor do aborto. Nessa assunção, os sentidos de divisão de classes na prática do aborto são acionados para evidenciar as desigualdades estabelecidas na criminalização do aborto. O sujeito enunciador mobiliza os sentidos de proteção à vida do sujeito mulher como resultado da legalização do aborto, uma vez que, para as mulheres de classes sociais mais altas essa sobrevivência é garantida pelo recurso financeiro que possibilita a execução do ato de forma segura em clínicas particulares (“as ricas abortam, as pobres morrem”).

Ainda nessa formulação, os abortos clandestinos são classificados como “pandemia silenciosa”. Esse *efeito hiperbólico*¹², causado pelo termo pandemia, aciona os sentidos do aborto clandestino como “doença” que se espalha por todo lugar, presente em todas as regiões e lugares do mundo. O adjetivo “silencioso” demonstra que o termo pandemia¹³ não está no seu sentido dicionarizado, uma vez que o significado aventado pelo dicionário é de doença infectocontagiosa que se espalha rapidamente, mas no sentido metaforizado, deslizando para a ideia de amplitude como possibilidade de sentido em um processo polissêmico (ORLANDI, 1987; 2015). Seria silencioso pela falta de dados reais sobre o aborto clandestino e/ou pela obscuridade que lhe imputam, já que existe em todo lugar, mas que não são enxergados pelas instituições contrárias à legalização.

Dessa forma, os sentidos instituídos pela FI patriarcal que coloca a criminalização do aborto como forma de interromper a prática são desfeitos pela F1 ao mostrar o *efeito de contradição* entre o discurso feminista e o discurso outro (patriarcal). O discurso feminista assume, dessa maneira, os sentidos produzidos por instituições que advogam pela legalidade do abortamento, como o Ministério da Saúde no Brasil, que até o ano de 2018 defendia a legalização do aborto e a assistência humanizada para mulheres que sofreram aborto,

¹² Nomeamos esse efeito em referência a figura de linguagem hipérbole como expressão intencional de exagero, como nos fala Cipro Neto e Infante (2003), em que o sujeito do discurso utiliza para produzir outros sentidos, além do usual, do termo pandemia mas aplicando sentidos de exacerbação para mobilizar o sujeito leitor.

¹³Pandemia: s. f.: ¹Epidemia que se dissemina por toda uma região. ²Doença infecciosa e contagiosa que se espalha muito rapidamente e acaba por atingir uma região inteira, um país, continente etc. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/pandemia/> Acesso em: maio/2019.

espontâneo ou não. De acordo com esse Ministério (2009), a ilegalidade não traz redução da taxa de abortos e sua prática de modo clandestino traz consequências negativas para as mulheres, aumentando a desigualdade social, uma vez que, “o risco imposto pela ilegalidade do aborto é majoritariamente vivido pelas mulheres pobres e pelas que não têm acesso aos recursos médicos para o aborto seguro”(BRASIL. Ministério da Saúde, 2009, p.13).

Na F1, o sujeito do discurso traz a superfície da formulação, através da memória, dizeres contrários ao aborto legal – que a legalidade aumentaria o número de casos – antecipando sentidos como estratégia de argumentação (ORLANDI, 1988), para fazer significar sua posição, e assim desestabilizar os sentidos outros que se fazem presentes. No discurso feminista, desde a década de 1990, já se colocava o aborto clandestino como problema grave de saúde, razão pela qual passou a ser designado como aborto inseguro (SCAVONE, 2008). O deslizamento de sentido entre clandestino e inseguro o coloca no plano dos direitos sociais, recorrendo ao campo da saúde pública e dos direitos humanos como estratégia discursiva e de mobilização política.

Os sentidos de saúde pública, utilizados na argumentação a favor do aborto legal, são retomados em diversas postagens de nosso corpus, não só nas páginas que compõem a posição interseccional, mas nas demais que analisamos. Esses sentidos são utilizados como elementos de uma estratégia discursiva da argumentação que alça a questão do aborto inseguro como problema social, devendo ser resolvido através da coletividade, já que o direito à saúde é dever do Estado (SILVA, CARNEIRO, MASQUES, 2017).

Os sentidos dos direitos humanos também são retomados pelo movimento feminista brasileiro, assim como os sentidos de saúde pública, para conferir, de acordo com Scavone (2008), um lugar de afirmação dos direitos individuais pela apropriação do próprio corpo do e pelo sujeito mulher como direitos universais para o ser humano. Logo, evocar os sentidos de direitos humanos e de saúde pública é mobilizá-los como táticas discursivas e políticas para sensibilizar os diversos setores sociais na luta pela descriminalização do aborto.

A formulação 2 é construída através de uma listagem de ações a serem desenvolvidas para contemplação dos direitos reprodutivos femininos. Ao começar pela necessidade da “educação sexual para prevenir” e “contraceptivo para não engravidar”, o sujeito do discurso elabora outros elementos como importantes na luta pela legalização do aborto. O *efeito de interdependência* é usado para mostrar que as duas atitudes, assim como “o aborto legal e seguro” são importantes para manutenção da saúde e da vida do sujeito mulher.

Nela há também a retomada dos sentidos de insegurança do aborto clandestino por meio do *efeito de oposição* ao fazer uso dos termos “aborto legal e seguro”. Logo, o sujeito do

discurso divide o aborto em duas posições opostas – aborto seguro x aborto inseguro, aborto legal x aborto ilegal – para marcar seu posicionamento. Sua justificativa para defender o aborto legal e seguro não utiliza termos como vida, proteção ou outro que destaque sentidos positivos, recorrendo aos sentidos de morte (“não morrer”) como estratégia para sensibilização daqueles que se posicionam contrários à legalização.

Toda a postagem reflete sobre a legalização do aborto, pois traz os sentidos de saúde pública, quais e quantas mulheres abortam produzindo o *efeito de verdade* para toda a postagem. Contudo, a formulação que destacamos se destaca diante do resto da postagem pelo esquema de cores utilizadas – enquanto outras informações estão em tons de azul e branco, a F2 está destacada em vermelho. Dessa forma, o efeito-leitor aí sugerido é que a atenção do sujeito leitor se volte primeiro para a construção trazida pela F2 para depois se deter sobre os dados contidos na parte azul, que reforçam a posição assumida pela formulação e mobilizam sentidos outros para identificar o sujeito mulher que aborta.

A escrita de “aborto legal e seguro” em letras maiúsculas (*caps lock*) e em outro tom de vermelho também visa a atrair a atenção do sujeito leitor, demonstrando o assunto que será reiterado em toda a postagem. O uso das letras maiúsculas em ambiente virtual serve como forma de evidenciar termos para distingui-los dos demais, produzindo efeitos de assertividade, de protesto, de elevação do tom de voz (oralidade), entre outros. Na posição feminista, o uso das letras maiúsculas aciona os sentidos de protesto e assertividade para demonstrar a importância do debate e da posição assumida no assunto.

A formulação 3 foi retirada da legenda da postagem feita pela página *Não Me Kahlo*. Nela, o sujeito do discurso se posiciona a favor do aborto legal e se inclui enquanto sujeito mulher que é prejudicada pela sua criminalização. Ao afirmar “nos queremos vivas e livres” o sujeito traz à superfície da discursividade outros dizeres, através da memória, que coloca a mulher no lugar da morte e da prisão. A FD feminista no debate sobre a legalização do aborto, como vimos, elege a proteção à vida como justificativa para desestabilizar o discurso outro, contrário a descriminalização. Ao dizer querer-se viva, o sujeito do discurso ressalta os sentidos da criminalização como causa da morte de mulheres que optaram por interromper voluntariamente uma gravidez indesejada.

Já os sentidos de falta de liberdade são convocados a fazerem parte do grupo de impedimentos aos quais a mulher é submetida, uma vez que ela não dispõe sobre seu corpo, não podendo optar por um aborto legal. Segundo Biroli (2018), o direito ao aborto é base para a autonomia do sujeito mulher sobre seu corpo, uma vez que controlar sua capacidade reprodutiva é alcançar sua liberdade para transitar nos mais diversos meios de participação

social. A autora nos fala ainda que o controle e as restrições no exercício da autonomia corporal da mulher são amparados na “dupla moral sexual e na diferenciação entre comportamentos que seriam respeitáveis e aqueles que seriam moralmente duvidosos” (BIROLI, 2018, p. 136). Desse modo, estipula-se o que seria aceitável e reprovável nas relações sexuais e a maternidade gerada pelas atitudes sexuais reprováveis passa a configurar como o ônus que o sujeito mulher deve assumir.

O imaginário das posições contrárias a legalização do aborto se vale desse ideal de aprovação e reprovação no exercício do sexo pelo sujeito mulher, inscrevendo o sujeito que aborta como irresponsável, como vulgar, como aquela mulher que não se daria ao respeito. A maternidade seria o castigo pela liberdade sexual conquistada pela mulher e o controle dos meios reprodutivos passa a direcionar atitudes sexuais moralmente aceitas.

Na F2 o sujeito do discurso ao afirmar “queremos educação sexual para decidir, anticoncepcional para não abortar e aborto legal para não morrer” retoma esse imaginário para argumentar contra ele, para reivindicar sua liberdade sexual e a do seu corpo para “decidir” sobre e quando fazer algo (educação sexual para decidir), para utilizar os meios contraceptivos, expresso através do processo metonímico métodos contraceptivos - anticoncepcional (anticoncepcional para não abortar) e o aborto legalizado como proteção à vida, mas sem desvencilhar-se da autonomia do seu corpo.

A formulação produz assim *um efeito de individualização* pelo qual o sujeito mulher seja responsabilizado por cada uma dessas escolhas que refletem o/no corpo. Essa individualização é percebida nas imagens em quadrinhos trazidas na postagem, que representam mulheres que poderiam ou não optar pelo aborto seguro e legal. Em cada um dos nove quadrinhos existe uma mulher em situação de gravidez indesejada (pela falha do anticoncepcional, adolescência, abandono do companheiro, quantidade de filhos, etc.), refletindo lugares possíveis para o sujeito mulher e promovendo o deslizamento do lugar da promiscuidade e da vulgaridade cravado pelo imaginário consolidado da ideologia patriarcal machista.

A F3 ainda traz à superfície discursiva a questão da maternidade problematizada através da oposição entre gravidez desejada *versus* gravidez obrigatória (compulsória). A luta pela legalização do aborto traz em sua rede de memória a contestação da maternidade como obrigatoriedade para o sujeito mulher que não deseja ser mãe, colocando a maternidade como socialmente construída e naturalizada pelo discurso patriarcal. Essa naturalização patriarcal da maternidade nega ao sujeito mulher a posse sobre seu corpo quando está em uma gravidez, colocando o feto como ser autônomo, como uma vida que deve ser respeitada. Contudo, a

contradição se instala no interior desse discurso, segundo Beauvoir (1949 [2019], p. 282), quando “esses médicos bem-pensantes exaltam a maternidade, afirmam que o feto faz parte do corpo materno, que não é um parasito alimentando-se a expensas dele”. Essa contradição se torna o alicerce da privação da liberdade sobre o corpo do sujeito mulher.

Como podemos ver, a F3 traz em sua materialidade elementos que remetem a questões que vão além do aborto inseguro e da conseqüente mortalidade de mulheres. A formulação reclama os sentidos de maternidade para desmistificá-la como sentimento intrínseco ao sujeito mulher, fazendo ainda críticas ao amparo dado ao sujeito mãe (socialmente amparada), possibilitando ao sujeito o exercício materno digno, sem restrições e/ou desigualdades que impeçam a mulher de ascender sócio e profissionalmente.

Os sentidos de proteção à vida do sujeito mulher são retomados na F4, semelhante as formulações anteriores. A tirinha proposta na postagem coloca em cena dois lugares possíveis na discussão sobre o aborto: o da criminalização, representada pelo homem branco; e o da legalização, representada pela mulher negra. Nela, ao se posicionar como contrário a descriminalização, o sujeito homem se diz favorável a vida (“Eu sou contra a descriminalização, sou a favor da vida”). Para respondê-lo, o sujeito mulher favorável diz que fazer do aborto um crime não salva vidas, “apenas condena mulheres à morte ou à cadeia”. Pela discursividade, o sujeito mulher que aborta tem duas posições possíveis na situação da criminalização do aborto: o da morte e o da prisão. Novamente temos os sentidos de mortandade referentes ao aborto inseguro como gancho da argumentação. Contudo, novos sentidos são atribuídos nessa tirinha por meio do efeito-leitor projetado ao se escolher um homem como representação dessa posição antiabortista: produz sentidos de preservação da vida, ao defender a manutenção da vida do feto, e a mobilização dos sentidos de punição (prisão/cadeia) para o sujeito mulher que aborta.

O primeiro sentido é sempre retomado nos discursos contrários a descriminalização do aborto por considerar a vida desde a concepção. A materialidade da F3 se estabelece na disputa sobre o corpo em relação ao aborto perpassando dois vieses ideológicos, a grosso modo, o religioso, promovido por setores da Igreja Católica e de algumas Igrejas Protestantes; e o feminista, através da teoria e mobilização política e jurídica. (ROCHA, 2009; BASTERD, 2009). No viés religioso, a argumentação se dá através da evidência da vida desde a concepção e busca, através de meios jurídicos e legais, esse entendimento através do princípio

de inviolabilidade do direito à vida, no artigo 5º da Constituição Federal Brasileira¹⁴. No Brasil, o aborto é legalizado em apenas três casos específicos¹⁵, mas o entendimento legal desse princípio é ainda bastante discutido e reiterado no debate sobre a criminalização do aborto, inclusive nos três casos já previstos em lei.

Na F4, temos a retomada de outra rede de memória sobre o aborto, que abrange o campo jurídico pelo qual as disputas se estabelecem no Brasil, e o campo social, pelo qual temos homens que legislam e determinam sobre situações específicas do sujeito mulher e que é representado nessa tira da página *Não Me Kahlo*. Através do *efeito da contradição*, ser contra o aborto, mas não o entender como um problema de saúde pública, em que mulheres são mortas, o sujeito do discurso evidencia os fundamentos da disputa de sentidos sobre o aborto nas duas redes ideológicas que envolvem o debate público da questão.

Ao contrário do que acontece na crítica ao padrão de beleza, a posição interseccional em relação ao aborto evoca os sentidos de classe para discutir a relação corpo, direitos reprodutivos e aborto, o efeito de apagamento de sentidos constituídos como específicos da FD interseccional se dá apenas na questão racial, que não é retomada nas postagens que utilizamos como amostra das redes de formulações trabalhadas. Percebemos que os sentidos de classe são acionados pelo efeito que a criminalização envolve, mobilizando sentidos negativos de morte, insegurança, clandestinidade, pandemia, maternidade compulsória e prisão para o aborto ilegal, e os sentidos positivos de preservação da vida, segurança, direitos humanos, saúde pública, liberdade e maternidade desejada para o aborto legal.

6.1.2 A posição marxista

Na posição marxista da *FSD*, a rede de formulações sobre a proteção à vida do sujeito mulher produzidos pelo efeito de sentido de defesa da legalização do aborto é mobilizada pela oposição entre vida e morte na defesa pelo aborto legal e seguro, como podemos observar na materialidade representada pela figura 8.

¹⁴ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Art. 5º “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

¹⁵ O aborto é legalizado no Brasil desde 1946 em situações de risco da gestante e gravidez resultante de estupro. Em 2012 incluiu-se os casos de anencefalia como passíveis de interrupção voluntária (BIROLI, 2018).

FIGURA 8: Materialidades discursivas sobre a defesa da legalização do aborto da posição marxista



Fonte: Página *Feminismo sem demagogia-original*, abril-2019.

A partir da figura 8 recortamos as seguintes formulações, que compõem nossa SD19:

SD 19:

F1: Por que a legalização do aborto tem **muito mais a ver com vida** do que com **morte (diferente do que pensam os opositores)** ... É pela preservação da **vida das mulheres** , em sua maioria **negras e pobres** . Que não deixemos cair no **esquecimento, avante companheiras** , continuemos as mobilizações. Educação sexual e contraceptivos para **decidir** , aborto **legal e seguro** para não morrer. – Anna Ferreira.

F2: Ninguém sai abortando porque o aborto foi legalizado. **Aprende Brasil!** A legalização **é necessária e urgente** para **salvar a vida de milhares de mulheres pobres!**

A primeira formulação da página *Feminismo sem demagogia-original* assume seu posicionamento relativo ao aborto marcando os sentidos de “vida” em oposição aos de “morte” como presentes na discussão da legalização do aborto, direcionando essa marcação

de diferença aos seus “opositores” e antecipando sentidos outros que irão percorrer a superfície discursiva da F1. Ao enunciar que a “legalização do aborto tem muito mais a ver com vida do que com morte”, o sujeito do discurso estabelece dois pontos de vista antagônicos e os mobiliza na construção do seu discurso.

Nessa formulação temos o que Courtine (2014) chamou de enunciado dividido. Para o autor, o enunciado dividido seria uma zona do funcionamento discursivo em que se apresentam “posições referenciais” ocupadas no contexto da formulação por processos discursivos que acolhem dois ou mais conjuntos de elementos que assumem valores antagônicos, não sendo, portanto, comutáveis (COURTINE, 2014, p. 192). Ainda consoante o autor, esse enunciado dividido representaria duas bases de formulação em que se articulariam elementos pré-construídos do discurso pela contradição através de duas FD antagônicas.

Notamos que a F1 pode ser classificada como enunciado dividido, uma vez que, estabelece em seu interior, o confronto entre duas posições antagônicas de FD conflitantes, em que o discurso da FD externa migra para o discurso da FD interna (CAZARIN, 2000). Na FD1 (interna), temos os sentidos da posição teórica e política feminista na qual a legalização do aborto é justificada tendo em vista a preservação da vida de mulheres que optam pelo abortamento. Dessa forma, o aborto é marcado pelos sentidos de vida, preservação. Na FD2 (externa), temos sentidos contrários que colocam o aborto como morte do feto e não reconhece sua legalização como recurso para proteção da vida de sujeitos mulheres que abortam. O enunciado da FD 2 não é negado em sua totalidade pelo do FD1, pois o sujeito deixa dúvidas ao utilizar a marca linguística “tem mais...do que”, permitindo entender que os sentidos da morte também compõem sua rede de memória, mas não da mesma forma que se estabelece no discurso outro.

A análise desses enunciados é possibilitada pela categoria da memória discursiva, como nos lembra Cazarin (2000, p. 177), pois permite que coloquemos em movimento de confluência enunciados pré-construídos e que funcionam nessa formulação. Para a autora, é no enunciado dividido que se percebe a heterogeneidade discursiva mostrada, marcada, abrindo espaço para o sujeito, por meio da memória, do dizer outro, da recuperação de outros sentidos que não fazem parte da sua FD de origem. Nessa construção discursiva os sentidos de crítica são mobilizados, produzindo efeitos de desqualificação desse discurso da FD externa, mostrando-o como insuficiente e refutando seus sentidos através da validação da FD interna.

O sujeito do discurso segue sua textualização marcando quem são essas mulheres vitimadas pela criminalização e preservadas com sua legalização (“negras e pobres”). Esse

recorte eleva a superfície textual os sentidos de classe e raça que se consolidam como saberes discursivos presentes na modalidade subjetiva a qual a página assume, a posição feminista marxista. A utilização de termo como “avante”, “companheiras”, “mobilizações” retomam os sentidos de movimento político característico dessa posição.

Na formulação destacada ressalta-se ainda uma fórmula discursiva utilizada pelas outras páginas que analisamos anteriormente, *TF* e *NMK*: “Educação sexual e contraceptivos para decidir, aborto legal e seguro para não morrer”. Diferentemente das outras formulações, o sujeito do discurso inclui no poder de decisão não só a educação sexual, mas também os contraceptivos, deslizando a ideia de que contraceptivos evitam gravidez indesejada, retomando a memória discursiva feminista que assinala o percentual de falha de cada um deles, assim como os problemas de saúde e de acesso de alguns.

A primeira postagem que compõem a figura 8 ainda contempla uma imagem de lenço verde¹⁶, símbolo da luta pela legalização do aborto, utilizado em manifestações e passeatas políticas, com os dizeres em espanhol “Sobrevivir a un aborto es privilegio de classe”. Essa composição reforça os sentidos produzidos pela legenda e a legenda reforça os sentidos da foto, reiterando a problemática de classe na questão do aborto legal.

A segunda formulação (F2) da posição feminista marxista traz à superfície textual a necessidade da legalização do aborto recorrendo aos sentidos da saúde pública, assim como nos discursos reproduzidos na SD19, para produzir o efeito de urgência dessa legalidade. O sujeito do discurso utiliza como estratégia argumentativa a retomada pelo interdiscurso outros dizeres que compõem a memória discursiva do aborto – a legalização do aborto banaliza a prática – para em sua formulação (intradiscurso) negar esses dizeres, afirmando o seu inverso (“ninguém sai abortando porque o Aborto foi legalizado). A construção discursiva se dá como resposta a uma afirmação anterior que se encontra na rede de possibilidades do pré-construído sobre o aborto, antecipando o sentido-lá na produção do efeito de exterioridade, como nos fala Orlandi (1988). A autora nos fala que esse jogo argumentativo é derivado das posições sujeito assumidas nos discursos e a produção dos argumentos se dá através do “efeito de ilusão subjetiva” efetivada pelas evidências de sentidos, como produtos dos discursos historicamente determinados (ORLANDI, 1988, p. 78).

¹⁶ A onda verde, como foi chamada as manifestações em prol do aborto legalizado na Argentina, em 2018, ficou marcada pelo uso desse acessório pelas mulheres que compuseram as passeatas no país. As imagens que retratam o movimento na mídia são preenchidas pelo verde dos lenços que passa a simbolizar a luta feminista pelo direito ao aborto legal e seguro em outros lugares que também se mobilizaram politicamente para exigí-lo. Disponível em: <https://midianinja.org/news/de-lencos-e-revolucoes/>, acesso em: maio/2020.

Esses discursos historicamente determinados compõem projeções imaginárias acerca do sujeito mulher favorável a legalização do aborto utilizados pelo processo de antecipação para modular a argumentação. Os discursos antifeministas contrários ao aborto se fazem presente na F2 por meio da memória discursiva, desse dito em outro lugar que ressoa na formulação. A percepção de que a descriminalização faria mulheres utilizarem o aborto como método contraceptivo, desprezando os demais métodos, é recorrente e está presente nas páginas feministas na posição sujeito leitor/comentador que se posiciona nas postagens sobre o aborto, fazendo o sujeito enunciador antecipar esses argumentos como desestruturação dos argumentos leitores, desqualificando e validando o discurso feminista.

Os outros elementos que compõe a postagem, o restante da legenda e a manchete de jornal, produzem o *efeito de verdade* ao textualizar dados que comprovam o argumento principal exposta na F2. A reportagem compartilhada com a manchete “Número de abortos cai no mundo, puxado por países desenvolvidos com legalização”, mobiliza outros sentidos para a esse argumento inicial, evidenciando dados que produzem *efeito de neutralidade* por se tratar de reportagem midiática não feminista. Pela manchete, o sujeito enunciador aciona os sentidos de decréscimo nas taxas de aborto no mundo, contrariando o interdiscurso a favor da criminalização, só que em países desenvolvidos e legalizados.

Ainda na F2, o sujeito do discurso segue defendendo a legalização como “necessária” e “urgente” para preservação da vida de “milhares de mulheres pobres”, produzindo um efeito hiperbólico, como no caso da pandemia, já que o sujeito não traz dados que evidenciam o percentual de mortes pelo abortamento ilegal. O sujeito utiliza o efeito para causar impacto e gerar comoção para que seus leitores assumam posicionamento semelhante.

Em sua defesa ao aborto legal, o sujeito do discurso mobiliza os saberes característicos de sua formação discursiva feminista, reclamando os sentidos de preservação da vida e de saúde pública, assim como os sentidos de classe específicos da filiação marxista (“mulheres pobres”). Dessa forma, o recorte de classe é evidenciado como problema a ser resolvido, já que para as mulheres em outra situação financeira o aborto em clínicas particulares é facilitado pelos bens materiais, em contraponto com as mulheres pobres que recorrem às clínicas clandestinas ou métodos inseguros em casa, causando-lhes problemas sérios de saúde e/ou óbito.

O funcionamento discursivo da página *FSD* em relação a primeira rede de formulações – a proteção à vida do sujeito mulher– como vimos, mobiliza o confronto de sentidos entre o aborto legal versus o aborto inseguro, assim como os de vida para o primeiro e morte para o segundo. Percebemos que a identificação do sujeito do discurso com a forma-

sujeito da FD feminista marxista acontece de modo imaginariamente pleno, constituindo sua filiação ao feminismo marxista ao evocar os sentidos de raça e classe na discussão sobre o aborto legal e as consequências para o sujeito mulher pobre e negra com a sua criminalização. Notamos que a memória discursiva sobre o aborto é mobilizada tanto para acionar os dizeres possíveis inscritos na FD feminista, quanto para migrar para dizeres de outras FD para estabelecer relações de confronto e contestação.

6.1.3 A posição liberal

Nas postagens das páginas da posição liberal, compostas pelas páginas EDM e VF, os efeitos da rede de formulações produzem os sentidos de vivência da sexualidade do sujeito mulher e o acesso ao seu corpo por meio dos direitos reprodutivos, como podemos ver pelas figuras 9 e 10.

FIGURA 9: Materialidades discursivas sobre a defesa da legalização do aborto da posição liberal

Empodere Duas Mulheres
9 de dezembro de 2016 · 🌐

"Aborto é questão de saúde pública."
(via Fantástico - O Show da Vida. Para ver a matéria e video completos:
<http://glo.bo/2giXxBG>)

A maioria das mulheres que abortam em 2016 já têm filhos.
Nos podemos ler que a mulher que faz o aborto não é "aquela" que nós imaginamos...
Como uma menina triconsequente ou uma prostituta. Ela é uma mulher comum que sabe o que está fazendo.
O perfil da maioria das mulheres são as que! Tem um filho, elas são católicas ou evangélicas.
Elas têm o pico da idade reprodutiva no Brasil, entre 20 e 24 anos.
Em todas as classes sociais se aborta igualmente.

2,4 mil
30 comentários 219 compartilhamentos

Empodere Duas Mulheres
10 de janeiro de 2016 · 🌐

Nenhuma mulher quer abortar todo mês. O aborto é questão de SAÚDE PÚBLICA e não é alternativa pra pílula, camisinha, ou afins. A questão é que queremos que fiquemos "seguras" de um aborto mesmo que isso seja prejudicial à nossa própria vida... Não existe método contraceptivo 100% seguro, não existe "não engravida quem não quer". Nenhuma mulher quer ter que precisar de um aborto. Não é uma maneira de contraceptivo, nem alternativa para outras maneiras de prevenção.

Barbara Albertoni
21 hrs · 🌐

"Diane 35: o polêmico anticoncepcional causou 27 mortes só na Holanda"
"Após confirmar mortes ligadas à pílula, França suspende vendas da Diane 35"

A indústria farmacêutica não liga para as mulheres. Médicos que receitam anticoncepcionais não ligam para as mulheres. Pessoas com discurso de que "só engravida quem quer" não ligam para as mulheres. Anticoncepcional é uma bomba de hormônio que detona nosso corpo. E para quê? Para não sermos chamadas de assassinas. Para não sermos presas. Para não sermos julgadas e condenadas pela sociedade. Porque, supostamente, anticoncepcionais previnem gravidez. Mas é melhor uma mulher morta a uma mulher que aborta.

6,2 mil
477 comentários 1,1 mil compartilhamentos

Fonte: Páginas *Ventre Feminista* e *Empodere Duas Mulheres*, abril de 2019

FIGURA 10: Materialidades discursivas sobre a defesa da legalização do aborto da posição liberal

Ventre Feminista
28 de setembro de 2017 · 🌐

Helena Jobim
SE AS PUTINHAS QUEREM TRANSAR A VONTADE QUE USEM METODO ANTICONCEPCIONAL ! O PSOL quer usar o STF para legalizar o ABORTO como CUMPRIMENTO de PRECEITO FUNDAMENTAL . ABORTO é crime e deve ser vedado em todo os estagios . O STF mandou soltar aborteiros da BAIXADA FLUMINENSE dizendo que faziam cumprimento de direito constitucional. HOJE EXISTEM muitas formas de evitar a concepção. A VIDA COMEÇA COM A CONCEPÇÃO ..

Ginecologista Sincera
28 de setembro de 2017 · 🌐

#aborto #estupro

Como a gente SEMPRE avisou, só não sabe quem não que ver:
Não é sobre a vida, é sobre sexo e sobre poder. É sobre subjugar a mulher pra que ela não se esqueça que seu útero traz consigo uma dívida com a sociedade, só não sei se é a cobrança da manutenção da espécie, vingança pelo pecado original (tô chocada como tem gente que acredita nisso!!!) ou ambos. É sobre deixar claro que o prazer do sexo não pertence a nós.

Conforme esses cretinos e assassinos com Bíblia da mão, a "putinha" que engravidou depois de 5 anos tentando e descobriu que está com câncer de mama na primeira consulta do pré natal, vai passar 8 meses rezando pro mesmo "Deus" que lhe trouxe o câncer mantenha ele crescendo lentamente e não lhe traga nenhuma metástase. Desconfio até que a sugestão desses néscios seja que ela dê uma polpuda quantia pra algum pastor lhe vender uma cura.

E a "putinha" de 12 anos que foi estuprada na volta da escola por 3 desconhecidos numa obra, e não conseguiu "fechar as pernas" porque a seguravam, também vai ter que rezar, porque seu corpo não está feito pra completar essa gestação. E depois vai ter que rezar também pra que tenha um futuro decente mesmo com todo o abandono do estado, tanto pra ela quanto pro seu filho, que é tão sagrado quanto invisível. Afinal os mesmos que lhe negaram o direito ao aborto também são contra programas assistencialistas por parte do governo, como o bolsa família, porque aos 13 anos e com filho pequeno é importante que ela "aprenda a pescar".

Já a "putinha" de 40 anos que finalmente conseguiu engravidar, mesmo já hipertensa, obesa e diabética, porque sempre cuidou pra não engravidar antes de terminar os seus estudos, se casar na Igreja e construir um patrimônio que desse segurança ao amado filho, como manda o figurino, vai ter que rezar muita novena pra não ter uma pré-eclâmpsia grave ou pra que a pressão não suba demais na hora do parto, porque vai ter que esperar a fase mais crítica da gestação, que é o terceiro trimestre, pra ter seu filho que não irá sobreviver à ligadura do cordão umbilical.

E a "putinha" que engravidou do marido, planejada, filho amado, mas que descobriu que o saco gestacional implantou na cicatriz da cesariana anterior e que a placenta está infiltrando o músculo do útero e em breve bexiga e intestino, vai ter que levar a gestação até sua morte. Mas uma missa de sétimo dia será rezada pra acalmar o coração de quem a amava tanto.

JS
PS: só citei os casos que já são permitidos por lei que esses imbecis querem proibir pra eles terem noção exata da grande merda que estão fazendo. Mas é óbvio que nós somos AFAVOR DE ESCOLHA de todas as mulheres, independente das circunstâncias.

Ventre Feminista
11 de novembro de 2017 · 🌐

Sabe aquele tapão bem dado no meio da fuça de uma sociedade extremamente hipócrita? Então... Elis, pisando pesado lá em 1981. ❤️
'A gente vive numa sociedade hipócrita e cínica que condena o aborto e faz o aborto. Enquanto a gente for cínico, enquanto a gente for falso, enquanto a gente for supostamente puritano, as mulheres vão continuar correndo riscos de até morrer.'
(Elis Regina | RBS, set.1981)

3.314.464 Visualizações

Analisando: Elis Regina
11 de novembro de 2017 · 🌐

'A gente vive numa sociedade hipócrita e cínica que condena o aborto e faz o aborto. Enquanto a gente for cínico, enquanto a gente for falso, enquanto a gente for supostamente puritano, as mulheres vão continuar correndo riscos de até morrer.'
(Elis Regina | RBS, set.1981)

#elisregina #elis #analisandoelisregina

104 comentários

3,2 mil

161 comentários

Fonte: Páginas *Ventre Feminista* e *Empodere Duas Mulheres*, abril de 2019

Recortamos das materialidades discursivas da Figura 9 e 10 as formulações que compõem a SD 20, como podemos ver a seguir:

SD 20:

F1: E a **“putinha”** que **engravidou do marido**, planejada, **filho amado**, mas que descobriu que o saco gestacional implantou na cicatriz da cesariana anterior e que a placenta está infiltrando o músculo do útero e em breve bexiga e intestino, **vai ter que levar a gestação até sua morte**. Mas **uma missa de sétimo dia será rezada para acalmar o coração de quem a amava** tanto.

F2: “A gente vive numa **sociedade hipócrita e cínica** que **condena o aborto faz o aborto**. Enquanto a gente for **falso**, enquanto a gente for **supostamente puritano**, as mulheres vão continuar correndo **riscos de até morrer**” (Elis Regina, RBS, 1981)

F3: A questão é que querem que fiquemos “seguras” de um aborto mesmo que isso seja prejudicial à nossa própria vida...**Não existe método contraceptivo 100% seguro**, não existe “não engravida quem não quer”.

Nenhuma mulher quer ter que precisar de um aborto. Não é uma maneira de contraceptivo, nem alternativa para outras maneiras de prevenção.

F4: A maioria das **mulheres que abortaram** em 2015 já **tinha filhos**. Nós podemos ler que **a mulher que faz o aborto não é “aquela”** que nós imaginamos... Como uma menina **inconsequente ou uma prostituta**. Ela é uma **mulher comum** que sabe o que está fazendo. [O perfil da maioria das mulheres são as que] tem um filho, elas **são católicas ou evangélicas**. Elas têm o pico da idade reprodutiva no Brasil entre 20 e 24 anos. **Em todas as classes sociais se aborta igualmente**.

A SD20 traz em sua discursividade duas questões importantes para a discussão feminista da sexualidade e dos direitos reprodutivos: a vivência da sexualidade da mulher e o acesso ao seu corpo e os direitos reprodutivos através da defesa da legalização do aborto.

Na F1, o sujeito enunciador evoca os sentidos de vulgarização produzidos pela FI patriarcal para o sujeito que aborta, mas para contestá-los e produzir novas identificações para o sujeito mulher que escolhe abortar. Na postagem, composta por um comentário e um texto que o desestabiliza, o sentido atribuído a “putinhas” desliza para as mulheres que são favoráveis ao aborto legal, efeito que pode ser vinculado ao discurso machista. O argumentado sobre o uso de métodos anticoncepcionais como forma de prevenção e a não utilização do aborto, também de ordem machista, são desestruturados como forma de constituir a posição favorável ao aborto. No texto, o sujeito enunciador faz uma crítica ao posicionamento do sujeito mulher comentador, utilizando a ironia – entendida como dizer o “contrário do que se pensa, com intenção sarcástica” (CHERUBIM, 1989, p. 41) – como recurso argumentativo para desestabilizar os sentidos propostos pelo sujeito comentador.

A F1 traz uma situação fictícia para questionar o juízo de valor produzido pela designação “puta” atribuída para o sujeito mulher que aborta. Nela, o sujeito do discurso convoca uma mulher casada, desejante da gravidez na qual se encontra, mas que por problemas de saúde, com risco sobre a própria vida, deveria poder optar pelo aborto legal. O discurso problematiza a defesa pela revogação das leis que regulam o aborto em caso de estupro, problema de saúde da gestante e/ou do feto que a ponha em risco de morte, e anencefalia.

No discurso-outro, o termo “puta” é utilizado como marca desqualificadora do sujeito mulher. Segundo Buich (2016), nas mais diversas formas que o termo é utilizado, todas elas trazem a conotação da mulher que trabalha com a prostituição. Corominas (1985), afirma não se ter precisão sobre a origem etimológica da palavra, mas que a partir do século XIII, sobretudo em documentos escolásticos bíblicos em que o termo refere-se a meretriz, outra marca linguística para o sujeito mulher prostituta, o termo “puta” cristaliza sentidos de

vulgaridade da mulher que se prostitui. No discurso sobre o aborto, os sentidos se encaminham para o da promiscuidade, mobilizando a ideia de que toda mulher defende o aborto legalizado o faz para poder usufruir da sexualidade de modo libertino

Na F1, a vulgarização é colocada como característica da sexualidade feminina pelo discurso patriarcal, representado pelo comentário trazido na foto da postagem, em que o sujeito diz “SE AS PUTINHAS QUEREM TRANSAR A VONTADE QUE USEM MÉTODO ANTICONCEPCIONAL”. Nessa sequência, o sujeito do discurso responsabiliza apenas o sujeito mulher pela prevenção da gravidez indesejada, uma vez que ela, utiliza o sexo de forma vulgar. Da posição feminista, no entanto, o sujeito enunciador da formulação problematiza essa questão logo em seu início ao trazer que a discussão sobre aborto é também “sobre sexo e sobre poder”, como também sobre a proibição ao prazer feminino sobre seu corpo (“o prazer do sexo não pertence a nós”).

Dessa questão traçada pelo sujeito do discurso coloca-se outra sobre o aborto. Essa segunda questão, que trata do direito ao corpo e os direitos reprodutivos, marca duas posições sujeitos presentes nessa postagem (comentário e texto da página) presentes no primeiro recorte da Figura 9. Na posição patriarcal, o direito ao corpo do sujeito mulher é inferior ao do feto (“Aborto é crime e deve ser vedado em todos os estagios”, “hoje existem muitas formas de evitar a concepção” e “A vida começa na concepção”), e a gravidez deve ser mantida independente de risco à saúde da gestante. No discurso feminista, a posição é construída pela crítica ao discurso de base patriarcal, desenvolvendo, por meio da ironia, a desestabilização do argumento do sujeito comentador.

Dessa maneira, na F1, o sujeito evoca “putinha” para reverter o argumento de vulgaridade que perpassa o discurso-outro sobre o aborto, logo a mulher que aborta pode ser qualquer uma, inclusive uma que “engravidou do marido, planejada, filho amado”. A posição liberal assume o termo ainda pela noção de vulgaridade, dispondo-o entre aspas, tentando mostrar que toda e qualquer mulher poderá fazer um aborto, mesmo a casada e feliz com sua gestação, e que por isso os sentidos-outros não se aplicariam. A ironia se estabelece, assim, pela *antífrase* (CHERUBIM, 1989) por trazer à superfície do texto palavras que tem sentidos antitéticos, produzindo *o efeito de oposição*, já que o sujeito mulher não pode ser puta, pois é casada e quer o filho (“E a “putinha” que engravidou do marido”).

O discurso produz, assim, *o efeito de desmistificação* do sujeito mulher que aborta, principalmente nos casos em que são permitidos por lei, mas, conseqüentemente, reproduz o imaginário do sujeito mulher puta, por utilizar o termo ainda no âmbito da promiscuidade, ao

classificar as mulheres das situações descritas como aquelas que não se enquadrariam na situação de puta, não devendo ser nomeadas como tal.

A posição sujeito feminista na F1 da SD20 também faz uso da ironia, através do sarcasmo para colocar o sujeito do discurso-outro em um lugar marcado pelos sentidos da hipocrisia moral, assinalados no trecho da formulação que produz a imagem para quem diz defender a vida “Mas uma missa de sétimo dia será rezada pra acalmar o coração de quem a amava tanto”. No destaque, percebemos o sarcasmo, como nos fala Cherubim (1989) como uma ironia mais pesada, mais afrontosa como provocação ao outro (posicionamento, sentido, discurso).

Esse efeito de hipocrisia moral está presente também na F2, ao trazer a fala de uma personalidade histórica, a cantora Elis Regina, para confirmar o posicionamento do sujeito do discurso feminista da página. Ao colocar a sociedade como “hipócrita”, “cínica”, “falsa” e “supostamente puritana”, a cantora mobiliza os sentidos de contrariedade presente no discurso antiabortista entre a prática e a fala. De acordo com ela, existe aborto, independentemente da sua legalização, mas a “sociedade” finge não existir, e, conseqüentemente, mulheres correm riscos de “até morrer”. O uso do advérbio “até” indica a inclusão da morte entre os resultados possíveis do abortamento criminalizado, ao mesmo tempo que ressalta também não ser o único.

A postagem retoma os sentidos de contradição entre o discurso feminista e o discurso patriarcal antiaborto, que falamos na SD18, pois coloca em evidência que, ao contrário do que diz o discurso antiaborto, a criminalização não impede a prática, apenas estabelece contextos mais vulneráveis para uma determinada camada da população. Para isso, a cantora faz uso do enunciado dividido (COURTINE, 2014), pois trabalha entre duas formações discursivas opostas, uma FD externa – a antiaborto: “Enquanto a gente for cínico, enquanto a gente for falso, enquanto a gente for supostamente puritano”; e uma FD interna – feminista: “as mulheres vão continuar morrendo”.

O sujeito Elis recupera, pela memória discursiva, o discurso-outro que nega a prática do aborto como uma realidade para confrontá-lo, marcando-o pela tensão com o discurso feminista da morte do sujeito mulher como decorrente do aborto ilegal e inseguro. Logo, o funcionamento discursivo se organiza pela rejeição desse discurso da FD externa e pela tentativa de validação do discurso da FD interna (FERREIRA, 2000).

Podemos identificar o mesmo funcionamento discursivo do enunciado dividido (COURTINE, 2014) na F3. A formulação é iniciada pela afirmação do aborto como uma questão de saúde pública e não uma alternativa aos métodos contraceptivos. A insegurança

em relação a certos métodos, como a pílula anticoncepcional – mais precisamente o Diante 35, que é tratado na imagem compartilhada junto ao texto – não deveria ser argumento para o discurso contra o aborto, como o sujeito diz, pois coloca a saúde do sujeito mulher em risco, mais que o aborto (“A questão é que querem que fiquemos “seguras” de um aborto mesmo que isso seja prejudicial à nossa própria vida...”).

Partindo dessa premissa, a formulação marca a presença de elementos de uma FD exterior àquela na qual seu sujeito se inscreve, a feminista, construindo seu discurso por meio do enunciado dividido, composto por aquilo que para o discurso-outro o aborto é e, através da sua negação, mostrando o que para o discurso feminista o que o aborto (não) é. Sendo assim, para a posição da FD externa, a patriarcal, os métodos contraceptivos são eficazes, engravida apenas quem quer e as mulheres preferem abortar a se prevenirem. Já para a posição da FD interna, feminista, não existem métodos contraceptivos totalmente eficazes, nem toda mulher que engravida quer e as mulheres não querem precisar de um aborto.

Os sentidos de saúde pública são postos em circulação pela postagem da página *EDM*, que acrescenta os sentidos de saúde do corpo do sujeito pela mobilização da relação entre aborto e uso de anticoncepcionais prejudiciais. A imagem compartilhada de um comentário, no recorte da última postagem da Figura 10, reforça esses sentidos ao trazer a discussão o uso do anticoncepcional *Diane 35*, proibido em determinados países por causarem mortes de usuárias e pela ligação ao aborto. Para o sujeito mulher autora retomada na imagem do comentário, permitir o uso desses anticoncepcionais se justifica para não deixar as mulheres serem chamadas de “assassinas”, para não serem “presas”, “julgadas” e “condenadas” pela sociedade por terem feito um aborto. A posição feminista liberal se constitui pela defesa da liberdade do sujeito mulher escolher o aborto sem ser julgada por isso e sem se submeter a processos contraceptivos que possam causar-lhe prejuízos para sua saúde.

A última formulação que compõem a SD 20, F4, traz semelhanças com as que discutimos na F1 dessa sequência, por abordar em sua materialidade o perfil de mulheres que abortam, produzindo o *efeito de contradição* entre o discurso feminista e o discurso antiabortista. Diferente da outra formulação, nessa o sujeito enunciador do discurso não faz uso da ironia para mobilizar o perfil do sujeito mulher que aborta, mas o faz através de dados que confirmam a posição feminista pondo em evidencia o *efeito de autoridade* do sujeito que fala.

A F4 é o recorte de uma entrevista feita pela estudiosa Débora Diniz¹⁷ em entrevista ao *Fantástico* em 2016. No trecho destacado, a estudiosa sintetiza os dados recolhidos por pesquisas sobre o aborto em que se identifica que mulheres que o realizaram em alguma fase da vida já eram mães (“têm um filho”), possuem religião (“católicas ou evangélicas”) sem distinção de classes (“Em todas as classes sociais se aborta igualmente.”). A pesquisadora ainda afirma não ser possível fazer uma leitura sobre a mulher que aborta como “menina inconsequente” ou “uma prostituta”, pois trata-se de uma “mulher comum que sabe o que está fazendo”. Ao retomar esse trecho da entrevista, o sujeito enunciativo da página *EDM* se identifica com o posicionamento de Diniz e dá a sua formulação um efeito de autoridade.

Na F4, temos novamente a presença do dizer-outro da FD antiabortista exterior a FD feminista como recurso argumentativo. Aparece o enunciado dividido, trabalhado por Courtine (2014), quando se coloca “nos podemos dizer que a mulher que faz o aborto não é “aquela” que nós imaginamos...Como uma menina inconsequente ou uma prostituta. Ela é uma mulher comum...”. Observamos que o enunciado é criado pela negação da FD externa (“uma menina inconsequente ou prostituta”) partindo para a afirmação da FD interna (“Ela é uma mulher comum que sabe o que está fazendo”). A insuficiência do discurso da FD exterior é demonstrada pelos dados apresentados a partir da posição de um sujeito pesquisador, sujeito da Ciência, projetando uma posição sujeito mulher plenamente consciente frente à decisão do aborto, mobilizada pelo efeito de completude do sujeito mulher. Essa imagem é contraposta à do discurso-outro, negado, de um sujeito mulher totalmente inconsequente ou incapaz de decidir.

Ainda na F4, percebemos os não ditos que margeiam o dizer sobre o aborto ao ser retomada a ideia de que o aborto acontece em todas as classes (“Em todas as classes se aborta igualmente”), mostrando que não é algo restrito às classes mais pobres e que não é exclusividade de um tipo de sujeito mulher imaginado pela FI patriarcal (a negra, a pobre, a prostituta, entre outras). A formulação mobiliza o efeito de completude do sujeito mulher, ao trazer a imagem da mulher com filhos e religiosas como mulheres que também abortam, deslizando os sentidos de inconsequência do discurso antiabortista.

Como podemos ver, a posição liberal nas postagens também retoma os sentidos de proteção à vida do sujeito mulher por meio da defesa da legalização do aborto. Nela a imagem do sujeito mulher que aborta passa por um processo de desmistificação, constituindo a

¹⁷ Débora Diniz é antropóloga, professora da UnB e pesquisadora na área de bioética, feminismo, direitos humanos e saúde. Responsável pela pesquisa nacional sobre aborto feita pela UnB em 2016. Fonte: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4728397Y1>, acesso em maio de 2020.

posição feminista pelo imaginário da mulher consciente e responsável por suas atitudes, opondo-se ao discurso patriarcal e o imaginário da mulher irresponsável. Dessa forma, o processo discursivo de constituição de identidades para o sujeito mulher resulta da desconstrução das imagens do sujeito pelo patriarcado pela (re)construção de uma nova imagem pela posição feminista. A questão de classe é posta, mas não é evidenciada da mesma forma como nas duas posições anteriores. Temos nessa posição sentidos que não são mobilizados nas duas outras, como a questão da tentativa de criminalização do aborto já legalizado, retomado pela F1 para ser rebatido.

A rede de formulações de *proteção à vida do sujeito mulher* produz efeitos sobre o sujeito mulher e seu corpo nas três posições feministas que abordamos (interseccional, marxista e liberal). As posições se constituem por meio da desestruturação do discurso dominante como estratégia argumentativa, desestabilizando o imaginário sobre o sujeito mulher da FI patriarcal e abrindo novas possibilidades pela FD feminista. O discurso sobre o aborto, além dos sentidos de proteção a vida, produz sentidos sobre a autonomia do corpo do sujeito e sua capacidade reprodutiva, como veremos a seguir.

6.2 A autonomia sobre a capacidade reprodutiva

Nossa segunda rede de formulações sobre corpo, mulher e aborto produz o efeito de constituição da autonomia do sujeito mulher através da legalização do aborto. Nela a autonomia do sujeito mulher sobre seu corpo é a base para problematização do aborto legal e seguro. Os sentidos para autonomia do corpo perpassam também as SD 18, 19 e 20, assim como toda a rede de memória do discurso feminista sobre o aborto. Contudo, nas redes que destacaremos a seguir, por meio das SD 21, 22 e 23, eles são o foco do funcionamento discursivo.

Antes de iniciarmos a análise é importante ressaltarmos como a ideia de autonomia do sujeito mulher é concebida dentro do movimento feminista. Consoante Soares (2011, p. 281), entendemos autonomia das mulheres como “capacidade de tomar decisões livres e informadas sobre sua própria vida, de maneira a poder ser e fazer em função de suas próprias aspirações e desejos, num determinado contexto histórico”. Assim, a autonomia do sujeito mulher é caracterizada como a assunção de suas vontades em relação aos mais diversos campos de vida – profissional, pessoal, reprodutiva, sexual, entre outros – entendendo que esse avanço influi diretamente no avanço social, tanto na vida pública quanto privada do sujeito. Acreditamos que a falta dela é fruto das relações de poder que se estabelece na “má

distribuição do poder, dos proventos, do uso do tempo, da falta de reconhecimento dos direitos das mulheres” (SOARES, 2011, p. 281). A legalização do aborto envolve, dessa forma, a falta de reconhecimento dos direitos das mulheres, negando-lhe a autonomia sobre seu próprio corpo e nos processos de decisão.

Podemos elencar três esferas de autonomia do sujeito mulher: a física, a econômica e a de decisões. Soares (2011) as caracteriza da seguinte forma:

A autonomia física se refere ao controle do seu corpo, de decidir sobre sua saúde, reprodução, exercer sua sexualidade, integridade física livre de violência. A autonomia econômica se refere à capacidade de adquirir e controlar recursos econômicos, isto é, capacidade de gerar ingressos próprios, controlar bens materiais, decidir sobre os ativos familiares. A autonomia em participar das decisões que afetam a vida coletiva e individual. (SOARES, 2011, p. 282).

A autonomia é, então, construída através da relação entre o público e o privado e se desenvolve por diversos âmbitos da vida do sujeito mulher. O debate sobre a legalização do aborto opera sobre duas das três esferas mencionadas: a física, pois o aborto age diretamente no controle da capacidade reprodutiva do sujeito mulher, influenciando na trajetória de vida, pessoal e profissional, dela; e a do poder de decisão, pois ao criminalizar o aborto, o discurso jurídico veta a participação da decisão do sujeito mulher sobre seu corpo, tanto no contexto coletivo, por não considerar os números e dados sobre mortalidade consequente dos abortos clandestinos, quanto individual por rechaçar a opinião daquelas mulheres que decidiram pela prática, criminalizando-as.

O discurso feminista sobre a autonomia do corpo do sujeito mulher na atualidade abarcar questões que vão muito além dos direitos reprodutivos, pois recruta também as questões relacionadas as experiências corporais dos sujeitos, fomentando outras formas de ver, perceber e viver o corpo. A discussão sobre o padrão de beleza, a sexualidade e a crítica à cisnormatividade (BAGAGLI, 2016) estabelecida como critério de divisão de gêneros na sociedade movimentam os sentidos de libertação do corpo do sujeito mulher (GOMES; SORJ, 2014).

No feminismo digital, a autonomia do sujeito mulher perpassa todas essas questões. Na discussão sobre a legalização do aborto ela é acionada e marca a oposição, ainda regente na sociedade atual, da disposição do corpo do sujeito homem e do sujeito mulher, como podemos ver na análise de postagens a seguir.

6.2.1 A posição interseccional

Na posição interseccional (TF e NMK), mobiliza-se o efeito de defesa da legalização do aborto como modo de constituição da autonomia do sujeito mulher sobre seu corpo. A contraposição entre a liberdade do corpo do sujeito homem e o controle do corpo do sujeito mulher é evidenciada como marca da opressão de gênero e motivo pelo qual a legalização total ainda não teria acontecido em território brasileiro. Vejamos as materialidades a serem analisadas relativas a essa posição.

FIGURA 11: Materialidades discursivas sobre a defesa da legalização do aborto da posição interseccional



Fonte: Páginas TODAS Fridas e Não Me Kahlo, abril – 2019.

Ressaltamos da materialidade representada na Figura 12 a seguinte rede de formulações que compõem a nossa SD21:

SD 21:

F1: O aborto só é proibido porque **homens não abortam**.

F2: O **problema estrutural** aqui é ser mulher, **se homens engravidassem o aborto já seria legalizado a muito tempo**, no Brasil existe cerca de 5,5 milhões de crianças sem nome do pai no registro, e quando se ouve falar da responsabilidade do pai? Nunca, **a sociedade é estruturada por homens para homens**.

F3: O problema de viver numa **sociedade patriarcal** é de perceber a hipocrisia do tratamento legal dado às **pessoas que tem útero das que não tem**: os homens cis. O homem cis não tem útero, logo não sofre a regulação do seu corpo. Em nenhuma hipótese. Como somente pessoas que tem útero podem ter uma gestação, **os homens cis confortavelmente fizeram leis que condena à morte milhares de pessoas que decidem interromper a gravidez**. E dão milhares de motivos para isso, o principal deles de estarem querendo salvar uma vida, a vida do feto.

F4: A discussão sobre o aborto **também é sobre liberdade individual**.

- Mas eu **sou contra o aborto**.

- **Então não aborte**, mas respeite quem queira.

As formulações que compõem a rede de SD 21 trazem a discursividade da estrutura patriarcal como responsável pela criminalização do aborto circunstanciada pela falta de autonomia do sujeito sobre o próprio corpo. Estabelecem, através do espelhamento entre garantias dadas aos homens e as mulheres, promovendo um efeito de oposição.

Na F1 o sujeito enunciador do discurso mobiliza esse efeito ao afirmar que o aborto é proibido por não ser possível homens abortarem. Essa reformulação é sempre retomada, em diferentes roupagens, mas provocando os mesmos sentidos de oposição entre como a sociedade dispõe suas normas de controle sobre o corpo feminino e o masculino de forma desigual.

A F2 reformula o dizer presente na formulação anterior e acrescenta a noção de tempo demarcando que esse “problema estrutural” é antigo. O sujeito do discurso, tanto na F1 quanto na F2, põe em evidência a falta de neutralidade na criação de leis e reforça esse sentido ao afirmar que a “sociedade é estruturada por homens e para homens”. Como estratégia argumentativa, o sujeito do discurso ainda inclui o dado de “5,5 milhões de crianças sem o nome do pai no registro”, mobilizando a memória discursiva feminista que denomina essa falta como aborto masculino, como podemos observar na postagem da página NMK referente a F3. O dado sobre o número de crianças sem o nome do pai no registro produz consiste num gesto de interpretação de denúncia da hipocrisia dos antiabortistas, que defendem apenas os fetos, mas não as crianças criadas sem pai, evidenciando uma sociedade

estruturada pelo patriarcado, de homens para homens, mesmo que eles não assumam suas responsabilidades.

A F3 traz texto e imagem que também refletem as relações de poder que estabelecem no social as diferenças entre os sexos e, conseqüentemente, estabelecem a autonomia através das diferenças entre os corpos. Na F3 essa diferença é adjetivada como “hipocrisia”, elevando ao patamar da desonestidade das amarras culturais sobre o corpo. Para o sujeito do discurso, essa hipocrisia se estabelece nas desigualdades sociais impostas entre “pessoas que tem útero” daqueles que “não tem”. Nesse viés, o sujeito evidencia a desigualdade de tratamentos entre mulheres e homens através do recorte de gênero, uma vez que coloca na categoria homens que se beneficiam nessa perspectiva apenas os cisgêneros, ou seja, que não possuem útero, e evidencia que homens trans também não tem autonomia sobre seus corpos, pois também possuem útero.

Essa diferenciação (cis e trans), proposta através da oração coordenada conclusiva (“O homem cis não tem útero, logo não sofre a regulação do seu corpo”), demonstra como a regulação da reprodução age sobre o corpo de quem possui capacidade reprodutiva, vista pela FI patriarcal como exclusividade feminina, mas constituída pela posição feminista interseccional como possibilidade para o homens trans. Logo, a produção de sentidos da formulação questiona a sociedade patriarcal no que concebe como homem e mulher, aquele que tem ou não tem um órgão, e mostra que o social, assim como o jurídico, age sobre as mulheres cis e sobre os homens trans, em relação ao aborto, da mesma forma. O âmbito jurídico é caracterizado como feito por homens cis e para homens cis, constituindo um *efeito de desigualdade jurídica* entre homens cis e pessoas que tenham útero.

A F4 mobiliza novos sentidos para autonomia do corpo ao trazer para a discussão a questão da individualidade que a luta sobre o aborto legal produz. Nela o sujeito do discurso traz à superfície do texto a necessidade de se pensar o aborto também, mas não somente, sobre o prisma da liberdade individual, colocando essa individualidade através da imagem trazida pela postagem. A imagem complementa o sentido da legenda simulando um diálogo sobre a liberdade individual (“– Mas eu sou contra o aborto. – Então não aborte, mas respeite quem queira”). Dessa forma, os sentidos do aborto enquanto luta coletiva são evidenciados também como componentes das singularidades do indivíduo, mas também do respeito pelo posicionamento do outro. Ao resgatar a afirmativa contrária ao aborto, o sujeito do discurso reivindica os sentidos da memória sobre o aborto que coloca a opinião como lugar superior de discussão sobre o aborto, subtraindo e negando os dados sociais sobre a mortalidade e sobre o direito ao corpo pelo sujeito mulher.

Como podemos ver, a posição interseccional, nas postagens, mobiliza outros sentidos sobre o aborto e o corpo do sujeito mulher. Pelo debate sobre a estrutura social que designa o ser homem e ser mulher, denunciando como essas diferenças agem sobre o corpo do sujeito mulher, seja ela cis ou trans, em detrimento do corpo masculino cis, que não passa por essas regulações. Nesse recorte, não temos a indicação das questões de classe e raça que envolvem essa construção da autonomia do sujeito sobre o corpo, mas é recuperada a questão de gênero, mobilizando os sentidos da interseccionalidade.

6.2.2 A posição marxista

A posição marxista recorre ao efeito de oposição entre homem e mulher para debater a autonomia sobre o corpo, como observaremos a partir da figura 11.

FIGURA 12: Materialidades discursivas sobre a defesa da legalização do aborto da posição marxista



Fonte: Página *Feminismo sem demagogia-original*, abril-2019.

Destacamos da Figura 12 as formulações para análise da seguinte rede que compõem a SD22:

SD22:

F1: “**Se os homens parissem, o aborto seria legalizado há muito tempo, e no mundo todo!**” (Dr. Drauzio Varella).

F2: **Hey homem!!! sim você mesmo, você que é contra o aborto, nós temos a solução para você!!! FAÇA VASECTOMIA**

A primeira formulação (F1) da SD22 traz à superfície do texto a oposição entre homem e mulher ao defender a descriminalização do aborto. O discurso é construído através da fórmula hipótese-consequência, na qual a primeira se constitui por meio da introdução da conjunção condicional “se” (“Se os homens parissem”), exprimindo o sentido de condição e produzindo o *efeito hipotético*, ao ser colocada no início da oração, para o que será exposto logo depois (“o aborto seria legalizado há muito tempo e no mundo todo”). A formulação explicita dessa maneira a lógica histórica que nos faz concluir que se os homens fossem capazes de parir, o aborto seria legalizado. Essa construção mobiliza o *efeito de oposição* entre homens e mulheres, como podemos ver na posição anterior, ao evidenciar que, para o sujeito enunciador, a criminalização do aborto não se trata da vida do feto, mas por ser tratar do corpo do sujeito mulher.

Esse *efeito de oposição* traz à superfície a dualidade entre corpos que se estabelece no social, em que corpos masculinos tem domínio sobre si, enquanto corpos femininos não. Os homens dispõem de seus corpos, as mulheres não. Eles têm o poder de escolha, elas não. Esse efeito de espelhamento, que demarca possibilidades para os homens em contraponto as impossibilidades impostas para a mulher, margeado por aquilo que não é dito, produz uma identificação específica para o sujeito homem, aquele que dispõe do próprio corpo segundo suas vontades, e outra para o sujeito mulher, aquela que não dispõe do próprio corpo segundo suas vontades.

Dessa forma, a oposição se constrói sobre pares como: homem x mulher, autonomia x submissão, legalizado x criminalizado, completude x instrumento. O sujeito homem é então constituído por sua autonomia e por sua completude ao não ser constituído enquanto objeto, mas como fim em si mesmo. Já o sujeito mulher é constituído pela submissão às vontades outras (do patriarcado), a criminalização (do aborto, da escolha, do seu corpo), e por ser instrumento (para reprodução, para o patriarcado), meio para algo e não fim em si mesmo.

A formulação produz um *efeito de autoridade* ao utilizar a fala de um médico, famoso por sua atuação junto a causas populares, para justificar a defesa da legalização do aborto e discutir o lugar do homem na sociedade em relação a reprodução. A formulação produz também um efeito de verdade no uso de “há tempo” e “mundo todo”, (“seria legalizado há muito tempo, no mundo todo”), demonstrando que essa relação de desigualdade

de gênero não é exclusiva da realidade brasileira, mas de todo mundo e que se trata de uma construção histórica, não uma característica estritamente contemporânea.

Na F2, o sujeito do discurso evidencia, logo no início da formulação, que o foco são os homens, não todos, mas aqueles que são “contra o aborto”, para que reflitam sobre o seu papel no debate sobre sua legalização, convocando-os de forma irônica a fazer “vasectomia”, cirurgia para contracepção masculina. A partir da ironia, a formulação produz sentidos acerca da recusa pela autoridade masculina sobre o corpo da mulher, apontando para o homem a responsabilidade na prevenção.

Esse efeito de responsabilização é retomado pela memória discursiva do movimento feminista que coloca a mulher como única autoridade sobre seu corpo e a divisão da responsabilidade sobre a contracepção entre homens e mulheres, outorgando ao homem lugar no processo de reprodução e, conseqüentemente, subvertendo a ideologia patriarcal (SCAVONE, 2010). Nos lembra Scavone (2010) que a ascensão da pílula anticoncepcional produziu efeito de sentido de liberação para os homens do uso do preservativo, lhes retirando a responsabilidade na contracepção que esses métodos haviam atribuído com o tempo.

Observamos assim que a oposição homem *versus* mulher permeia a discussão sobre a autonomia do corpo. Em nosso recorte dessa rede a categoria raça, classe ou gênero não são mobilizadas, ao contrário do que vimos na primeira rede da posição marxista, em que se tem classe e raça como vieses importantes para se entender o discurso-outro sobre a legalização do aborto.

6.2.3 A posição liberal

Nossa última posição acerca da constituição da autonomia do corpo do sujeito mulher através do efeito de defesa da legalização do aborto – a posição liberal das páginas EDM e VF – mobiliza os sentidos de oposição entre a construção histórico social do corpo feminino e masculino, mas mobiliza outros sentidos acerca dessa constituição.

FIGURA 13: Materialidades discursivas sobre a defesa da legalização do aborto da posição liberal

Ventre Feminista
1 de dezembro de 2016

"Ou seja, TEM ABORTO LEGALIZADO no Brasil, mas é uma arte, um hobby da classe média, dos brancos com colágeno em dia"

Anderson França
1 de dezembro de 2016

Daí que se homens engravidassem, teria a opção "ABORTO" em caixa 24 horas, logo abaixo de "Saque Conta Corrente".

Se fosse com homem, a Prestobarba ia vender um raspador de plástico, descartável, com A CARA DO NEYMAR NA EMBALAGEM, pro próprio cara raspar o feto fora, por 2 reais.

Disponível em drogas ou na fila do mercado, aquela porra daquele curral que eles fazem com troço pendurado pra tu "passar o tempo" comendo chocolate, bata, chicle, cheetos, até sangrar no caixa todo limite do cartão, se ainda tiver.

Compra doce, compra as revista com a vida da atriz, o capítulo da novela e o RASPMATCH 3, raspador de feto até 12 semanas, com 3 lâminas e que depois também promove um barbear perfeito do saco.

E ia ser OK.

Propaganda com Neymar, Messi e qualquer outro foidaputa, com camisa do Barcelona, uma bola de futebol debaixo do braço e fim dos problemas da gravidez indesejada.

Mas os senhores deputados, entendem que o feto não pode ser abortado. Daí nasce...

Nasce para ser subcidadão de um subpaís. Subcriança, de uma subfamília, num sublugar. Subvinte, subitino, na subescola. Subhumano, porque é preto.

vai pra rua, sub urbano, como consequência da subexistência, se joga no subdestino.

Aí vagabundo amarra num poste.

E agora sim, TÁ BOM PRA MATAR.

Bora reduzir maioria penal.

Se ele escapar, a gente leva o Delivery de Morte, a subpolícia, o BOPE.

o Subtenente, representando a subjustiça, larga o ferro no agora adulto.

Porque bandido bom é bandido subvivo.

Então a gente apoia o aborto, mas faz ele quando o feto já anda. E quando já não sabe mais porque tá aqui.

Então a gente olha pra ele e diz:

"Tá vendo? Esse preto. Tem que morrer. Lota o 47crack pra vir em nossa Copacabana robar nossas filha."

Ou seja, TEM ABORTO LEGALIZADO no Brasil, mas é uma arte, um hobby da classe média, dos brancos com colágeno em dia, carnívoros ou veganos, porque o que difere um branco rico que come carne de um que é vegano e faz yoga,

Ventre Feminista
28 de setembro de 2015

28 de setembro - Dia da luta pela descriminalização do aborto na América Latina

219 2 comentários 40 compartilhamento

é que aquele pede pra matar e o outro apenas dá as costas pra meditar.

Chamam egoísmo de "espiritualidade".

A espiritualidade do Se Fode Aí.

Se fode aí que eu tô aqui ouvindo discurso de Prem Baba.

Branços. Adoram indianos.

Então a gente engorda porco, peru e preto. Tudo com F.

O preto, no caso, a gente não engorda, só deixa ele se fuder em etapas. Aí, com 18 anos, já viveu demais. Já dá pra mandar 111 tiros no lombo, que a carne dele guenta. Já dá pra entrar com a subpolícia da Cidade de SubDeus, e matar na beira do rio, pra depois fazer foto em rede social.

Já dá pra fazer subdiscurso no facebook, porque os defensores são subintelectuais.

Tem aborto, mas não mata agora não, deixa nascer, comer o pão que o diabo amassa com o cu, ficar com a alma marcada de porrada de angústia, aí DEPOIS disso tudo, depois de matar por dentro, a gente mata por fora.

A família tradicional brasileira. Não tem como levar a sério um povo que vê no comercial da Coca-Cola um exemplo de família.

Não tem como levar a sério, na real, esse povo.

A gente precisa desse personagem, o bandido construído, pensado, projeto pelos arquitetos sociais brasileiros, os legisladores, colorido e aromatizado artificialmente, sabor racismo.

A gente precisa construir o ladrão, pra gente se sentir honesto, na igreja, aos domingos.

Brasileiro tem problema com a morte.

A gente precisa desse personagem marginal, pra matar, pra culpar de todos os problemas, pra dar tiro nele, a gente precisa, a gente tem sede do sangue do cara, sem ele, a gente descobre que nós é que somos o problema.

E olha que divirjo dos meus irmãos protestantes e evangélicos, sem falar dos meus primos católicos, e dos parentes distantes judeus e muçulmanos, porque eu penso que o Estado

não tem que se meter na decisão das pessoas.

Ah, mas tem que manter vivo, porque a vida é dom de Deus.

Aí o sujeito nasce. Aí você lê o post de novo.

E se tem bom senso, vai preferir abreviar a dor do sujeito.

E nem que todos sejam pretos. E nem que fossem.

Porque também, e principalmente, é sobre a mulher. Quem pare.

E se não quer parir, e se não dá, e se não QUER, oi, QUERER, apenas, abraço.

417 17 comentários

Empodere Duas Mulheres
28 de setembro de 2015

"A culpa da gravidez indesejada sempre recai sobre a mulher, principalmente por causa do moralismo que ainda permeia a sociedade quando falamos sobre a sexualidade feminina. Numa sociedade com um machismo vigente, a sexualidade feminina só é vista como existente se acessória da masculina, sendo o desejo sexual feminino considerado inexistente, coloca-se como dever da mulher 'se preservar'. Essa lógica machista e slutshammer reflete também na lógica responsabilização apenas da mulher quando se fala em gravidez indesejada. Dentro desse contexto, responsabiliza-se apenas a mulher porque não se espera que ela não deseje ter filhos e que a sexualidade dela exista sem ser no âmbito familiar. E essas mulheres que não são vistas como castas, conforme a lógica machista, merecem a gravidez indesejada e, para alguns mais sádicos, até a morte decorrente do aborto clandestino como uma punição. Em uma cultura falocêntrica em que o prazer da mulher é visto como algo secundário, punir a mulher com uma gravidez indesejada faz parte de uma estratégia de manutenção do patriarcado. Obrigar a mulher a levar uma gravidez indesejada adiante é um ato de tortura, é querer justificar um erro com outro (dizem que toda mulher sabe se proteger, e a que não se protege é vista como alguém que precisa ser punida por isso, e a gravidez é vista, justamente, como um punição). O processo de culpabilização ignora que todos os métodos contraceptivos têm margem de falha e que a mulher não é a única responsável pela gravidez e nem pelo possível fruto dela".

Gente que sabe que a legalização do aborto é uma questão de saúde pública.

REVISTAFORUM.COM.BR

O moralismo da frase "se não quer engravidar, não transe" - Ativismo de sofa

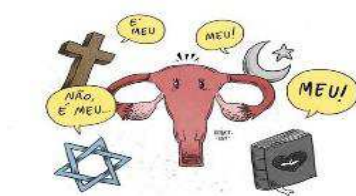
Sobre este site

A partir das materialidades expostas na figura 13, recortamos a seguinte rede de formulações que compõem nossa próxima sequência discursiva.

SD 23:

F1: Daí que **se homens engravidassem, teria a opção “ABORTO” em caixa 24 horas**, logo baixo de “Saque Conta Corrente”. **Se fosse com homem**, a Prestobarba ia vender um raspador plástico, descartável, **com A CARA DO NEYMAR NA EMBALAGEM, pro próprio cara raspar o feto fora**, por 2 reais.

F2:



F3: Numa sociedade com um **machismo vigente, a sexualidade feminina só é vista como existente se acessória da masculina**, sendo o desejo sexual feminino considerado inexistente, coloca-se como dever da mulher se preservar. Essa lógica machista e slutshammer reflete também na lógica da **responsabilização apenas da mulher quando se fala em gravidez indesejada**. Dentro desse contexto, **responsabiliza-se apenas a mulher porque não se espera que ela não deseje ter filhos** e que a sexualidade dela exista sem ser no âmbito familiar. **E essas mulheres que não são vistas como castas, conforma a lógica machista, merecem a gravidez indesejada** e, para alguns mais sádicos, até a morte decorrente do aborto clandestino como uma punição.

Os sentidos de autonomia do corpo da mulher por meio da defesa da legalização do aborto são constituídos na posição liberal pelo efeito de oposição entre o corpo do sujeito mulher e do sujeito homem como lugar de percepção das relações de poder presentes no sistema patriarcal e retomadas pelos discursos sobre o aborto.

Esse efeito de oposição, que já mencionamos, pode ser observado na formulação 1 da SD 23. Nela, o sujeito do discurso feminista articula sua posição pela retomada de um texto publicado por um outro sujeito. Nele, o sujeito autor, por meio da ironia, utiliza-se do sarcasmo (CHERUBIM, 1989) para tecer uma crítica mais provocativa acerca do poder socialmente construído para o homem sobre seu corpo. Na F1, o sujeito autor retoma a fórmula hipótese-consequência (“se homens engravidassem, teria a opção “ABORTO” em caixa 24 horas), semelhante a que vimos na página FSD na sequência 22. Apesar da hipótese ser construída através da inserção da conjunção condicional ‘Se’, como na F1 da SD 22, a sua consequência recruta novos sentidos para compor essa oposição.

O recurso da ironia pelo sarcasmo, levado ao máximo nessa construção discursiva representada pela F1, mas que percorre todo o texto compartilhado, coloca a possibilidade do aborto, caso homens engravidassem, pelo efeito da facilidade (“teria a opção “ABORTO” em caixa 24 horas”). O sujeito intenta através dessa relação parafrástica entre aborto e transação bancária mostrar a facilidade que o sujeito homem tem de realizar suas vontades nessa relação de poder patriarcal estabelecida na sociedade que criminaliza o aborto. Para o sujeito, o aborto seria tão fácil, tão rotineiro e tão simples quanto sacar dinheiro em um caixa eletrônico.

Ainda na fórmula hipotética de construção discursiva, o sujeito mobiliza os sentidos de um discurso comercial para reafirmar esse efeito de facilidade que o homem teria sob seu corpo. Novamente inicia seu texto pela conjunção condicional se (“se fosse o homem”), retomando a hipótese inicial, e continua com a consequência “a **Prestobarba** ia vender um raspador de plástico **descartável**, com **A CARA DO NEYMAR NA EMBALAGEM**, **pro próprio cara** raspar o feto fora, **por 2 reais**”. Percebemos que o sujeito, recorrendo a marcas linguísticas que produzem sentidos de facilidade para o homem caso ele abortasse (“descartável”, “pro próprio cara” e “2 reais”) são usados para fortalecer os sentidos produzidos anteriormente pela paráfrase bancária. Aqui, o sujeito autor não só tece sua crítica sobre a autonomia corporal do homem, mas como ela é representada na mídia consumista (“Prestobarba”, “Neymar na embalagem” e “2 reais”).

O sujeito utiliza nome da marca de lâminas de barbear para homens (Presto barba), produzindo o efeito metonímico, para evidenciar os produtos feitos tipicamente para esse público, assim como a propaganda realizada para ele. Ao colocar o Neymar – jogador de futebol em alta no ano da postagem em 2016 e bastante requisitado para propagandas comerciais –, o sujeito aciona os sentidos do capitalismo como base da estruturação social que diferencia os corpos femininos e masculinos. O aborto seria, além de facilitado, propagado como recurso para os homens, e ainda teria como representante nomes importantes para difundir como fazê-lo. A F1 retoma o imaginário sobre o sujeito mulher que aborta construído pela FI patriarcal pela desconstrução da negatividade e reconstrói uma nova forma de identificação fora do eixo da anormalidade para o sujeito mulher que aborta, por aquilo que não é dito na formulação, mas que se faz presente nela.

Na esteira da problematização da autonomia do sujeito mulher sobre o próprio corpo em relação ao aborto legal, a página VF mobiliza a linguagem visual através de uma imagem, para debater a interferência sobre o corpo do sujeito mulher. Na imagem, o desenho de um útero é rodeado por símbolos religiosos: a cruz e o livro com o símbolo da Igreja Universal, representando o cristianismo católico e protestante; a Estrela de Davi, representando o

judaísmo; e a lua crescente com a estrela, representando o islamismo. Ao mobilizar os recursos imagéticos e linguísticos (símbolos religiosos, o útero e a frase “É meu”), a formulação denuncia a subordinação do corpo do sujeito mulher, pelo efeito metonímico no uso da imagem do útero, as diversas religiões que condenam o aborto.

A formulação aborda as diversas religiões em todo o mundo que se posicionam contrárias ao aborto legalizado. No Brasil, algumas têm lutado pela criminalização do aborto em todos os casos, incluindo os três casos já previstos em lei no país. Desde a constituinte de 1988, a Igreja Católica em conjunto com pentecostais conservadores e aliados a alguns espíritas tem lutado para que o princípio da inviolabilidade do direito à vida abarque o conceito de vida desde a sua concepção (ROCHA, 2009; BASTERD, 2009). Temos ainda a Frente Parlamentar Evangélica, criada em 2003, no Congresso Nacional, que possui parlamentares ligados à diversas religiões, com pautas também diversas em relação aos direitos sexuais e reprodutivos femininos, dentre elas o aborto. É importante ressaltar, que mesmo nessa Frente Parlamentar algumas opiniões divergem entre si quanto ao aborto, uma vez que a Igreja Universal do Reino tem se posicionado publicamente favorável a legalização (BIROLI, 2018).

Como podemos ver, historicamente a religião tem, juntamente com o Estado, imposto padrões acerca do corpo do sujeito mulher. Segundo Biroli, a medicina e a religião vêm formulando “há vários séculos padrões de referência, sanções e estratégias para a produção de sujeitos cujos corpos e comportamentos correspondam à “normalidade” delimitada por discursos de verdade” (2018, p. 147). A religião tem tido papel importante na manutenção da criminalização do aborto e no estabelecimento do imaginário sobre o sujeito mulher que aborta.

Na F2 o sujeito do discurso evidencia essa interferência sobre o corpo do sujeito, em que todos reclamam o poder sobre ele, produzindo o *efeito de objetificação* do corpo do sujeito mulher e reduzindo-o a um útero sadio. A posição feminista reivindicada pela página defende a autonomia do sujeito mulher sobre esse corpo, independente de religião e qualquer outra forma de restrição.

A F3 recruta sentidos já mobilizados em outras SD (21 e 22), como a estrutura patriarcal produtora da desigualdade dos corpos (“um machismo vigente, a sexualidade feminina só é vista como existente se acessória da masculina”), trazendo a sexualidade feminina como também silenciada por essa estruturação de poder e a gravidez indesejada como punição pelo exercício da sexualidade tida como irresponsável. Contudo, a formulação traz novos sentidos a partir do questionamento da responsabilização do sujeito mulher pela

gravidez (“responsabiliza-se apenas a mulher porque não se espera que ela não deseje ter filhos”).

O sujeito do discurso questiona *o efeito de naturalização* do desejo materno como intrínseco a mulher e ao mesmo tempo como falta no homem. Dessa forma, ao enunciar que não se espera que ela não deseje ter filhos, o sujeito mobiliza um dizer-outro, o da impossibilidade de uma mulher não quere ser mãe, externo a FD feminista, para mostrar como a discussão do aborto aciona sentidos divergentes para desestabilizar o argumento ao qual se opõem. O sujeito do discurso, desse modo, mobiliza a FD machista e religiosa (“não espera [...] que a sexualidade dela exista sem ser no âmbito familiar”) para demarcar a criminalização do aborto como algo que vai além da defesa do nascituro, mas como exercício do poder dominante sobre o corpo do sujeito mulher e sua subordinação.

Ao longo da análise sobre o efeito de defesa da legalização do aborto, observamos que as páginas feministas, nas três posições assumidas, evocam os sentidos de preservação da vida do sujeito mulher e a autonomia sobre seu corpo. A identidade construída no entremeio da ideologia patriarcal e religiosa sobre o corpo do sujeito mulher é desconstruída, mostrando que o debate sobre o corpo do sujeito é e deve ser público, para que, através das normas legais e da desconstrução de regras e preceitos morais e sociais, o poder de decisão sobre como e o que fazer com ele seja uma decisão individual do sujeito mulher. Através dessa desconstrução, o discurso feminista das páginas procura moldar uma nova forma de identificação para o sujeito, dirigindo-se para a construção de outras identidades possíveis além das impostas pelo discurso dominante.

Dentre as novas possibilidades está a da mulher que dispõe de seu corpo, de sua autonomia e individualidade, sem a interferência religiosa e estatal sobre o corpo do sujeito mulher quanto à experiência da sexualidade e da capacidade reprodutiva. Dessa forma, as posições interseccional, marxista e liberal se estabelecem na perspectiva da identidade de projeto (CASTELLS, 2018), pois trabalham a (re)construção de novas formas de identificação para o sujeito mulher para além das estabelecidas pela FI patriarcal quando abordam a questão da sexualidade e dos direitos reprodutivos. O discurso feminista das páginas se configura como resistência e luta contra o sistema patriarcal e pela desarticulação política, ideológica e social da opressão que incide sobre o corpo do sujeito mulher e de sua capacidade reprodutiva.

No próximo capítulo, abordaremos a rede de formulações sobre a problematização da cultura do estupro como uma das formas de violência sustentadas pelo patriarcado e os sentidos que esse tipo de violência mobiliza sobre o sujeito mulher.

7 DESCONSTRUINDO A VIOLÊNCIA SOBRE O CORPO: REFLETINDO SOBRE A CULTURA DO ESTUPRO

A cultura do estupro é um conceito que vem sendo bastante utilizada no feminismo digital. Ela é classificada como uma forma de violência sobre o corpo que está alicerçada na desigualdade das relações de gênero. Segundo a ONU (2016) o termo é usado para identificar as formas usadas para culpar as vítimas de assédio sexual e normalizar o comportamento sexual violento dos homens. Já para Sousa (2017, p. 13) é referente “ao conjunto de violências simbólicas que viabilizam a legitimação, a tolerância e o estímulo à violação sexual”. As duas acepções trazem em comum a questão da violência sexual e simbólica como forma de perpetuação de comportamentos que, pela repetibilidade, são normalizados no social.

A violência simbólica é um conceito importante nessa rede de sentidos, pois, entendida como “disposições modeladas pelas estruturas de dominação que as produzem” (BOURDIEU, 2019, p. 75), a configuração dessa violência só pode ser desfeita a partir de uma ruptura radical das condições sociais que as produzem. Para Bourdieu (2019), as condições para produção da violência simbólica são mantidas pela produção da cumplicidade das vítimas da dominação com os dominantes, que leva os dominados a adotarem, sobre si e sobre os dominantes, a perspectiva do dominador. Desse modo, para se romper com a estruturação de um tipo de violência como a simbólica é preciso compreender como acontece sua estruturação e como ela é assumida no social também pelo sujeito submetido a essa violência.

As páginas feministas do facebook, quando produzem o efeito de denúncia da cultura do estupro, problematizam os sentidos dessas estruturas e das práticas sociais que as sustentam. Ao trabalhá-las, as páginas produzem sentidos para além do político. Os sentidos para o corpo do sujeito mulher no discurso da cultura do estupro, na ideologia patriarcal, é desestruturado pelo efeito pedagógico, como pensado por Giroux (2003) ao abordar as práticas pedagógicas, de que falamos no capítulo 2. Essas práticas evidenciam o processo de educação dos sujeitos sociais, através de um “processo contínuo, mais estratégico, por assim dizer, de mediar/acomodar/desafiar as relações de poder existentes” (GIROUX, 2013, p. 121). Logo, esse processo visa a eliminação dessas práticas no social por meio da educação dos sujeitos sociais. O caráter pedagógico se torna mais presente nessas postagens sobre a cultura do estupro, pois se tornam o objetivo principal do sujeito enunciador ao abordá-la.

Ao analisarmos a presença do efeito de denúncia da cultura do estupro nas páginas que compõem nosso *corpus* percebemos que se estabelece o questionamento das violências simbólicas e das relações de poder que as produzem, problematizando-as e mostrando quais se podem ser caracterizadas como pertencentes a esse grupo de violência. As formulações que destacamos nessa parte da análise produzem assim a rede de *problematização da cultura do estupro*.

7.1. A problematização da cultura do estupro

Essa rede produz efeitos de desconstrução de imagens sobre o sujeito mulher que projetam formas de violências sobre ela e que são tidas como normais pela sociedade patriarcal. As páginas retomam assim práticas sociais e discursivas que se enquadram nessa cultura e desestabilizam seus sentidos promovendo a problematização.

7.1.1 A posição interseccional

A posição interseccional traz esse efeito de problematização pelo apontamento de situações normalizadas no contexto social, mas que são constitutivas do efeito de denúncia da cultura do estupro, como poderemos ver nas materialidades da Figura 13.

FIGURA 14: Materialidades discursivas sobre denúncia da cultura do estupro na posição interseccional

TODAS Fridas
7 de junho de 2016 · 🌐

Detalhando o que é Cultura do Estupro:

A CULTURA DO ESTUPRO

A CULTURA DO ESTUPRO OU "RAPE CULTURE" É UM AMBIENTE ONDE A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA AS MULHERES É NORMALIZADA E O TEMOR DE SOFRER UM ABUSO É CONSTANTE. EXISTEM VÁRIOS INDÍCIOS DE QUE VOCÊ CONHECE A CULTURA DO ESTUPRO. RECONHECE ALGUM?

SE CULPA A VITIMA TODO É JUSTO DE SE VESTIR!
MAS TAMBÉM, TAVA BEBADA. QUEM MANDOU ANDAR TOCANDO?

FAZ SE PIADINHAS COM AS AGRESSÕES SEXUAIS
Ô MUIÉ FEIA, TEM É QUE AGRADECER, POR TER SIDO ESTUPRADA.

OS ASSÉDIOS SÃO IGNORADOS

SE DEFINE O MASCULINO COMO "SEXO FORTE" **E O FEMININO COMO "SEXO FRÁGIL"**

ASSUME-SE QUE OS HOMENS NÃO SOFREM TAMBÉM COM ABUSOS. QUE EXAGERADA NEM FIZERAM NADA.
REJEITA-SE LEVAR AS ACUSAÇÕES DE ABUSO A SÉRIO

ENSINA-SE AS MULHERES A EVITAREM OS ABUSOS... ANTO ANTI-ABUSO! **...MAS NÃO SE EDUCA OS HOMENS PARA NÃO ABUSAR.**

FOTO QUE SEU DINHO PULO COBERTO DE CANGA DO MEIO DE MULHERES, PARA EVITAREM OS ABUSOS EM TRANSPORTES COLETIVOS

FONTE: "Rape Culture" - MARSHALL UNIVERSITY | TRADUÇÃO E ADAPTAÇÃO @PICTOLINEBRASIL | FACEBOOK.COM/PICTOLINE

469 4 comentários 204 compartilhamentos

Não Me Kahlo
2 de junho de 2015 · 🌐

A cultura do estupro existe e ela se materializa, em forma de discurso, nos comentários de qualquer notícia sobre estupro na internet.

Sobre o tema: [http://www.naomekahlo.com/...](http://www.naomekahlo.com/)

G1 RIO DE JANEIRO
19/08/2013 12h35 - Atualizado em 19/08/2013 12h36

Jovem vítima de estupro e agressão chega para depor no Centro do Rio

Vítima diz que foi levada por seis homens ainda não identificados. Após o crime, ela procurou a ajuda de policiais da UPP do São Carlos.

Lucas Marín
Quando fFUNKno texto...parei de ler, não precisa explicar mais nada.
RESPOSTAR

Jairo Gonçalves
ela tava na rua as 4: da manhã, o pai disse que pediu pra ela parar de andar tarde na rua e ela nada quem sabe agora ela toma vergonha na cara e aprende a ocupar o tempo ocioso com alguma coisa que preste...
3 RESPOSTAS

Viviane
Ela tava procurando isso... Ninguém mandou frequentar baile funk.
2 RESPOSTAS

Fábio
Não podemos desejar mal as pessoas, mas infelizmente ela colheu o que plantou. Agora não adianta ir na delegacia pois os caras já passara o "Mandrúvã roxo" nela.
RESPOSTAR

Jonas Casari
a probabilidade dela ser estuprada saindo de uma missa as 21hs e ir para casa, seria de 0,09!
1,7 mil 232 comentários 471 compartilhamentos

TODAS Fridas
24 de outubro de 2016 às 07:51 · 🌐

"Quando fotos de uma mulher nua vazam , todos ficam felizes. Quando uma mulher decide compartilhar fotos do seu próprio corpo, todos se revoltam contra ela. A nudez só é legal quando a mulher não consente porque a cultura do estupro é real" Renata Pereira Amorim

9,4 mil 101 comentários 4,3 mil compartilhamentos

**A sociedade ensina
NÃO SEJA ESTUPRADA
Ao invés de
NÃO ESTUPRE
Cultura do Estupro**

Fonte: Páginas *TODAS Fridas* e *Não Me Kahlo*, abril – 2019.

Das materialidades que compõem a figura 14, recortamos as seguintes formulações da SD 24:

SD 24:

F1: **Ensina-se as mulheres a evitarem os abusos...mas não se educa os homens** para não abusar.

F2: “**Quando fotos de uma mulher nua vazam, todos ficam felizes. Quando uma mulher decide compartilhar fotos do seu próprio corpo, todos se revoltam** contra ela. A nudez só é legal quando a mulher não consente porque **a cultura do estupro é real.**” Renata Pereira Amorim

F3: **A cultura do estupro existe** e ela **se materializa**, em forma de **discursos**, nos **comentários** de qualquer notícia **sobre estupro** da internet.

F4: A **sociedade ensina NÃO SEJA ESTUPRADA** ao invés de **NÃO ESTUPRE**. Cultura do estupro.

Na F1 percebemos o efeito de contestação e de denúncia produzidos pela posição feminista quanto à responsabilização da mulher diante de práticas que configuram como cultura do estupro. Na formulação são mobilizados significantes diretamente ligados ao ambiente pedagógico: imagens e exemplos de práticas sociais que estruturam aquela cultura. A relação entre as formas significantes “ensina-se” e “educa” marca a diferença de abordagem, no campo social comum, para homens e mulheres. Para a mulher são “ensinados” comportamentos a serem seguidos (ensina-se) e que evitariam a violência de cunho sexual; em contraponto, fala-se de da ausência do processo “educativo” para os homens (não se educa) que evitem esses comportamentos e impeçam a continuação da cultura de violência contra as mulheres.

A construção demonstra que as práticas sociais agem na responsabilização do sujeito mulher sobre seu corpo para que não sofra abusos, apagando a responsabilidade do homem abusador. A crítica se faz pela evidência de que a sociedade não age na raiz do problema (homem abusador), mas sobre a vítima (as mulheres), reiterando a violência simbólica da culpabilização da vítima. De acordo com Miranda (2017),

A culpabilização das mulheres nos casos de violência sexual é frequente e pode ser interpretada como produto de uma cultura machista que coloca a mulher com objeto do desejo e de propriedade do homem, que tem entre as formas de legitimar essa propriedade a prática da violência. Argumentos são construídos socialmente para atribuir a culpa do estupro ao comportamento das mulheres. São comuns questionamentos que visam a atribuir a culpa às mulheres, como: que roupa estava usando? Estava na rua sozinha? Qual horário estava na rua? Bebeu alguma bebida alcoólica? (MIRANDA, 2017, p. 361)

Temos então, como produto dessa responsabilização do sujeito mulher vítima, um efeito de objetificação do seu corpo, que reitera a cultura que coloca e o mantém à disposição do usufruto pelo homem independente da vontade da mulher.

Podemos ainda destacar, na F1, o efeito de evidência instaurado pelo discurso machista, que, retomando a memória da ideologia patriarcal, coloca as atitudes do sujeito

mulher como incitação do desejo sexual do sujeito homem, quando aquele assume condutas tidas como socialmente masculinas, como beber, estar sozinha à noite, entre outras. O discurso feminista desestabiliza esse efeito de evidência demonstrando tratar-se da forma como o corpo do sujeito mulher é objetificado e construído sócio historicamente.

Ainda na F1, a conjunção adversativa, “mas”, no trecho, “mas não se educa os homens para não abusar”, indica a produção de um enunciado dividido (COURTINE, 2014). No primeiro (“ensina-se as mulheres a evitarem”), mobiliza-se elementos de uma FD machista, externa à FD feminista, que coloca o sujeito vítima de estupro como culpado, pois não se comportou. No segundo (“mas não se educa os homens”), mobiliza a FD feminista para reatribuir o sentido da responsabilização pela violência para o homem e o conjunto da sociedade patriarcal.

O verbo “ensinar” junto a partícula de indeterminação do sujeito “se”, no primeiro enunciado, apaga esse sujeito que pratica a ação, abrindo possibilidades para sua complementação. Quem ensina? A sociedade, o patriarcado, os homens... Nesse sentido, o discurso da página se estabelece, nesse movimento de interpretação, na intersecção entre aquilo que a FD machista afirma (“ensina-se a mulher”) e aquilo que a FD feminista entende como principal (“educar os homens”).

A F2 traz à tona outra característica importante na discussão sobre as estruturas de poder sustentadas na cultura do estupro, que apagam a sexualidade feminina – enquanto diversidade de formas de expressão do corpo, não só pela via do sexo – e impõem o imaginário sobre o que pode ou não a mulher dentro desse campo. A nudez, uma possibilidade de expressão do corpo da mulher, é sexualizada e não recriminada dentro da ideologia patriarcal (“Quando fotos de uma mulher nua vazam, todos ficam felizes”) quando é publicizada para entretenimento masculino, principalmente quando não é consentida. No entanto, quando é da vontade mulher expor essa nudez, ela é então duramente rechaçada (“Quando uma mulher decide compartilhar fotos do seu próprio corpo, todos se revoltam contra ela”). O que pode ou não a mulher sobre seu corpo não está no seu consentimento, mas na falta dele (“A nudez só é legal quando a mulher não consente”) e em como esse não consentimento é explorado. O sujeito enunciador denuncia assim o efeito de negação, produzido pela cultura do estupro, da autonomia do sujeito mulher sobre seu corpo e sua expressividade.

Na F3 também se estabelece pela denúncia de comportamentos tidos como cultura do estupro, dessa vez pelo discurso no meio digital. O sujeito enunciador traz, na imagem da postagem, comentários retirados de uma notícia sobre estupro no portal de notícias G1. Nela a

vítima é responsabilizada, pelos sujeitos comentadores, por estar em baile “funk”, “na rua as 4 da manhã” e por não ter escutado o que “o pai disse”, sendo assim ela “estava procurando por isso”, “ninguém mandou frequentar baile funk”. A F3 aborda a língua(gem) como lugar de violência contra o sujeito mulher, ao retomar práticas sociais que responsabilizam a vítima de abuso e violência sexual. Essa responsabilização da vítima produz o efeito de violência verbal, que também está no âmbito da violência simbólica, como uma das possibilidades de violentar o corpo do sujeito mulher nessa cultura do estupro.

O uso do pronome “qualquer” na F3 demonstra que a prática discursiva violenta não acontece só em notícias de estupro especificamente, mas em qualquer uma que a se tenha acesso, não só no site do G1, mas em toda a internet. A formulação traz um efeito de disseminação produzido pelo meio digital para problematizá-lo como outra forma de violência à qual a mulher está exposta e que se configura como cultura do estupro.

Na F4 há uma retomada da fórmula expressa na F1, na qual se evidencia a responsabilização social do sujeito mulher pela violência sofrida ao afirmar como ela deve se comportar para evitar tal violência. A formulação traz duas FD em sua constituição para representar o que a sociedade (patriarcado) diz sobre a mulher vítima de violência e o homem violador. Aqui, o sujeito do discurso demarca quem seria o sujeito (“A sociedade”) que “ensina” a mulher como se comportar (“não seja estuprada”), ao contrário da F1. O sujeito homem estuprador é constituído pelo discurso-outro patriarcal sob o *efeito de apagamento da responsabilização*, de isenção de culpa. O discurso mobiliza, dessa forma, pela FD feminista, sentidos de contradição para desestabilizar o discurso da FD machista, para mostrar sua ineficiência na construção das atitudes machistas e violentas a serem seguidas por homens e mulheres.

Observamos que, na posição interseccional, a cultura do estupro é problematizada por meio da caracterização das atitudes que sustentam essa violência simbólica. O efeito de responsabilização do sujeito mulher pela ideologia patriarcal, através do apagamento da autonomia sobre seu corpo e da desresponsabilização do sujeito homem, demarca o lugar do sujeito mulher como responsável pela violência sofrida e é retomada para problematização pela posição interseccional como forma de desconstrução da identidade do sujeito mulher. A posição se constitui pela desestabilização dos sentidos que prendem a mulher nessa espiral de violência reproduzida pelo patriarcado e reclama a responsabilização do homem como mantenedor dessa estrutura. Entretanto, nas materialidades selecionadas, observamos que a questão de raça, classe e/ou gênero e como a cultura do estupro age a partir dessas

intersecções não são postas para debate, apagando sentidos importantes da interseccionalidade.

7.1.2 A posição marxista

Na posição marxista da página FSD, essa responsabilização do sujeito mulher pela violência sustentada pela ideologia patriarcal também é ressaltada pelo efeito de denúncia que as postagens assumem frente as atitudes tidas como pertencentes a cultura do estupro.

FIGURA 15: Materialidades discursivas sobre a denúncia da cultura do estupro na posição marxista



Fonte: Página *Feminismo sem demagogia-original*, abril-2019.

Para nossa análise, escolhemos duas formulações que expressam os sentidos regulares da discursividade feminista marxista sobre a denúncia da cultura do estupro para compor a SD25.

SD 25:

F1: O que é essa cultura do estupro? É todo processo cultural que faz do estupro algo natural para o homem e responsabilidade da mulher, fazendo da vítima a responsável por algo que ela não fez. Sabe quando alguém fala “ah, fica andando com essa roupa curta? Tá pedindo pra ser estuprada!”? Isso é fala da cultura do estupro. Ou quando nos ensinam a fazer coisas para evitar que isso aconteça com uma de nós? Também é!

F2: Era uma vez homens que estupravam meninas, mas para ensinar as meninas a temer, chamaram eles de lobo mau, isso chama se cultura do estupro e é real.

As duas formulações trazem a superfície discursiva a desconstrução da identidade do sujeito mulher na FI patriarcal que a responsabiliza pela cultura de violência e o apagamento do agressor. Na F1 expõe-se o caráter cultural desse processo de violência física (estupro) no qual sujeito mulher está à mercê (“É todo processo cultural que faz do estupro algo natural para o homem e responsabilidade da mulher”), mostrando também a naturalização de atitudes abusivas do homem em contraste com a culpabilidade da mulher.

O efeito pedagógico se estabelece na publicação pela construção do tipo pergunta-resposta, como se faz em uma aula ou ambiente de aprendizagem, visando informar o que seria “essa” cultura do estupro. O pronome demonstrativo (“essa”) serve como indicação de que se trata de um termo que já tem história, que já é produto de outros discursos, mas que, apesar disso, restariam dúvidas sobre como ele acontece e que seriam sanadas pelo post.

O *efeito pedagógico* continua pela inserção de exemplos do que seria essa cultura do estupro (“Sabe quando alguém fala “ah, fica andando com essa roupa curta? Tá pedindo pra ser estuprada!”?”). O sujeito do discurso usa a metalinguagem para mostrar que essa violência é construída pelo discurso e pelo *efeito de trivialidade* instituído pela discursividade da FD machista. A culpabilização da vítima, pelo modo de vestir-se, pelo controle estabelecido a roupas e comportamentos para o sujeito mulher, é retomada pela memória discursiva da FD machista como justificativa, destituindo do ato de estupro seu efeito de violência provocada pelo sujeito homem e pela sociedade patriarcal. O sujeito enunciador do discurso feminista, no entanto, ressalta que esses sentidos fazem parte dessa cultura (“Isso é fala da cultura do estupro”) e que assim, como determinadas práticas (“ou quando nos ensinam a fazer coisas para evitar que isso aconteça como uma de nós”), encerram o sujeito mulher numa cultura de violência sobre seu corpo.

A F2 mobiliza os sentidos da responsabilização do sujeito mulher (“era uma vez homens que estupravam meninas, mas para ensinar as meninas a temer”) para demarcar, através do processo parafrástico com a história da Chapeuzinho Vermelho (“chamaram eles

de lobo mau”), a exoneração da culpa do homem pela cultura do estupro. O *efeito de analogia* aproxima o homem estuprador de uma animal violento (“lobo mau”), mas ficcional, despersonalizando o sujeito que estupra, como forma de atenuar e encobrir, pelo medo irracional, o sujeito homem e apagando a crueldade e violência do ato de estupro.

Essa destituição de características humanas produz também um *efeito de excepcionalidade* sobre o estupro, colocando-o como algo que acontece por conta da anormalidade de determinado sujeito e não pelas relações sociais de poder estruturalmente machistas que dão sustentação à cultura do estupro. A discursividade da cultura do estupro é retomada pela posição marxista para criticar e problematizar as desigualdades estabelecidas pela socialização imposta para o sujeito mulher e não para o homem. Para Sousa (2007), essas

Regras de conduta, que, por sua vez, são inseridas na socialização da mulher desde o momento do nascimento, ensinando-a que tipo e tamanho de roupas vestir, que tipo de maquiagem usar, como se comportar na rua, quando e como beber, quais os horários pode sair de casa, e, assim, sucessivamente, depositando na mulher a responsabilidade sobre os atos dos terceiros contra a sua integridade sexual. (SOUSA, 2017, p. 13)

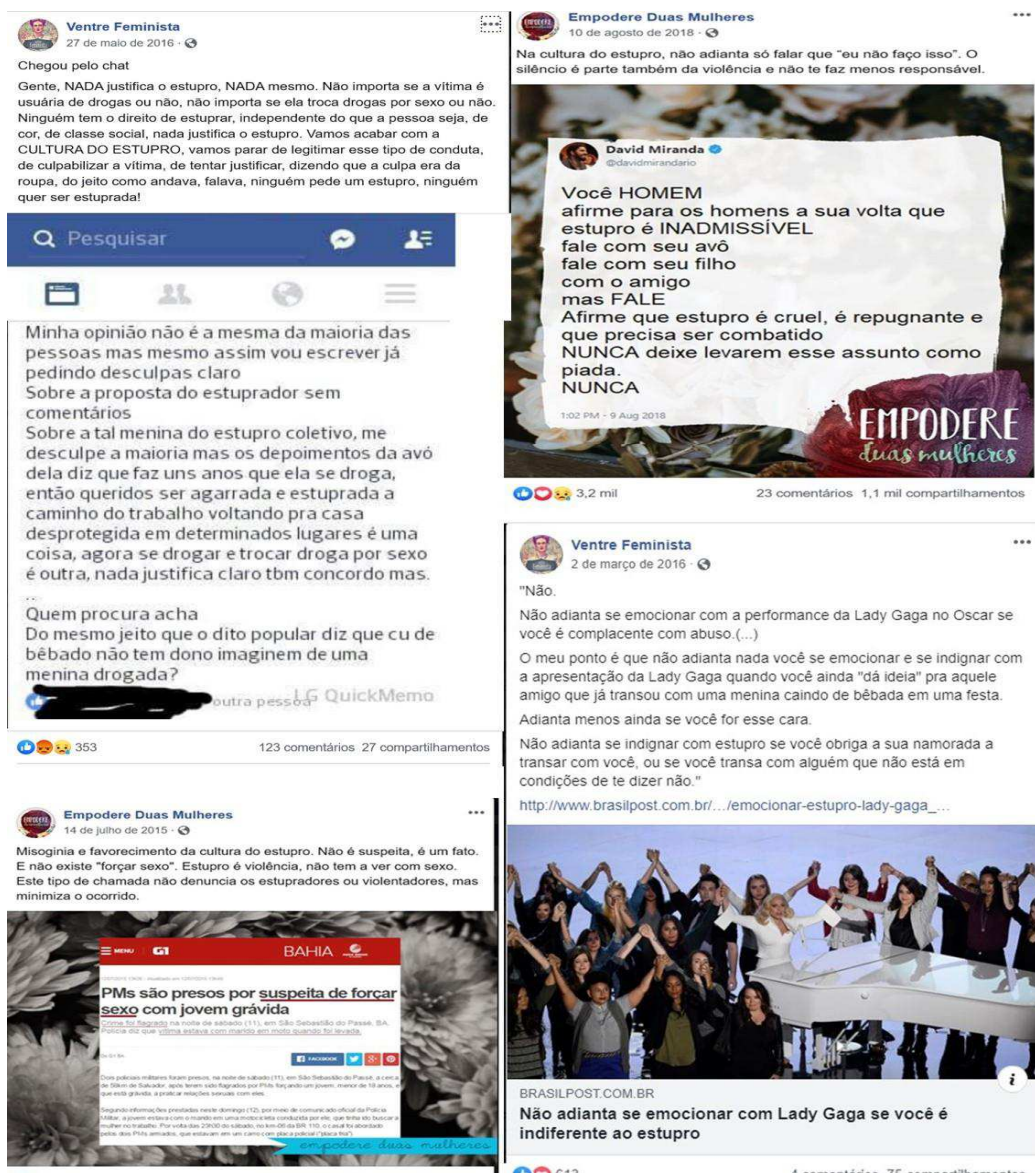
Nessa esteira, percebemos que, assim como na posição interseccional, a posição marxista de FSD retoma a cultura do estupro como construção sócio-histórica sustentada na FI patriarcal e que seus sentidos são produzidos através do confronto, da tensão entre FD distintas e antagônicas. Ao constituir sua posição, o sujeito do discurso chama atenção para a realidade da cultura do estupro (“isso chama cultura do estupro e é real”), produzindo um *efeito de verdade* para aquilo que foi exposto no seu discurso, contrapondo-se ao *efeito de falsidade* determinado para essa cultura no interior da FD machista.

A posição marxista se caracteriza pela produção dos sentidos sobre a cultura do estupro através da oposição entre o que socialmente é construído para homens e para mulheres. A responsabilização do homem estuprador como culpado pelo ato violento é o direcionamento adotado para mostrar o que seriam práticas que mantém essa cultura do estupro e para desconstruir o lugar de culpa criado pela ideologia patriarcal para o sujeito mulher. A posição marxista busca recriar uma nova forma de identificação para o sujeito que está inserido nessa cultura, o de vítima, e mobiliza os sentidos de resistência e denúncia para enfrentá-la. No entanto, nas materialidades que analisamos, o apagamento das questões de classe, raça e gênero, e como essa cultura age nessas diferentes perspectivas, afasta sentidos importantes na rede de saber da posição marxista.

7.1.3 A posição liberal

Nas postagens das páginas de posição liberal representada pelas páginas *EDM* e *VF* a *problematização da cultura do estupro* também mobiliza os sentidos de responsabilização pela violência sofrida e sustentada por essa cultura, como poderemos ver a partir da Figura 16.

FIGURA 16: Materialidades discursivas sobre a denúncia da cultura do estupro na posição liberal



Fonte: Páginas *Ventre Feminista* e *Empodere Duas Mulheres*, abril de 2019

Dessas materialidades destacamos quatro formulações para compor nossa rede de sentidos da SD 26.

SD 26:

F1: Vamos acabar com a **CULTURA DO ESTUPRO**, vamos **parar de legitimar esse tipo de conduta**, de **culpabilizar a vítima**, de **tentar justificar, dizendo que a culpa era da roupa, do jeito como andava, falava, ninguém pede um estupro**, ninguém quer ser estuprada!

F2: Na cultura do estupro, **não adianta só falar que “eu não faço isso”**. **O silêncio é parte também da violência** e não te faz menos responsável.

F3: **Não adianta se indignar com estupro se você obriga a sua namorada a transar com você**, ou **se você transa com alguém que não está em condições de te dizer não**.

F4: **Misoginia e favorecimento da cultura do estupro**. Não é **suspeita**, é um **fato**. E **não existe “forçar sexo”**. **Estupro é violência, não tem a ver com sexo**. Este tipo de chamada não denuncia os estupradores ou violentadores, mas **minimiza o ocorrido**.

Como podemos observar nos destaques de cada uma das formulações, os sentidos de responsabilização do sujeito mulher (“culpabilizar a vítima”) são retomados pela mobilização do discurso patriarcal utilizado para justificar a violência sofrida (“a culpa era da roupa, do jeito como andava”) e que produzem o apagamento da culpa do sujeito homem estuprador e das estruturas sociais que encerram esse tipo de violência. Esses sentidos são retomados para se construir a oposição entre essa rede de dizeres-outros, possíveis pela memória, e os dizeres da FD feminista, e a partir daí, constituir sua posição.

Entretanto, novos sentidos, em relação aos já trabalhados nas posições interseccional e marxista, também são produzidos nessas formulações. Um deles é a necessidade coletiva de se acabar com a cultura do estupro (“Vamos acabar com a CULTURA DO ESTUPRO”). O sujeito do discurso se coloca pela coletividade para chamar, engajar os sujeitos leitores na tomada de posição contrária a essas atitudes. O discurso é construído sob um efeito de mobilização política, acionando os sentidos da memória política e seus lemas e palavras de ordem (“Vamos acabar com Cultura do Estupro”, “ninguém merece ser estuprada!”) para constituir sua posição liberal. Em vista disso, percebemos os sentidos da individualidade que caracterizam a posição liberal sendo transpostos para o da coletividade, recrutando sentidos do coletivo para mostrar que essa cultura de violência está presente na sociedade e não pode ser admitida como escolha pessoal.

Na F2, o sujeito recruta o termo “discurso” para evidenciar o que está no âmbito das práticas linguísticas/discursivas e que funcionam na constituição do discurso da cultura do estupro. Para esse sujeito, não basta falar “eu não faço **isso**” – sendo o pronome destacado o referente de estupro –, é preciso mais do que falar. O silêncio, enquanto ausência de dizer, colocado pelo sujeito que se diz não estuprador como demonstração de não ser favorável ao estupro, produz outros significados. Não tomar posição, através do silenciamento do dizer, já é uma tomada de posição, segundo o sujeito enunciador (“O silêncio é parte também da

violência e não te faz menos responsável”). Esse silêncio é então significado como omissão em relação à denúncia da cultura do estupro.

O sujeito do discurso retoma na sua posição os sentidos produzidos pela imagem da postagem, um recorte de twitter do deputado Davi Miranda, que traz uma em sua posição-sujeito sugestões de como o homem pode se posicionar diante dessa cultura, falando para “avô, filho, amigo” que o estupro é “cruel”, “repugnante” e “que precisa ser combatido”. Dessa forma, o sujeito do discurso feminista mobiliza o posicionamento de um sujeito homem para acionar os sentidos de importância que a fala/discurso contrário a cultura do estupro assume no contexto de combate a essa violência. Para o sujeito enunciador não basta não fazer é preciso se posicionar contrário, pois o silenciamento também é uma forma de violência. Ao retomar o discurso de um homem sobre o estupro, o enunciador demarca a posição a ser ocupada, no interior da FD feminista, pelos homens ao se falar no assunto, como aliados na desestabilização da estrutura machista que sustenta a cultura do estupro.

Já F3, o sujeito do discurso reclama os sentidos de autonomia do sujeito mulher sobre seu corpo ao mobilizar os sentidos de (não) consentimento atrelados à cultura do estupro. Nessa cultura, segundo Sousa (2017), o imaginário construído para o sujeito homem estimula-o a aproveitar as diversas oportunidades “de consumação sexual, e, que, muitas vezes, as mulheres que dizem não apenas o dizem porque são ensinadas a não dizer sim na primeira vez, e que cabe a eles ‘transformar’ aquele não em um sim” (SOUSA, 2017, p. 13). Desse modo, na ideologia patriarcal, as vontades do sujeito mulher são colocadas em detrimento das do homem (“se você obriga a sua namorada a transar com você ou se você transa com alguém que não está em condições de te dizer não”), ressaltando-as como resultado da “natureza” sexual masculina. O sujeito enunciador da F3 amplia, dessa forma, os sentidos para o estupro, demonstrando como ele é naturalizado e desfazendo analogias que despersonalizam o sujeito estuprador como forma de atenuação das atitudes violentas.

Os sentidos de consentimento do sujeito mulher, assim como o livre exercício da sua sexualidade, são usados na F4 para expor essa contradição entre comportamentos estabilizados como determinados socialmente para homens e para mulheres. A formulação recruta o termo “misoginia” para acionar os sentidos de repulsa e aversão às mulheres para mostrar como a cultura do estupro se dá no discurso midiático da FI patriarcal. O sujeito retoma uma manchete de jornal da página G1 (“PMs são presos por suspeita de forçar sexo com jovem grávida”) para mostrar que, através da troca dos termos “estupro” por “forçar sexo”, o sujeito autor da reportagem “minimiza o ocorrido”, tornando-o menor, menos representativo e retira da prática o seu efeito de violência sobre o corpo.

Outro efeito de atenuação é ressaltado na formulação por meio do uso do termo “suspeita”, questionado pelo sujeito enunciador feminista. O uso frequente desse termo em reportagens e notícias que tratam da violência contra a mulher é alvo de discussões dentro do movimento feminista por constituir-se como invalidação da fala e da violência sofrida pelo sujeito mulher. Miranda (2017), ao analisar o discurso midiático sobre a violência de gênero, ressalta, entre outras coisas, que

A mídia estimula essa situação quando produz uma notícia sensacionalista e com viés machista ao invés de tratar a questão de forma mais aprofundada e crítica. Nos casos de violência contra a mulher, observa-se uma ausência de informação social relevante: os casos são tratados como se fossem casos policiais individuais, e não como uma problemática que está ancorada na sociedade, na cultura e na história. Quase nunca existe uma cobertura sobre o julgamento do agressor quando este chega a receber punição (MIRANDA, 2017, p. 361).

Podemos perceber, na F4, que, ao confrontar a manchete do jornal, a crítica feita pela página *EDM* coloca os termos “suspeita” e “forçar sexo” no âmbito do discurso machista, ao promover outra forma de violência sobre o sujeito mulher. O sujeito do discurso feminista da F4, ao utilizar os termos “misoginia” e “favorecimento da cultura do estupro”, classifica a mudança das marcas linguísticas (“estupro” por “forçar sexo”) como efeito ideológico, mostrando um posicionamento do discurso midiático conivente em relação a violência sexual contra mulheres.

Como podemos ver, a posição liberal problematiza as estruturas sociais e discursivas que favorecem a manutenção da cultura do estupro, evidenciando os sentidos que compõem essa rede. Notamos, porém, que, nas postagens analisadas, não há discussão sobre as questões de raça, classe ou gênero e o modo como elas atravessam a cultura do estupro. Entretanto, essa falta não apaga o efeito liberal da página, uma vez que a discursividade sobre a cultura do estupro se estabelece na rede de sentidos possíveis para a posição feminista liberal.

Diante da análise, notamos que, nas postagens relativas às três posições feministas de nosso corpus, o funcionamento discursivo sobre a *problematização da cultura do estupro* acontece por meio do confronto entre FD distintas e antagônicas. Esse processo discursivo estabelece a necessidade de que efeitos de sentido cristalizados na FD machista, como a responsabilização do sujeito mulher pela violência sofrida, a interdição à livre vivência de sexualidade e suas expressões, o controle sobre suas roupas e comportamentos do sujeito mulher responsável pela violência sofrida, sejam desconstruídos para constituir uma nova posição para o sujeito mulher constituída por sentidos de autonomia e liberdade sobre seu corpo e de uma ordem social que não a violenta por exercer esses atributos.

O processo discursivo identitário acerca do efeito de sentido de denúncia da cultura do estupro, desse modo, se constitui pelo movimento de desconstrução de formas patriarcais, por meio da problematização de atitudes e de sentidos para o sujeito mulher, e, conseqüentemente, a reconstrução de novas possibilidades, pela a FD feminista, seja na posição interseccional, marxista ou liberal.

EM BUSCA DE UM EFEITO DE CONCLUSÃO

Nessa pesquisa, buscamos analisar processos discursivos que caracterizam o funcionamento do lugar discursivo do sujeito mulher no feminismo digital e sua relação com processos de constituição identitária desse sujeito. Tínhamos como objetivos analisar o funcionamento do lugar discursivo feminista e as modalidades de interpelação em formulações sobre o corpo pelos sujeitos enunciadorees em páginas feministas de facebook e, aliado a isso, compreender como se constituem processos de construção, desconstrução e reconstrução de identidades do sujeito mulher.

Nesse intuito, efetuamos dois movimentos de análise. No primeiro, analisamos o funcionamento do lugar discursivo feminista em cinco páginas de facebook selecionadas de um universo 171 páginas identificadas em pesquisa exploratória. Buscando romper com determinadas formas de identificação e promovendo outras, o lugar discursivo feminista, nas páginas de facebook analisadas, é, assim, ocupado a partir de diversas posições possíveis. Em nossa análise, identificamos três delas: uma posição interseccional, composta pelas páginas *TODAS Fridas e Não me Kahlo*; uma posição marxista, através da página *Feminismo sem demagogia – original*; e uma posição liberal, pelas páginas *Empodere duas mulheres* e *Ventre Feminista*. Essas posições correspondem a efeitos de sentidos que demarcam modos de relação entre os sujeitos enunciadorees das páginas e certas regiões de saberes do (inter)discurso feminista.

O efeito interseccional se caracteriza pela filiação a sentidos que remetem à articulação no campo feminista, entre as questões de raça, gênero e classe. Nessa posição, o sujeito mulher deve ser compreendido através dessas três categorias para que sejam visibilizadas as diferentes formas de identificação para mulheres no discurso, no digital e no social. A posição interseccional compreende, assim, o feminismo como uma luta pela emancipação do sujeito mulher através da racialidade (a mulher negra, a mulher indígena, a mulher indiana etc.), da classe (a mulher trabalhadora, mulher de classe média, a mulher marginalizada etc.) e das relações de gênero (a mulher trans, a travesti, a não binária etc.) e propondo novas formas de luta contra a opressão patriarcal.

Já o efeito marxista se caracteriza pela filiação a sentidos que pensam a estrutura de classes do sistema capitalista como mantenedora da opressão de gênero. A posição se constitui pela desconstrução do sujeito mulher da ideologia capitalista e patriarcal projetando novas possibilidades de identificação. A mulher é então constituída pela identificação de classe, produzindo a posição sujeito mulher trabalhadora opondo-se à posição-sujeito mulher

burguesa, delimitando o lugar social e discursivo produzidos por diferentes formas de opressão. Dessa forma, a desconstrução do sistema capitalista seria a destruição da opressão sobre a mulher.

O efeito liberal encontrado em nossa análise liga os sentidos do feminismo e do sujeito mulher a elementos das teorias liberais. Esse efeito é construído por sentidos do empoderamento do sujeito mulher, da sororidade e da empatia entre mulheres como base de sustentação do movimento e como modo de ruptura com a FI patriarcal. A posição traz à tona os sentidos de individualidade (escolha) e do empoderamento através da rede de apoio e de solidariedade que o movimento feminista propiciaria. Esses sentidos são postos de modo abrangente, uma vez que não se discute questões de raça e classe como nas outras posições. O apagamento dessas categorias não implica a exclusão delas no interior das discussões propostas pela página, mas pode ser lido de duas formas: a primeira, colocando-as como compreendidas de modo separado ou como exteriores ao movimento; a segunda, como a não preocupação com essas demandas de forma específica, não concebendo-as como importantes para o movimento feminista.

Os efeitos produzidos pelas páginas na assunção das posições interseccional, marxista e liberal são possibilitados pela mobilização da memória, através do interdiscurso feminista e seus pré-construídos. Esses efeitos constituem, assim, modos de ocupar subjetivamente o lugar discursivo feminista. Consequentemente, refletem o lugar social feminista, tendo em vista que, como falamos no nosso capítulo 2, o lugar social é determinado pelo lugar discursivo e vice-versa (GRIGOLETTO, 2007), uma vez que o lugar social que o sujeito ocupa ressoa em seu dizer pelo movimento de identificação do sujeito com a forma-sujeito da formação discursiva ao qual se inscreve. A partir de nossa análise da materialidade significativa dos perfis das páginas, percebemos que o lugar social feminista e o lugar discursivo feminista se determinam reciprocamente.

Apesar de produzir um efeito de unidade imaginária, esse lugar discursivo feminista se constitui pela heterogeneidade de posições. Desse modo, o lugar discursivo é caracterizado pelas diversas posições que podem ser ocupadas pelo sujeito ao produzir seu dizer (GRIGOLETTO, 2007). Essas posições de sujeito, como abordamos em nossa fundamentação teórica, são constituídas pela relação estabelecida entre o sujeito enunciador e a forma-sujeito de sua FD, pela identificação ou pela contraidentificação, mas sem romper totalmente com a rede de sentidos que a determina (PÊCHEUX, 1975 [2014], GRIGOLETTO, 2007). Observamos, assim, que o lugar discursivo feminista no espaço digital se caracteriza pela

heterogeneidade de posições sujeito materializada pelas diferentes formas de identificar(-se) do sujeito mulher ao ocupar o lugar discursivo feminista.

Compreendemos, assim, o funcionamento do lugar discursivo feminista nas páginas feministas analisadas, de modo geral, pela ruptura com sentidos da FD machista e da ideologia patriarcal, filiando-se a sentidos outros que sustentam uma outra FD, a feminista. Conseqüentemente, os processos discursivos de construção, desconstrução e reconstrução de identidades se constituem pela desestruturação dos sentidos para o sujeito mulher na FD machista, rompendo com essas identificações, e projetando novas identidades filiadas a FD feminista.

As posições e efeitos identificados no nosso primeiro movimento de análise ressoam ou se rebatem nas postagens das páginas que compõem nosso segundo movimento de análise. Nele abordamos o discurso sobre o corpo e sua relação com os processos construção, desconstrução e reconstrução das identidades do sujeito mulher.

Escolhemos o discurso sobre o corpo como recorte temático de análise porque é uma questão central no movimento feminista, tendo em vista que as relações de poder numa sociedade patriarcal sobre o sujeito mulher se dá através da via corporal. O processo de desconstrução do corpo do sujeito mulher na ideologia patriarcal pelo discurso feminista é basal no feminismo. Esse processo é ressaltado pelas discussões da segunda onda feminista, ao evidenciá-lo como uma construção histórica e social que determinam os sentidos para o ser mulher em uma sociedade patriarcal, e intensificado pela terceira onda, ao mobilizar questões de gênero mais abrangentes, como o movimento trans, e acentuar o debate racial como intrínseco ao movimento feminista. Desse modo, na atualidade, no que podemos chamar de quarta onda feminista, o debate sobre o corpo do sujeito mulher também se faz presente e mobiliza sentidos, novos e antigos, para se constituir politicamente. Em consonância com essas tendências, na análise das postagens das páginas de nosso corpus, notamos que a temática corpo era recorrente nas três posições inicialmente identificadas como importante categoria de análise no processo de desconstrução e reconstrução das identificações criadas no interior da ideologia patriarcal.

Ao analisarmos as postagens de nosso corpus, organizamos os sentidos atribuídos ao corpo do sujeito mulher em três grupos temáticos: (1) *padrão normativo do corpo*, (2) *sexualidade e direitos reprodutivos* e (3) *violência sobre o corpo*.

Para cada grupo, depreendemos diferentes redes de formulações, que mobilizam diferentes efeitos de sentidos sobre o corpo do sujeito mulher.

Para o **primeiro grupo** – o padrão normativo do corpo – destacamos o **efeito de crítica ao padrão de beleza dominante** através de duas redes de formulações.

A primeira nos remete aos sentidos de *politização do corpo não padrão*. Na posição interseccional, esses sentidos produzem a crítica ao padrão de beleza tido como universal (o corpo branco, magro, cisgêneros), legitimando outros tipos de corpos, como o gordo, e produzindo críticas à indústria da beleza que sustenta o desprezo pelo diferente ao eleger um modelo único e inalcançável de beleza. Nessa posição, o processo identitário se dá pela via da desconstrução desse discurso patriarcal e universalista e pela reconstrução de novas possibilidades de reconhecer o corpo do sujeito mulher. Na posição marxista, a politização do corpo não padrão acontece pelos sentidos de revolução mobilizados para corpo não padrão ao ser assumido pelo sujeito mulher. Dessa posição, o ideal de beleza do discurso patriarcal é desconstruído pelo questionamento dos padrões universais e reconstruído pela valorização daqueles invisibilizados por esses padrões. A posição liberal reitera o efeito de crítica dessa rede de formulações críticas ao padrão de beleza dominante por meio da discussão das liberdades individuais e da diversidade de corpos da mulher. A posição liberal também segue o processo das outras duas posições quanto à questão identitária, desconstruindo o discurso patriarcal ao projetar novas formas de identificação para o corpo do sujeito mulher.

A segunda rede de formulações do efeito relativo ao padrão de beleza dominante é a de *contestação do ideal dominante de beleza*. Na posição interseccional, essa contestação se constitui sob o efeito de legitimação do corpo do sujeito mulher como um novo padrão. Dessa forma, a posição desconstrói formas de identificação que colocam determinadas características naturais femininas como desprestigiadas pela ideologia patriarcal e que promovem a destituição da feminilidade do sujeito mulher, e reconstrói pela identificação dessas características como parte do ciclo natural da vida do sujeito mulher. Na posição marxista, o processo de reconstrução se dá através da legitimação da beleza do corpo desvalorizado, rompendo com o imperativo estético calcado no mito da beleza, e ressignificando sentidos vários e desqualificados do corpo feminino como belos e sensuais. Já na posição liberal, o processo de desconstrução das identidades do sujeito mulher se dá pela contestação da construção social diferenciada para os corpos dos sujeitos homem e mulher e a valorização estabelecida para determinadas características em um e não no outro, mas que são naturais para ambos. Novas formas de identificação são projetadas pela assunção e valorização dessas características.

O **segundo grupo temático** que abordamos em nossa pesquisa trata sobre a sexualidade e os direitos reprodutivos e produz o **efeito de defesa da legalização do aborto** através de duas redes de formulações.

A primeira retoma os sentidos de *proteção à vida do sujeito mulher*. Na posição interseccional, os sentidos de sobrevivência para o sujeito mulher que aborta são mobilizados como argumento para demonstrar a importância da legalização do aborto. A desconstrução das identidades para o sujeito mulher pela ideologia patriarcal acontece pela desestabilização de sentidos da maternidade compulsória e pelos sentidos negativos atribuídos ao sujeito mulher que aborta e defende a legalização do aborto. Projeta-se novas identidades por meio dos sentidos de importância da preservação da vida do sujeito mulher que aborta e pela defesa do exercício da maternidade desejada. Na posição marxista o confronto de sentidos entre o aborto legal, da FD feminista, e o aborto inseguro, da FD machista, constituem a rede de proteção à vida do sujeito mulher. Nessa posição, os sentidos de proteção à vida são vinculados ao da legalidade do aborto e da segurança que essa legalidade trará para as mulheres. A desconstrução das identidades do sujeito mulher mobiliza os sentidos de raça e classe para evidenciar as consequências da criminalização do aborto para mulheres de classes mais baixas e racializadas. Dessa forma, a posição reconstrói novas formas de identificação para o sujeito mulher ao desestabilizar os sentidos de desvalorização da mulher que aborta. Na posição liberal, a desestabilização das identidades para o sujeito mulher da ideologia patriarcal se dá pela ruptura com os sentidos da irresponsabilidade atribuída à mulher. O processo de reconstrução constitui o sujeito pelo imaginário de mulher que aborta e/ou defende sua legalização como sujeito consciente e responsável.

A segunda rede de formulações do efeito de defesa da legalização do aborto encerra sentidos de *autonomia sobre a capacidade reprodutiva* do sujeito mulher. Da posição interseccional, os sentidos dessa autonomia se constituem pela contestação da oposição construída pela ideologia patriarcal entre homem e mulher quanto ao controle sobre seus corpos. A contraposição entre a liberdade do corpo do sujeito homem e o controle do corpo do sujeito mulher é evidenciada como marca da opressão de gênero e motivo pelo qual a legalização total ainda não teria acontecido em território brasileiro. Desconstrói-se, assim, o corpo do sujeito mulher controlado pelo discurso patriarcal ao reivindicar a posse do sujeito mulher sobre seu corpo e sua capacidade reprodutiva pela legalização do aborto. Novas formas de identidade são projetadas ao defender a liberdade da mulher sobre seu corpo e sua sexualidade. Na posição marxista também se retoma as diferenças construídas para o corpo do sujeito mulher e do sujeito homem e os modos de controle sobre os corpos das mulheres. A

recusa pelo controle masculino da sexualidade e do corpo do sujeito mulher desconstrói o discurso patriarcal e projeta identidades diferentes para o sujeito mulher, ao reclamar sua completude e a sua não objetificação. Na posição liberal, a oposição entre corpo do sujeito homem e corpo do sujeito mulher é trazida como plano para mostrar as relações de poder que encerram o corpo do sujeito mulher em formas de controle determinadas pela ideologia patriarcal e religiosa judaico-cristã. A desconstrução dos discursos patriarcal e religioso se dá na percepção da individualidade e da autonomia do sujeito mulher sobre seu corpo e não como objeto de reprodução humana e submetida às vontades religiosas e patriarcais.

O terceiro e último grupo temático que observamos em nosso *corpus* discute as *violências sobre o corpo do sujeito mulher* e produz **o efeito de denúncia da cultura do estupro** através da rede de formulações que trabalha a *problematização da cultura do estupro*. Na posição interseccional, a cultura do estupro é problematizada por meio da caracterização das atitudes que sustentam esse tipo de violência. A responsabilização do sujeito mulher pela violência sofrida criada pela ideologia patriarcal é desconstruída através da responsabilização do sujeito homem violador e da cultura patriarcal que o fomenta. A posição se constitui pela reconstrução do sujeito mulher como vítima de uma cultura violenta que deve ser combatida pelo movimento feminista e por toda a sociedade. Na posição marxista, a problematização da cultura do estupro é construída pelo questionamento de atitudes socialmente construídas para as mulheres e que as submetem a tipos de violências de gênero pela ideologia patriarcal. Esses questionamentos promovem também a desestabilização nos sentidos do discurso que responsabiliza o sujeito mulher pela violência sofrida, assim como das analogias que promovem a despersonalização do homem violador/estuprador e que amenizam a violência contra a mulher. Da posição marxista das postagens, busca-se criar uma nova forma de identificação para o sujeito que está inserido nessa cultura, o de vítima, mobilizando sentidos de resistência e denúncia para enfrentá-la. Da posição liberal, a problematização da cultura do estupro está relacionada ao cerceamento da autonomia do sujeito mulher sobre corpo e nos modos de socialização impostos ao sujeito mulher e não ao homem. A ruptura com as formas identitárias do sujeito mulher do discurso patriarcal é feita ao serem acionados os sentidos de consentimento do sujeito mulher como prioridade no exercício de sua sexualidade e a falta de consentimento como forma de violência sobre a mulher. A posição trabalha a reconstrução de identidades para o sujeito mulher pela defesa da vivência livre da sua sexualidade e de outras formas de expressão do seu corpo sem ser vítima de violência sexual.

Percebemos que o processo identitário para o sujeito mulher no feminismo digital se dá pelo confronto entre as posições assumidas pela ideologia patriarcal e pelas posições feministas. Ele se constitui pela desconstrução das identidades legitimadoras da ideologia patriarcal através da resistência e pela reconstrução de novas identidades pelo discurso feminista.

Essas constatações vão ao encontro das considerações teóricas que afirmam que os processos identitários são alicerçados em práticas discursivas e sociais. Não são elementos naturais e sim criações do mundo sociocultural. Elas só são possíveis através dos sistemas simbólicos pelos quais são representadas por meio da linguagem. As identidades são, então, resultado das construções linguísticas produzidas nas relações socioculturais (HALL, 2014; CASTELLS, 2018). Outra característica da identidade é a sua sujeição às relações de poder, ou seja, elas são impostas e não convivem harmoniosamente, mas são sempre disputadas (SILVA, 2014, p. 81).

Essas disputas, presentes nos funcionamentos destacados em nossos movimentos de análise, também corroboram as considerações teóricas de Castells (2018) no que concerne aos processos de construção, desconstrução e reconstrução das identidades. Percebemos, então, que o processo de construção, entendido pelo autor como a ideologia dominante produzindo identidades que vão ser postas como universais e que servem como forma de dominação para os sujeitos dominados, é percebida nas redes pela oposição entre os discursos patriarcal e feminista. Nos processos de desconstrução, a resistência estabelecida pelos sujeitos a essas identidades legitimadoras desestabiliza essas identidades cristalizadas e abrem espaço a novas formas de identificação. Nas páginas analisadas, esse processo é mobilizado como desestabilização do discurso patriarcal pela assunção da posição feminista. Nos de reconstrução, ainda segundo Castells (2018), os sujeitos projetam novas formas de identificação com base em novos materiais culturais produzidos pelos discursos de resistência. No discurso feminista das páginas, se constitui pelas novas possibilidades criadas para o sujeito mulher e seu corpo identificar-se.

Nesse contexto, podemos observar que o movimento feminista tem encontrado nas redes um importante espaço de circulação de ideias e reivindicações (CASTELLS, 2017; COSTA, 2018). Ele tem se tornado um mecanismo de desestabilização de sentidos enraizados no social e que são vistos como naturais, mas que submetem o sujeito mulher às violências e restrições que não são vivenciadas pelo sujeito homem. Podemos afirmar, então, que o feminismo digital traz a possibilidade de atualização dos sentidos relacionados à mulher e ao feminismo, ao propiciar a discussão de temas importantes para a constituição do lugar

discursivo e social feminista, assim como pela velocidade de propagação inerente a esse espaço digital que faz circular sentidos outros para o sujeito mulher além dos impostos pela ideologia patriarcal.

Notamos que essa nova forma de circulação do feminismo se assenta no caráter político e pedagógico. Político por evidenciar e problematizar as relações de poder que submetem as mulheres a sistemas de opressão, promovendo formas de mobilização social que não seriam possíveis por outros meios de comunicação.

A restrição ao poder de fala, outrora exercida pelas corporações midiáticas tradicionais, é então atenuado com o acesso de grupos não dominantes às redes sociais, pois nelas os sujeitos podem posicionar-se em relação aos diversos temas sociais aos quais é interpelado na rede, independente de profissão, classe social e/ou autoridade sobre o assunto, que é o caso dos movimentos sociais. O que antes tínhamos acesso por um ponto de vista hegemônico pela ideologia dominante, na era das redes passamos a ver vários modos de enxergar o que nos é posto (CASTELLS, 2017).

Quanto ao pedagógico, podemos percebê-lo nas possibilidades mobilizadas pela desconstrução dos modos de submissão do sujeito mulher na medida em que instrumentaliza essas mulheres por meio dos itinerários informativos exposto nas redes. O espaço digital promove, consoante Giroux (2003), projetos politicamente engajados e socialmente relevantes reconstituindo as representações e identidades calcadas nas relações de poder. Assim, se colocam como práticas pedagógicas que procuram compreender, pelo processo do empoderamento e da compressão das estruturas sociais, as maquinarias de poder que moldam as relações sociais no intuito de apreender a lógica das relações de poder no estabelecimento das identidades, como processo de hierarquização e estruturação social (GIROUX, 2003). Sendo assim, as páginas feministas se configuram como lugar de militância, ao reivindicar direitos e mobilizar as mulheres nessa luta, e como lugar de ensinar e aprender o feminismo.

Observamos que o feminismo na rede pode ser nomeado como feminismo digital (ARAÚJO, 2016), pois compreende práticas que têm no digital uma materialidade importante que produz (novos) sentidos, mantendo relações dialéticas com as práticas sociais e seus sujeitos. Essas práticas são feitas por mulheres reais, abordando questões sociais e que veem no digital possibilidades de atualização, formulação e circulação de sentidos sobre o feminismo. Constatamos, assim, que as redes sociais mobilizam condições de acesso diferentes aos discursos dos movimentos sociais, como assevera Mittmann (2009), caracterizando uma nova forma de fazer e dizer o feminismo, reverberando em novas práticas sociais e discursivas de militância.

Por fim, reconhecemos os limites do nosso trabalho, tendo em vista que se trata de um pequeno recorte tanto do ponto de vista de suas questões quanto de seu *corpus*. Logo, nossa análise vislumbra um estado de um complexo processo discursivo que é o funcionamento discursivo das páginas feministas no meio digital.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Branca Moreira. PINTANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- AKOTIRE, Carla. **O que é interseccionalidade**. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.
- ARRAES, Jarid. Gordofobia como questão política e feminista. **Revista Fórum**. 2015. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/digital/163/gordofobia-como-questao-politica-e-feminista>. Acesso em: 20 dezembro 2019.
- ARAÚJO, Jaqueline Gonçalves. **Feminismo digital em Blogueiras feministas (2010-2015)**. 2016. Dissertação (Divulgação Científica e Cultural) – Instituto de Estudos da Linguagem e Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- ARRUZA, Cinzia. BHATTACHARYA, Tithi. FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. **Discursos transfeministas e feministas radicais: disputas pela significação da mulher no feminismo**. Dissertação de mestrado. Campinas, SP: [s.n.], 2019.
- BARBOSA, M. R., MATOS, P.M., COSTA, M. E. Um olhar sobre o corpo: o corpo ontem e hoje. *Psicologia e Sociedade*, 23(1), p. 24-34, 2011.
- BASTERD, L. L. O movimento de mulheres e o debate sobre o aborto. In. ROCHA, M. I. B; BARBOSA, R. M. **Aborto no Brasil e países do Cone Sul: panorama da situação e dos estudos acadêmicos**. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp, 2009.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo – fatos e mitos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [1949] 2019.
- _____. **O segundo sexo – a experiência vivida**. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [1949] 2019.
- BERTH, Joice. **O que é empoderamento**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BENETTI, Marcia. Análise de discurso como método de pesquisa em comunicação. In: MOURA, Cláudia Peixoto. LOPES, Maria Immacolata Vassallo. (Org.) **Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BONFIM, V. M. A identidade contraditória da mulher negra brasileira: Bases históricas. In: NASCIMENTO, E. L. (Org). **Afrocentricidade: Uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009, p.219 - 149.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Aborto e saúde pública no Brasil: 20 anos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BUICH, Nora. Origem da palavra “puta”: em dicionários, acepções, etimologias e ideologias. 2016. Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/Origem-da-palavra-puta>. Acesso em: 31 maio 2020.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, G. L. (org.) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte, Autêntica, 1999, p. 151-172.

_____. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CAMPELLO, E., SCHMIDT, R. T. Corpo e literatura. *Ilha do deserto*, Florianópolis, v. 68, n. 2, p. 09-14, 2015.

CARDON, Dominique. **A democracia Internet**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

CAZZARIN, Ercília Ana. Posição-sujeito: um espaço enunciativo heterogêneo. In: FERREIRA, M. C. INDURSKY, F. (org.) **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos**. São Carlos: Claraluz, 2007.

_____. O confronto entre duas posições de sujeito, inscritas em diferentes formações discursivas, marcado linguisticamente pelo enunciado dividido. In: INDURSKY, F. CAMPOS, M. do C. (Orgs.) **Discurso, memória, identidade**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 2000. p.176-197

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

_____. **O poder da identidade: a era da informação**, vol. 2. 9.ed. rev. ampl. – São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

CHERUBIM, Sebastião. **Dicionário de figuras de linguagem**. São Paulo: Pioneira, 1989.

COROMINAS, Joan. **Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico**. Madriz, Espanha: Editorial Gredos, 1985.

COSTA, Cristiane. Rede. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão feminista – arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

COSTA, Suely Gomes. Onda, rizoma e “sororidade” como metáforas: representações de mulheres e dos feminismos. *Interthesis*, Florianópolis, v. 6, n. 2, jul.-dez, 2009, p. 1-30.

COURTINE, Jean Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

_____. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso. *Policromias*, Rio de Janeiro, Ano 1, n1, junho, 2016, p. 14-35.

CYFER, Ingrid. Liberalismo e feminismo: igualdade de gênero em Carole Pateman e Martha Nussbaum. In: **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 135-146, jun. 2010

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. **Uma autobiografia**. São Paulo: Boitempo, 2019.

DEL PRIORE, Mary Lucy Murray. A história do corpo. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 3, jan.-dez. 1995, p. 9-26.

DE LUCA, Tania Regina. Mulher em revista. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Org.) **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. O lugar social e da cultura na dimensão discursiva. In: INDURSKY, F. MITTMANN, S. FERREIRA, M.C. L. (org.) **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas: Mercado das letras, 2011.

FRIEDAN, Betty. **A mística feminina**. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 1971.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **História da sexualidade: a vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1988.

GALLO, Solange Maria Leda. A internet como acontecimento. In: INDURSKY, F. MITTMANN, S. FERREIRA, M.C. L. (org.) **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas: Mercado das letras, 2011.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011.

GARCIA, D. A.; SOUSA, L. M. A e. Ler o arquivo hoje: a sociedade em rede e suas andanças no ciberespaço. **Conexão Letras**, Porto Alegre, v. 9, n. 11, 2014, p. 83-97.

GARCIA, Dantielli Assumpção. SOUSA, Lucília Maria Abrahão e. A sororidade no ciberespaço: laços feministas em militância. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, n. 44, v. 3, set.-dez., 2015, p. 991-1008.

GARCIA, Dantielli Assumpção. LUNKES, Fernanda. Mulher, política e poder no discurso da mídia: efeito(s) de histeria(?). **Anais IX SEAD: a análise do discurso e suas condições de produção**. Disponível em: http://anaisdosead.com.br/9SEAD/SIMPOSIOS/S4_DantielliAGarciaeFernandaLunkes.pdf, Acesso em: 04 maio 2020.

GIROUX, H. **Atos impuros: a prática política dos estudos culturais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

GRIGOLETTO, Evandra. Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito. In: FERREIRA, Maria Cristina. INDURSKY, Freda. **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007.

GOMES, Carla; SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil. **Soc. estado.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 433-447, ago. 2014.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

_____. Quem precisa de identidade? IN: SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 14 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HENNING, C. E. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais de diferença. **Mediações**, v. 20, n. 2, p. 97-128, Londrina, 2015.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. O grifo é meu. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 3. ed., Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2019.

INDURSKY, Freda. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In. MITTMANN, S. GRIGOLETTO, E. CAZZARIN, E. A. **Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua**. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

_____. Polêmica e denegação: dois funcionamentos discursivos da negação. In **Cad. Est. Ling.** Campinas, 19, p. 117-122, jul.-dez. 1990.

LIMA, Quezia dos Santos. Blogueiras feministas e o discurso de divulgação do feminismo no ciberespaço. In: Seminário de Estudos em Análise do Discurso, 6,2013, Porto Alegre - RS, **Anais do VI SEAD- Seminário de estudos em Análise do Discurso**, Porto Alegre, 2013.

MIGUEL, Luís Felipe. Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação. In: **Rev. Bras. Ci. Soc.** São Paulo, v. 15, n. 44, out., 2000. p. 91 – 102.

MIRANDA, Cynthia Mara. Violência de gênero nos meios de comunicação: reflexões preliminares e desafios para superação. In: STEVENS, Cristina. et al. (Org.) **Mulheres e violências: interseccionalidades**. Brasília: Technopolitik, 2017.

MITTMANN, Solange. A apropriação do ciberespaço pelos movimentos sociais. In: Encontro Nacional sobre Hipertexto, 3., 29 a 30 out. 2009, Belo Horizonte. **Anais...**Belo Horizonte, MG, 2009.

MORAES, Dênis de. Comunicação virtual e cidadania: movimentos sociais e políticos na Internet. In: **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, vol. XXIII, n. 2, jul. – dez., 2000.

NOVAES, Joana de Vilhena. **O intolerável peso da feiura**. Rio de Janeiro: Puc-Rio: Garamond, 2013.

ONU. Por que falamos de cultura do estupro. 2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/por-que-falamos-de-cultura-do-estupro/>. Acesso em: 03 junho 2020.

ORLANDI, Eni. Segmentar ou recortar. **Série Estudos**, 10, p.9 -26, 1984.

_____. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso.** 2. ed. rev. e am. Campinas, SP: Pontes, 1987.

_____. Discurso e Argumentação: um observatório do político. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, n. 1, jul.-dez., 1998.

_____. Identidade linguística escolar. In: SIGNORINI, I. (Org.) **Língua(gem) e identidade:** elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

_____. **As Formas do Silêncio:** no movimento dos sentidos. 6 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

_____. **Discurso e leitura.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012a.

_____. **Discurso e Texto:** formulação e circulação dos sentidos. 4. ed. Campina, SP: Pontes, 2012b.

_____. **Análise de discurso:** Princípios e Procedimentos. 12. ed. Campinas: Pontes, 2015.

_____. Ideologia e inconsciente. In: **Eu, tu, ele** – discurso e real da história. 2.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Orlandi. [et al]. 5. ed. Campinas: Editora Unicamp, [1975] 2014.

_____. PÊCHEUX, M. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. 7ª ed. Campinas, São Paulo: Pontes editores, 2015a.

_____. **Papel da memória.** In: ACHARD, P. et. Al. Papel da memória. 4.ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2015b.

_____. Metáfora e interdiscurso. In: ORLANDI, Eni. (Org.) **Análise de discurso:** Michel Pêcheux – textos escolhidos por Eni Orlandi. Campinas: Pontes Editores, [1984] 2016, p. 151-161.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres** – São Paulo: Contexto, 2007.

PINTO, Celi Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

PLANT, Sadie. **Mulher digital.** Rio de Janeiro: Record: Rosa dos tempos, 1999.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, jul.-dez., 2008, p. 263-274.

RANGEL, Patrícia Duarte. **Movimentos feministas e direitos políticos das mulheres:** Argentina e Brasil. 2012. Tese (Doutorado em Ciência Política) —Universidade de Brasília, Brasília.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala.** São Paulo: Letramento: Justificando, 2017.

ROCHA, Cristina Tavares da Costa. —Expressões do ciberfeminismo na contemporaneidade. In: **Revista Tecnologia e Sociedade** -n.03- 2º Semestre de 2006. Disponível em: http://www.ppgte.ct.utfpr.edu.br/revistas/tecsoc/rev03/rev03_artigo02.pdf.

ROCHA, M. I. B. Breve Panorama sobre a questão do aborto no legislativo brasileiro. In. ROCHA, M. I. B; BARBOSA, R. M. **Aborto no Brasil e países do Cone Sul: panorama da situação e dos estudos acadêmicos**. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp, 2009.

ROUDINESCO, Elisabeth. PLON, Michel. **Dicionário de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Expressão popular, 2013.

_____. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAMPAIO, Leonardo Rodrigues; CAMINO, Cleonice Pereira dos Santos. ROAZZI, Antônio. Revisão de aspectos conceituais, teóricos e metodológicos da empatia. **Psicol. cienc. prof.** [online]. vol.29, n.2, 2009, p. 212-227.

SANTAELLA, Lúcia. Comunicação ubíqua: repercussões na cultura e na educação São Paulo: Paulus, 2013.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Da gordinha à obesa. Paradoxos de uma história das mulheres. In **Labrys, études féministes/ estudos feministas**, janeiro/junho 2014.

_____. Sempre bela. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Org.) **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018.

SCAVONE, Lucila. Nosso corpo nos pertence? Discursos feministas do corpo. **Revista Gênero**, v. 10, n. 2, p. 47-62, 1.sem. 2010.

_____. Políticas Feministas do aborto. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, maio-agosto, 2008, p. 675-679.

SCOTT, J. História das Mulheres. In: BURKE, P. **A escrita na história**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

SIQUEIRA, Camilla Karla Barbosa. As três ondas do movimento feminista e suas repercussões no direito brasileiro. In: congresso nacional do CONPEDI – UFMG/FUMEC/ Dom Helder Câmara, 24., 2015, Florianópolis. **Anais** (online)... Florianópolis: Conpedi, 2015. p. 328-354. Disponível em: <https://www.conpedi.org.br/publicacoes/66fsl345/w8299187/ARu8H4M8AmpZnw1Z.pdf>.

SILVA, Tomas Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SILVA, Érica Q.; CARNEIRO, Rosamaria G.; MASQUES, Silvia B. O direito à saúde da mulher e o princípio da proibição do retrocesso social: o aborto em pauta. **Mulheres e violências interseccionalidades**, 2017, p. 458-481.

SOARES, Vera. Mulher, Autonomia e Trabalho. Autonomia econômica e empoderamento da mulher: textos acadêmicos. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

SOUSA, Renata Floriano. Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n.1, jan.-abril, 2017, p. 9-29.

TEDESCHI, Losandro Antônio. **As mulheres e a história: uma introdução teórica metodológica**. Dourados, Ms: Ed. UFGD, 2012.

VARIKAS, Eleni. **Pensar o sexo e o gênero**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

VIEIRA, Manuela do Corral. O feminino e a internet: corpo, performance e sexualidade nas redes sociais. **Movendo ideias**. Manaus, n. 2, 2017.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L. (org.) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte, Autêntica, 1999.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.

WOODWART, Kathryn. A identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.